



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS – MPGA

BRUNO FERREIRA LEITE

**Percepções sobre a produção, custódia e uso do arquivo pessoal de Dom Adriano
Mandarino Hypólito**

Rio de Janeiro

2014

BRUNO FERREIRA LEITE

**Percepções sobre a produção, custódia e uso do arquivo pessoal de Dom Adriano
Mandarino Hypólito**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos.

Linha de pesquisa: Arquivos, Arquivologia e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. João Marcus Figueiredo Assis

Rio de Janeiro

2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da
Biblioteca Universitária da UFSC.

Leite, Bruno Ferreira

Percepções sobre a produção, custódia e uso do arquivo pessoal de Dom Adriano Mandarino Hypólito / Bruno Ferreira Leite; orientador, Dr. João Marcus Figueiredo Assis - Rio de Janeiro, RJ, 2014.

113 p.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos.

Inclui referências

- 1. Arquivos Pessoais. 2. Dom Adriano Mandarino Hypólito.*
- 3. Diocese de Nova Iguaçu. I. Assis, Dr. João Marcus Figueiredo. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos. III. Título.*

BRUNO FERREIRA LEITE

**Percepções sobre a produção, custódia e uso do arquivo pessoal de Dom Adriano
Mandarino Hypólito.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos pela Banca Examinadora composta pelos membros:

BANCA EXAMINADORA

Orientador:

Prof. Dr. João Marcus Figueiredo Assis
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Examinador

Interno:

Prof.^a Dr.^a Luciana Quillet Heymann
Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil –
Fundação Getúlio Vargas

Examinador

Externo:

Prof.^a Dr.^a Maria Nélide González de Gomez
Universidade Federal Fluminense

Examinador

Interno (suplente):

Prof. Dr. Sérgio Conde de Albite Silva
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Examinador

Externo (suplente):

Prof. Dr. Ricardo Medeiros Pimenta
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

Aprovado em 26 de agosto de 2014.

Local de defesa: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

À Elaine e Mauro,
por tudo que apenas palavras não são suficientes para explicar.

AGRADECIMENTOS

Por terem colaborado direta ou indiretamente comigo para a realização desta dissertação, agradeço...

À Elaine Ferreira, pelas conversas após meu retorno para casa e por me compreender quando ninguém mais aos meus olhos parecia conseguir. Ela sabe de tudo sobre mim, e quando não sabe, quer saber...

Ao Mauro Leite, pelo esforço e pela criação moral que me proporcionou em um mundo de tantos caminhos tortos. Dono de um dos maiores corações que já conheci e que tenho orgulho que seja meu pai.

Ao Ricardo Leite, por saber que, mesmo que não seja constantemente explícito, sei que posso contar nos piores momentos.

À Camila Jourdan, pela compreensão, motivação, companheirismo, carinho e pelo suporte com assuntos relativos à história.

À Célia Freitas e ao Manoel Hilário, por não dormirem enquanto eu não chegasse da UNIRIO.

À Vânia Regina e à Valeria Freitas, pelo carinho e preocupação.

Ao João Marcus, pela sempre agradável e rica presença, dentro e fora das salas de aula. Um exemplo de compromisso e ética para com a docência.

À Rosale Mattos, pela amizade e disposição em me ajudar seja no âmbito acadêmico ou profissional.

Ao Ricardo Pimenta e à Maria Nélide Gonzáles de Gomez pela gentileza em aceitarem compor minha banca de qualificação e defesa.

Ao Sérgio Albite e à Luciana Heymann, que além de aceitarem compor minha banca, são, respectivamente, profissionais que admiro ética e intelectualmente.

Ao Mauro Célio, por acreditar e lutar por uma educação melhor para todos nós. Um exemplo de luta e idealismo.

Ao Edson Luiz, à Sabrina Moreira, ao Eric, ao Ericsson, ao José Walter, ao Carlos Prado e ao Christiann Ferreira, pelas conversas e pela amizade.

Ao Antônio Lacerda e à Sada David, pela solidariedade e ajuda na pesquisa.

Ao Dom Luciano, por me receber na Cúria Diocesana de Nova Iguaçu.

À Lacy Barca e ao Bruno Rasga por compreenderem a importância deste mestrado, liberando-me do trabalho quando necessário para cumprir meus compromissos acadêmicos.

À UNIRIO e ao corpo docente, discente e técnico-administrativo do PPGARQ pela oportunidade ímpar de cursar em sua primeira turma, o primeiro mestrado *stricto sensu* em Arquivologia o Brasil!

Ao Cabeção, que mesmo sendo um cachorro, o considero meu companheiro de todas as horas.

Por fim, agradeço ao Dom Adriano, não no intuito de enaltecê-lo simploriamente, mas pela trajetória de interferências que produziu socialmente ao ponto de tornar possível uma pesquisa que envolva análises arquivísticas entrelaçadas a questões que têm reflexos perceptíveis na vida cotidiana tanto do cidadão politicamente ativo, quanto do cidadão comum.

A todos, meu sincero muito obrigado.

RESUMO

Nesta dissertação são analisadas algumas perspectivas sobre a produção, a custódia e os usos dos arquivos pessoais. Para por em discussão algumas percepções teóricas, utilizamos o método de estudo de caso, por meio do qual analisamos o arquivo pessoal de Dom Adriano Mandarino Hypólito, personagem emblemático na atuação de parte dos clérigos católicos contrários ao regime civil-militar brasileiro (1964-1985), passando quase todo esse período como bispo da Diocese de Nova Iguaçu (RJ/Brasil), onde governou entre 1966 e 1994. Focamos em perceber como olhares diferentes recaem sobre os arquivos pessoais a fim de perceber posicionamentos contrários, bem como possibilidades de complementações e colaborações recíprocas. Em suma, analisamos diferentes perspectivas sobre os arquivos, compreendendo a importância de se levar em consideração a subjetividade que permeia todos os processos analisados neste estudo, ou seja, a produção documental, a custódia (incluindo o tratamento arquivístico) e os usos dos arquivos, sejam eles pessoais ou institucionais.

Palavras-chave: Arquivos pessoais. Dom Adriano Mandarino Hypólito. Diocese de Nova Iguaçu. subjetividade. produção documental.

ABSTRACT

In this dissertation are analyzed some perspectives about production, custody and use of personal archives. For a discussion on some theoretical insights, we use the method of case study, through which we analyze the personal archive of Dom Adriano Mandarino Hypólito, emblematic character of the action of the part of catholic clergy against the brazilian civil-military regime (1964-1985), spending most of that time as bishop of the Diocese of Nova Iguaçu (RJ/Brazil), which ruled between 1966 and 1994. We focus on realize how different looks fall on the personal archives in order to realize contrary positions, and possibilities complementation and reciprocal collaborations. In short, we analyze different perspectives about the archives, understanding the importance of taking into account the subjectivity that permeates all cases examined in this study, in other words, the document production, the custody (including the treatment of permanent archives) and uses the archives, whether personal or institutional.

Keywords: personal archives. Dom Adriano Mandarino Hypólito. Diocese of Nova Iguaçu. subjectivity. document production.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAB	Aliança Anticomunista Brasileira
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
Cenfor	Centro de Formação de Líderes
FCRB	Fundação Casa de Rui Barbosa
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
TdL	Teologia da Libertação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 CONTEXTO E OBJETO: A DIOCESE DE NOVA IGUAÇU (RJ) E O ARQUIVO DE DOM ADRIANO MANDARINO HYPÓLITO	23
2.1 A DIOCESE DE NOVA IGUAÇU E SUA CÚRIA DIOCESANA	25
2.1.1 O Arquivo Diocesano	29
2.2 QUEM FOI DOM ADRIANO E O QUE FICOU EM SEU ARQUIVO PESSOAL	30
3 RELAÇÕES ENTRE ARQUIVOS, MEMÓRIAS E IDENTIDADES	41
3.1 OS ARQUIVOS E OS LUGARES DE MEMÓRIA	41
4 PERCEPÇÕES RESULTANTES DO ESTUDO DE CASO QUE ENVOLVE O ARQUIVO PESSOAL DE DOM ADRIANO	57
4.1 O CONCEITO DE ARQUIVO E OS ARQUIVOS PESSOAIS	57
4.2 OS INTERESSES E AS CARACTERÍSTICAS QUE NORTEIAM A CONSTRUÇÃO DOS ARQUIVOS	62
4.2.1 O arquivo pessoal como uma construção coletiva	83
4.3 A AQUISIÇÃO, O TRATAMENTO E OS USOS DO ARQUIVO PESSOAL DE DOM ADRIANO PELA CÚRIA DIOCESANA	89
4.4 A RELEVÂNCIA DO ARQUIVO PESSOAL DE DOM ADRIANO PARA A DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO E SOCIAL DO ARQUIVO DIOCESANO	93
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS	105
APÊNDICE A – Roteiro de entrevista para Antônio de Menezes	110
APÊNDICE B – Roteiro de entrevista para Sada Baroud David	111

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação é resultado da continuidade de estudos realizados sobre o arquivo pessoal de Dom Adriano Mandarinio Hypólito¹. Nesta pesquisa buscou-se o aprofundamento da discussão sobre os interesses objetivos e subjetivos que norteiam a produção, a custódia e os usos dos arquivos, tendo como objeto de análise para estudo de caso o arquivo pessoal do bispo supracitado.

Pressupõe-se, para isso, identificar motivações imediatas e mediatas tanto de Dom Adriano² quanto da instituição que realiza a custódia de seu arquivo pessoal, a Cúria Diocesana de Nova Iguaçu³, nos processos de produção, custódia e uso deste arquivo⁴. Ou seja, partimos da premissa de que um mesmo documento gerado como meio para realização de objetivos imediatos, ou seja, de valor primário, também pode servir a objetivos mais “distantes” (mediatos), tal como a tentativa de construção da imagem do seu produtor no intuito, consciente ou não, de influenciar sobre o valor secundário deste mesmo documento. Este “fenômeno” pode ocorrer para além da produção documental, e é o que queremos perceber, buscando identificá-lo também por meio dos processos que envolvem a custódia e os usos que se fazem dos documentos de arquivo.

Tais questionamentos podem ser encontrados também na produção de Gomes (1998), Assis (2008) e Heymann (2009), algumas das principais referências teóricas para a elaboração desta pesquisa.

Explicitamos que na pesquisa anterior sobre o arquivo de Dom Adriano, percebemos um grande interesse por parte da Cúria Diocesana em relação ao arquivo do bispo⁵. Este interesse da Cúria resulta da própria trajetória de vida de Dom Adriano, de sua relevância na organização popular e em projetos de conscientização comunitária, sua ligação com a instituição como bispo da Diocese de Nova Iguaçu (entre 1966 e 1994) e da “riqueza” de seu arquivo pessoal, tanto em quantidade quanto em diversidade de documentos e assuntos abordados⁶.

¹ Esta pesquisa representa a continuidade e o aprofundamento do trabalho de conclusão de curso (monografia), desenvolvido no Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, finalizado em 2011.

² Não se afirma, porém, que Dom Adriano tenha planejado utilizações futuras para todo seu arquivo.

³ Cúria Diocesana é uma divisão administrativa dentro da Igreja Católica, responsável por uma respectiva Diocese, ou seja, uma divisão territorial administrada por uma Cúria.

⁴ Após o falecimento de Dom Adriano, em 10 de agosto de 1996, seu arquivo passou a ser custodiado pela Cúria Diocesana de Nova Iguaçu. Não conseguimos saber a data precisa da aquisição do arquivo pela Cúria.

⁵ Interesse observado por meio de visitas realizadas à Cúria Diocesana de Nova Iguaçu, especialmente por meio das conversas com funcionários da instituição.

⁶ Estas informações foram coletadas em visitas à Cúria Diocesana de Nova Iguaçu como parte da metodologia de Estudo de Caso escolhida para a realização do meu já citado trabalho de conclusão de

De acordo com Assis, “é inegável que as lembranças em torno de Dom Adriano Hypólito componham o sentido das memórias da Diocese”. Este autor ressalta que o bispo é referenciado em quase todas as entrevistas que realizou para a elaboração de sua tese de doutorado. Ressalta ainda que, “mesmo aqueles que não tiveram contato direto com ele, têm algo a contar, em geral de conhecimento indireto, de ‘ouvir falar’” (ASSIS, 2008, p. 137).

Por isso a linha de análise que sustenta esta dissertação visa compreender o caráter instrumental e simbólico investido na produção, na custódia e no uso do arquivo pessoal de Dom Adriano. Assim, como resultado, almeja-se chegar a conclusões que possam ser generalizáveis no âmbito teórico para processos aqui analisados, que envolvam especialmente os arquivos pessoais.

Como aponta Levi (2006), a época, o meio e a ambiência podem ser fatores capazes de caracterizar uma atmosfera que explicaria as normalidades e singularidades das trajetórias. Contudo, como ressalta este mesmo autor, “[...] não se trata de reduzir as condutas a comportamentos-tipo, mas de interpretar as vicissitudes biográficas à luz de um contexto que as torne possíveis e, logo, normais” (LEVI, 2006, p. 175). Ou seja, não se trata de enquadrar forçosamente um sujeito em determinado contexto, nem explicar todas as suas singularidades com base nos padrões culturais de sua época e lugar de vivência.

No sentido de contextualizar o produtor de nosso objeto de estudo (ou seja, Dom Adriano), recorreremos a Assis, ao expor que

enquanto a Arquidiocese do Rio de Janeiro pode ser representada por uma posição mais conservadora, a Diocese de Nova Iguaçu desde alguns anos após sua constituição, em 1960, se destaca por um posicionamento tomado mais como avançado, vinculado a ideias católicas identificadas como 'progressistas' ou 'libertárias' (ASSIS, 2008, p. 92).

Tal visão pode ser percebida como a identidade que se tenta manter por meio de memórias lembradas sobre a Diocese. Neste universo repousa o arquivo de Dom Adriano, como recurso simbólico que legitima o falar sobre o bispo e liga sua trajetória e a da Diocese. Possibilita ainda, o uso de seus documentos para fundamentar produções e comemorações memorialísticas que reforçam o caráter indentitário da Diocese ligado à imagem de Dom Adriano. Tais usos instrumentais do arquivo permitem o reforço e a manutenção de uma memória que busca manter o sentimento de pertencimento dos indivíduos, ou parte desses, ligados à Diocese e à imagem do

curso, cujo título foi: “Arquivos pessoais e seus usos: um estudo de caso sobre o acervo de Dom Adriano Mandarino Hypólito”. No total, realizei 13 visitas documentadas em caderno de campo, sendo estas realizadas em: 4/4/2009; 11/9/2009; 24/9/2009; 2/10/2009; 9/10/2009; 16/10/2009; 5/11/2009; 23/10/2009; 16/1/2010; 21/4/2010; 7/10/2010; 28/10/2010; e 5/11/2010.

bispo.

Complementa-se que, configurando parte da Diocese, Assis afirma que ela

[...] apresenta uma relevante formação de seus quadros baseada na Teologia da Libertação e na atuação das CEBs [Comunidades Eclesiais de Base], em especial a partir dos anos setenta, sendo considerada, ao longo dos anos, um expoente nos trabalhos eclesiais voltados para o que se denominam ações sócio-transformadoras (ASSIS, 2008, p. 93).

Segundo Assis, “Dom Adriano é evocado por muitos como idealizador e efetivador de uma organização eclesial voltada para a ação sócio-transformadora com base em 'comunidades' de convívio e atividades ao mesmo tempo religiosas e sócio-políticas” (ASSIS, 2008, p. 96). Contudo, como ressalta o próprio autor, “[...] é possível encontrar opiniões que o consideram como propagador de uma visão unilateral de Igreja, ao forçar a opção dos fiéis para um estilo político da religião” (ASSIS, 2008, p. 96).

Após tais observações contextualizadoras, poderemos “descrever” Dom Adriano com um mínimo de segurança, numa tentativa de “apresentar” ao leitor *uma* leitura, *uma* imagem, mesmo que preliminar, sobre do bispo.

Afirmando a relevância da problemática que levantamos sobre o arquivo do bispo, segundo o Sr. Antônio de Menezes, responsável pelo Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu, diversas pessoas vão visitá-lo em busca de maior conhecimento sobre a história da Baixada Fluminense, desde pesquisadores até estudantes do ensino médio da região (informação verbal⁷). E, dentre essas buscas, como pudemos perceber em visitas realizadas à Cúria, destacam-se aquelas relacionadas a Dom Adriano. Por isso torna-se relevante compreender os interesses que perpassam a produção, a custódia e os usos de seu arquivo.

Como forma de ilustrar parte do arquivo de Dom Adriano e seu conteúdo, colocamos abaixo duas fotografias. A primeira tirada em uma das visitas ao Arquivo Diocesano, que representa cerca da metade dos documentos do arquivo pessoal do bispo. A segunda, uma fotografia de recortes do jornal O Dia com notícias sobre o sequestro de Dom Adriano. Estes recortes foram acumulados pelo próprio Dom Adriano.

⁷ Informação fornecida pelo Sr. Menezes em uma das visitas realizadas à Cúria Diocesana.



Caixas que comportam cerca de metade dos documentos deixados por Dom Adriano. Fotografia tirada pelo autor desta dissertação.



Fotografia de recortes de jornal com notícias sobre o seqüestro de Dom Adriano, ocorrido em 1976, guardadas em seu arquivo pessoal.

Tais fotografias são meramente ilustrativas de assuntos que serão abordados com mais profundidade mais à frente.

Com referência nos trabalhos dos autores citados a seguir, chegou-se à hipótese de que a custódia do arquivo pessoal de Dom Adriano, realizada pela Cúria Diocesana de Nova Iguaçu após o seu falecimento, e os usos, principalmente os feitos por essa instituição, constituem-se em uma relação de reforço identitário entre Dom Adriano, seu arquivo e a Diocese. Em outras palavras, ao passo que este arquivo pessoal é dotado de significado, sendo custodiado e usado pela Cúria, esta instituição é qualificada para retratar o produtor deste arquivo com legitimidade reforçada pela manutenção da custódia dos documentos, assim retratando o bispo como um forte símbolo representativo da missão desta Diocese situada na Baixada Fluminense (RJ). Esta perspectiva é construída, em grande parte, a partir da leitura de uma das produções de Heymann (2009), que a desenvolveu em sua tese de doutorado, ao analisar o caso que envolve Darcy Ribeiro, seu arquivo e a Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR). Neste trabalho, Heymann (2009, p. 4) buscou “[...] investigar a trajetória e uso do arquivo pessoal de Darcy Ribeiro, os projetos nele investidos, tanto pelo próprio titular como, após a sua morte, pelos gestores do patrimônio da FUNDAR”⁸.

Em Assis, encontramos outros suportes argumentativos nesta linha interpretativa, quando ele expõe que

[...] Dom Adriano talvez tenha descoberto o valor da preservação da memória como forma de manutenção da própria identidade da Diocese. Talvez tenha projetado a continuidade de sua missão nos seus recortes guardados, destinados à perenidade por meio de uma instituição de memória, o Arquivo (ASSIS, 2008, p. 150).

Este autor se refere, nesta passagem, ao arquivo pessoal de Dom Adriano. Esta observação nos levou a outra hipótese: Dom Adriano teria projetado parte de seu arquivo para consultas posteriores a fim de divulgar suas memórias e, por meio disso, manter seu trabalho “sócio-religioso”?

Em suma, sintetizando as influências teóricas acima expostas, iremos tratar como hipóteses ao longo do texto desta dissertação e a fim de chegar a uma verificação minimamente fundamentada os seguintes pontos: (1) o poder sobre os documentos de Dom Adriano (e os usos destes) confere à Cúria Diocesana de Nova Iguaçu legitimidade ao representá-lo e estabelecer entre ambos uma retroalimentação identitária e simbólica; (2) houve o interesse de Dom Adriano em produzir e acumular parte de seu arquivo no intuito de construir e projetar sua imagem para a posteridade por

⁸ Fundação Darcy Ribeiro, instituição que mantém a custódia do arquivo pessoal de Darcy Ribeiro.

meio de textos, fotos e vídeos acumulados e com potencial de serem pesquisados e publicados; e (3) há por meio do processo de custódia e uso de parte do arquivo do bispo, interesses que busquem influenciar na consecução de seus projetos, sendo estes projetados para sua atuação no presente (de forma imediata) e para o futuro (de forma mediata).

Neste processo, entre a produção documental, a custódia e os usos dos arquivos, há um intermediador do acesso e difusão dos documentos arquivísticos: o arquivista ou o responsável pelo arquivo. Desta forma, ele faz parte do processo de acesso às informações registradas nos documentos sob sua responsabilidade. Por isso partimos da premissa de que o arquivista é um agente que interfere, mais ou menos, dependendo de seu poder, no processo de acesso e difusão dos arquivos.

Assim sendo, com base nas hipóteses supracitadas, sedimentamos os seguintes objetivos como norteadores das análises feitas ao longo do processo de pesquisa: (1) perceber como a custódia do arquivo de Dom Adriano legitima a Cúria Diocesana de Nova Iguaçu a falar sobre o ele e a manter/sustentar uma identidade que ligue a Diocese à imagem do bispo e a seu posicionamento sócio-religioso; (2) analisar o caráter de construção de si na produção dos arquivos, tendo como base o arquivo pessoal de Dom Adriano Mandarino Hypólito; e (3) identificar as possibilidades de interferência em potencial do arquivista (ou pessoa responsável pelo arquivo) no processo de comunicação, acesso e difusão das informações e documentos presentes nos arquivos.

Para justificar tal pesquisa, podemos lembrar que é recorrente, ainda hoje, percebermos algumas afirmativas em cursos, palestras, debates, seminários e provas de concursos ratificando características de naturalidade e imparcialidade da produção documental. Também podemos perceber, por meio destes mesmos exemplos, afirmações sobre o caráter de imparcialidade do trabalho arquivístico, como se o arquivista fosse um profissional munido de técnicas neutras, ou escolhidas e elaboradas pensando sempre pela imparcialidade, e tão somente por meio delas trabalhe, estando, por associação, desprovido de poder para intervir interessadamente no processo de comunicação das informações registradas nos arquivos, bem como na escolha e formulação dessas técnicas.

Em resumo, tais posturas, expostas implícita ou explicitamente em alguns discursos orais e escritos, causam inquietação para com aqueles que tomam contato com leituras menos rígidas (ou, talvez possamos dizer, menos conservadoras) sobre documentos de arquivo e sobre os processos pelos quais eles passam, desde sua produção até seus usos, passando pelo seu acúmulo, custódia permanente (quando ocorre) e tratamento (arquivístico ou não).

Por partirmos de pressupostos que estranham tais leituras mais tradicionais sobre os arquivos e o trabalho arquivístico, procuraremos estabelecer um diálogo entre olhares mais

tradicionais da Arquivologia e outros olhares que vem ganhando espaço na área, principalmente pela intensificação do diálogo do campo arquivístico com outras disciplinas das ciências humanas e sociais. Isto será feito sem o intuito de hierarquizar ou descartar alguma perspectiva, mas para demonstrar a possibilidade de diálogos proveitosos para as partes envolvidas.

Dois características são ainda notadamente relevantes para a discussão do tema proposto neste trabalho. Primeiro que nossa área não tem a tradição de ter espaços voltados prioritariamente para tratar sobre os arquivos pessoais, pois este assunto geralmente fica na periferia de nossas discussões mais polarizadoras. Segundo, e como consequência deste primeiro apontamento, justamente por não trazermos os arquivos pessoais para os holofotes de discussões para fins práticos e teóricos, embora iniciativas muito importantes possam ser citadas na literatura brasileira⁹, ainda não conseguimos chegar a um grau “satisfatório” de entendimento no meio arquivístico sobre as singularidades dos arquivos pessoais e, por isso, muitas das vezes os olhamos a partir de experiências e reflexões desenvolvidas para arquivos produzidos por instituições públicas e/ou privadas, embora haja questões notadamente semelhantes entre arquivos de entidades coletivas e individuais. Tais questões serão abordadas mais à frente.

Alguns posicionamentos teóricos foram adotados para o desenvolvimento desta pesquisa. Por isso, há um cabedal teórico que norteia (mas não determina!) nossas interpretações sobre o real, sobre os fatos, sobre como interpretamos os processos, as práticas e a teoria arquivística, bem como nossas formulações conceituais, os contornos semânticos das nossas categorias de análise e das nossas noções acerca do que ainda não possamos fundamentar um posicionamento. Em outras palavras, nossas conclusões estão ligadas aos meios pelos quais escolhemos para alcançá-las. Por isso, explicitamos e buscamos explicar algumas categorias adotadas para esta pesquisa.

Quanto à *construção de si* no processo de produção de um arquivo pessoal remetemo-nos a Gomes (1998, p. 126), bem como a Heymann (2009, p. 65), ao perceber que os arquivos são como “depósito” de valores e representações mais que como simples registros de atividades. Ressalva-se que com tais afirmações não se está pressupondo uma consciência ou intenção extrema e “doentia” de produção da própria imagem, mas tenta-se observar que tal preocupação, que ocorre geralmente quando escolhemos uma roupa para vestir, também pode ser percebida na produção, avaliação, seleção, divulgação e tramitação de documentos de arquivo. Principalmente se resumirmos tudo isso, no contexto pessoal, às escolhas do titular do arquivo sobre o que será acumulado.

Com relação à manutenção/sustentação de uma *identidade* para a Diocese por meio do uso

⁹ Cito publicações que foram muito importantes para as reflexões presentes ao longo desta dissertação, tais como os trabalhos Camargo (2007), Heymann (2012), Cook (1998), Santos (2008), Oliveira (2006), embora existam outras.

do arquivo de Dom Adriano, apoiamo-nos, inicialmente, em percebê-lo como um “ponto de referência” (POLLAK, 1989, p. 3); como um instrumento de preservação da memória e manutenção da identidade da Diocese (ASSIS, 2008, p. 150); como um instrumento simbólico de “integração social” (BOURDIEU, 2007, p. 10); ou como um objeto que sedimenta informações que indicam os interesses que as instituições de custódia podem ter em custodiá-los (OLIVEIRA, 2006, p. 96).

Terry Cook também se apresenta como um referencial teórico desta pesquisa, ao tratar da *parcialidade* na produção e tratamento dos arquivos, quando expõe que os arquivistas

evoluíram de uma suposta posição de guardiães imparciais de pequenas coleções de documentos herdados da Idade Média, para tomarem-se agentes intervenientes que estabelecem os padrões de arquivamento e deliberam sobre qual pequena fração do universo de informações registradas será selecionada para a preservação arquivística. Tomaram-se, assim, construtores muito ativos da memória social¹⁰ (1998, p. 139).

Porém, deve-se observar que nem todas as decisões dependem tão somente do arquivista, inclusive decisões pertinentes ao tratamento do próprio arquivo. Estas são observações que levaremos em conta quando da realização das análises sobre o trabalho arquivístico.

Como já dito, a presente pesquisa tem como objeto o arquivo pessoal de Dom Adriano Mandarino Hypólito. Em vista disso, buscaremos contextualizar não só Dom Adriano, mas também a Diocese e a Cúria Diocesana de Nova Iguaçu, pois formam a instituição que mantém a custódia deste arquivo.

Ressalta-se que, para resolver nossos objetivos, teremos como recorte temporal o contexto de produção do arquivo de Dom Adriano balizado entre 1966 e 1994, período em que o bispo esteve à frente da Diocese, mais o período de 1994 a 2012, que abarca tempo suficiente para estudarmos o período em que seu arquivo pessoal passou a ser custodiado pela Cúria. A data final, 2012, remete à data da primeira redação do projeto que resultou nesta dissertação. Contudo, não descartaremos o período que data do nascimento de Dom Adriano, em 1918, a seu ingresso como bispo de Nova Iguaçu, mas o foco de análise se dá no período de 1966 a 2012, pois contempla tanto um recorte temporal em que Dom Adriano obteve grande projeção pública, e isso se apresenta nos documentos acumulados em seu arquivo pessoal, quanto nos propicia estudar o período posterior a seu falecimento, quando a Cúria Diocesana de Nova Iguaçu mostrou interesse e passou a fazer a

¹⁰ Acrescentamos a esta afirmação a figura do Sr. Antônio de Menezes, responsável pelo Arquivo Diocesano. Ressalta-se, contudo, sua característica de “guardião” do arquivo e de sujeito agente no uso e na mediação de acesso referente ao arquivo pessoal de Dom Adriano, bem como com relação aos demais documentos do acervo da Cúria Diocesana. Como ressaltado anteriormente, Menezes é o principal mediador dos acessos ao arquivo pessoal de Dom Adriano.

custódia de seu arquivo pessoal. Estes dois momentos e estes dois personagens (Dom Adriano e Cúria) são os nossos focos de interesse. Por isso este recorte espaço-temporal foi feito.

Quanto ao material empiricamente pesquisado, no arquivo de D. Adriano, buscamos analisar em especial suas fotografias, cartas e recortes de jornal – materiais nos quais identificamos uma maior frequência de uso por parte da Diocese e que refletem mais explicitamente a trajetória do bispo e suas intenções.

Quanto ao recorte espacial, tivemos um esforço de contextualizar minimamente a Baixada Fluminense e especialmente a abrangência da Diocese de Nova Iguaçu, contexto no qual Dom Adriano esteve inserido no período em que estudamos mais especificamente.

Quanto à metodologia, primeiro, utilizamos como método o Estudo de Caso como nos apresenta Gil (2002, p. 54), ou seja, uma metodologia de pesquisa que “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”. Sendo assim, buscamos analisar, no arquivo pessoal de Dom Adriano, aspectos que nos possibilitaram compreender seus interesses de produção, custódia e uso. Sobre estas duas últimas, buscamos analisar tanto os interesses das ações do bispo quanto os da Cúria, após realizar a custódia e fazer uso do arquivo pessoal em questão. Estes dois foram os nossos principais agentes analisados, pois permitiram que pudéssemos identificar/construir um caso a ser estudado, levando em conta um recorte temporal que os mantêm em um mesmo contexto espacial. Além disso, ambos agentes são figuras que se reforçam em uma coesão identitária, principalmente após o falecimento de Dom Adriano, por conta do esforço até então empreendido por agentes internos à Cúria para que esta relação se mantenha e seja lembrada¹¹.

Contudo, mesmo com um método que impele ao foco, é preciso perceber o objeto pesquisado de maneira holística (YIN, 2006). Isto possibilita, ainda de acordo com Yin (2006, p. 22), “[...] base para explicações e generalizações significativas”, que é nosso intento.

Buscamos, portanto, desempenhar uma pesquisa de observação e análise sobre o arquivo de Dom Adriano.

Com isso, primeiramente, foi estudado – principalmente por meio da análise de entrevistas – como o arquivo do bispo pode ser percebido como um instrumento (e não o único) de manutenção de uma identidade para a Diocese. Para tanto tivemos um roteiro de entrevista aplicado com o Sr. Menezes¹² (arquivista *ad hoc* da Cúria) e com a Senhora Sada¹³ (ex-assessora de D. Adriano). Tais

¹¹ Os principais agentes internos à Cúria que buscam manter a memória de Dom Adriano como referência para a Diocese de Nova Iguaçu são, em sua maioria, aqueles que participaram junto ao bispo ou foram influenciados por seu governo enquanto esteve à frente da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu.

¹² Entrevista concedida em 23/01/2014. Sr. Antônio de Menezes foi seminarista, mas não chegou a terminar

entrevistas foram semiestruturadas a fim de facilitar as análises e ao mesmo tempo permitir um norteamento das questões a serem tratadas pelos entrevistados. Lembra-se que neste tipo de entrevista “[...] o roteiro deve ser construído de forma que permita flexibilidade nas *conversas* e a absorver novos temas e questões trazidas pelo interlocutor como sendo de sua estrutura de relevância” (MINAYO, 1992, p. 191). Os roteiros elaborados para estas entrevistas podem ser encontrados nos apêndices A e B deste trabalho.

Buscamos posteriormente responder a nosso segundo objetivo, ou seja, compreender como se dá a autoconstrução da imagem de D. Adriano por meio da produção de seu arquivo, vide como nosso referencial teórico nos direciona a percebê-lo.

Por último, as entrevistas com o Sr. Antônio de Menezes e com a Senhora Sada Baroud David também serviram para compreendermos os interesses que envolvem a custódia do arquivo pessoal de Dom Adriano pela Cúria. Para este objetivo também contamos com as pesquisas exploratórias, realizadas por meio de visitas a esta instituição, a fim de compreender o tratamento arquivístico conferido ao arquivo do bispo, percebendo se há diferenças com relação a outros documentos.

Sobre a estrutura desta dissertação, foram elaboradas três seções onde buscamos galgar respostas aos questionamentos levantados. Desta forma a seção 2 foi elaborada no intuito de contextualizar nosso objeto de pesquisa e, por conseguinte, a presente pesquisa. Na seção 3 buscamos travar uma discussão sobre como os arquivos (e em especial o de Dom Adriano) podem ser percebidos como lugares de memória e pontos de referência, levando em consideração os trabalhos de Pierre Nora e Michael Pollak, respectivamente. A seção 4 é o resultado concentrado da maioria de nossas discussões propostas. Desta forma, nesta seção, buscou-se delinear um breve panorama sobre o conceito de arquivo e de arquivos pessoais; analisar os interesses que nortearam a construção do arquivo de Dom Adriano; compreender como podemos perceber os arquivos pessoais como uma construção coletiva; perceber pontos de complementaridade e dissenso entre diferentes olhares sobre os arquivos; retratar e discutir os processos de aquisição, tratamento e os usos que envolvem o arquivo do bispo; e perceber qual foi a relevância do arquivo pessoal de Dom Adriano para a declaração de interesse público e social do Arquivo Diocesano, decretada em 9 de maio de 2012. Por último, na seção 5, chegamos a algumas considerações baseadas nas discussões travadas

o curso para ser padre. Um tempo depois de trabalhar em São Paulo, logo após o falecimento de Dom Adriano, ele foi convidado para assumir o Arquivo Diocesano da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu. Tal convite, como ele mesmo explica, se deu pela proximidade de Menezes com a Diocese de Nova Iguaçu, seu contato com Dom Adriano e seu gosto por história.

¹³ Entrevista concedida em 25/01/2014. Sr.^a Sada Baroud David era professora e se formou em colégio católico. Ela mesma se diz próxima à Igreja. A convite de Dom Adriano passou a assessorá-lo em muitos dos projetos que eram encampados pela Diocese à época do governo do bispo.

ao longo do processo de pesquisa aqui sedimentado.

2 CONTEXTO E OBJETO: A DIOCESE DE NOVA IGUAÇU (RJ) E O ARQUIVO DE DOM ADRIANO MANDARINO HYPÓLITO

O propósito desta seção é de reconhecida relevância nas ciências humanas e sociais, especialmente as áreas que contam com uma trajetória de análise sobre o passado e os agentes sociais, pois elas se debruçam, dentre outras coisas, sobre “quem foi” determinado sujeito ou instituição a fim de contextualizá-las. Este é o caso da História, da Sociologia e da Psicologia Social, por exemplo. No que se refere a esta pesquisa, é importante compreender os contornos que conferem identidade à Diocese de Nova Iguaçu para então termos mais facilidade em compreender o produtor do arquivo que se encontra como objeto de estudo desta pesquisa, ou seja, o arquivo pessoal de Dom Adriano. Em outras palavras, buscar compreender os contornos contextuais em que viveu o produtor do arquivo que pesquisamos será útil para compreender a produção dos próprios documentos deste conjunto documental. Percebemos, ainda, que é significativo ressaltar que tal investida não colabora tão somente para os resultados de uma pesquisa acadêmica, pois é também (ou deveria ser) parte do fazer arquivístico. Isso porque a contextualização da produção e acúmulo dos documentos tem como finalidade evidenciar a relação dos documentos de um arquivo com seu produtor e, ao mesmo tempo, a inter-relação produzida que vincula semanticamente os próprios documentos acumulados no arquivo. Ou seja, tal trabalho evidencia os vínculos orgânicos dos documentos entre si e com seu produtor, condição para identificarmos quais documentos fazem parte de um arquivo e quais não fazem. Mesmo que este empreendimento esteja mais fortemente ligado ao tratamento de arquivos permanentes, entendemos que a contextualização dos documentos ocorre (ou deveria ocorrer), mesmo que de maneira mais sucinta, na gestão de arquivos correntes e intermediários, pois são informações que auxiliam no entendimento e uso dos documentos ainda quando correntes e intermediários, sem contar que aqueles que chegarem à fase permanente serão tratados com muito mais facilidade.

O estudo sobre estas questões evidencia a atuação dos sujeitos e das instituições como agentes na construção da realidade. Percebemos, contudo, que estes agentes também são influenciados pelo seu meio, pela realidade que “colaboram” ou não para construir. Desta forma, percebemos uma interferência mútua entre o agente que influencia e que é influenciado pelo seu contexto sócio-espacial. Cabe ressaltar que o poder de influência do agente individual sobre o seu meio, e do meio sobre os agentes individuais é relativo. Depende de fatores como poder, contexto, interesses, capacidade de articulação, dentre outros.

Compreender “quem foi” alguém ou “o que foi” determinada instituição explicita a preocupação com a influência dos agentes do passado sobre a leitura que temos sobre eles no

presente, bem como o caminho inverso, ou seja, apresenta uma preocupação sobre a leitura que o presente tem ou pode vir a ter sobre um passado. São questões, como discutiremos mais à frente, que podem ser de interesse tanto do produtor do arquivo, dos pesquisadores deste arquivo e dos intermediários deste processo, o arquivista ou responsável pelo arquivo, que, como sabemos, nem sempre é graduado em Arquivologia¹⁴.

Correntemente uma investida como essa é vista como uma leitura sobre o passado para tentar compreendê-lo e não cometer erros antes cometidos. Há também a justificativa de conhecermos nossos agentes históricos – por isso, geralmente, são escolhidos personagens de “relevo social”, por vezes pessoas públicas – para que, os analisando, possamos perceber padrões sociais que impelem sobre tais indivíduos e assim justificar condutas a serem ou não seguidas.

Reconstruir trajetórias e analisá-las são, metodologicamente, pontos de partida relevante para contextualizar e compreender os resultados das considerações ou conclusões que se possam fazer acerca do objeto que se pretende estudar.

Entretanto, duas ressalvas devem ser feitas: primeiro deve ficar claro que (1) não propomos descrever Dom Adriano e sua trajetória de forma extensa. Contudo, nos apoiaremos nas referências que utilizamos para contextualizar sua trajetória, bem como nas impressões que tivemos em algumas ocasiões de pesquisa de campo, quando, em algumas das vezes, pudemos conversar com alguns funcionários da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu. Em resumo, não discutiremos as matizes interpretativas sobre quem foi Dom Adriano para os indivíduos e grupos da Diocese de Nova Iguaçu, mas iremos nos apoiar em trabalhos de pessoas que já trataram a questão para podermos seguir em frente com o estudo de caso que desenvolveremos com foco no arquivo pessoal do bispo. Em segundo lugar, reafirmamos que (2) não queremos sustentar um estatuto de verdade para nossas afirmações, seja no aspecto de uma reconstrução do passado, sobre a representatividade do bispo para com a Diocese de Nova Iguaçu, nem mesmo sobre as considerações/conclusões deste trabalho. O que fica deste esforço é a certeza de que todas as afirmações presentes neste trabalho pautam-se em escolhas teóricas e análises metodológicas.

Em suma, nossas considerações e conclusões, portanto, podem sofrer refutações como qualquer outra, contanto que possuam base teórica e metodológica que sustente um desacordo plausível e fundamentado.

¹⁴ Isso é outra questão e há aspectos relevantes para observarmos em vários casos, mas que infelizmente não se enquadram especificamente na proposta desta pesquisa.

2.1 A DIOCESE DE NOVA IGUAÇU E SUA CÚRIA DIOCESANA

A Diocese de Nova Iguaçu foi criada em 26 de março de 1960 pelo Papa João XXIII, por meio da bula *Quandoquidem Verbis*, tendo como seu primeiro bispo Dom Walmor Battú Wichowski, antes bispo auxiliar de Santos. Atualmente, no âmbito territorial, “[...] engloba, além de Nova Iguaçu, os municípios de Belford Roxo, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Paracambi, Queimados e o distrito de Conrado, em Miguel Pereira” (CÚRIA DIOCESANA DE NOVA IGUAÇU, 2010, p. 19 e p. 76).

É localizada na região conhecida como Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro, uma região historicamente marcada pela pobreza e pela violência.

De acordo com Assis e Panisset, podemos caracterizar esta Diocese, desde meados dos anos sessenta, “[...] como representante do projeto de um segmento da Igreja Católica no Brasil, denominado como ‘esquerda católica’, que busca um estreitamento de pensamentos e práticas entre religião e política” (ASSIS e PANISSET, 2006, p. 190), influenciando até mesmo o pensamento de “esquerda” de Dioceses vizinhas como as de Duque de Caxias e São João de Meriti.

Esta leitura filia-se com o que Leonardo Boff e Clodovis Boff (1986) vão caracterizar como diretrizes da Teologia da Libertação para a Igreja Católica. Cabe lembrar que o período estudado por Assis e Panisset (Op. Cit) remonta aquele em que Dom Adriano esteve à frente da Cúria Diocese de Nova Iguaçu (sede administrativa da Diocese). Período que tem como marca relevante a recente ditadura civil-militar instaurada no Brasil. Neste início, podemos ressaltar alguns elementos extremamente significativos para contextualizar as diretrizes e espaços de atuação da Diocese de Nova Iguaçu à época. Ressaltamos que, cruzando o governo de Dom Adriano, que foi de 1966 a 1994, com o período em que o Brasil esteve imerso na citada ditadura, de 1964 a 1985, podemos perceber que as datas se encontram por 19 anos, ou seja, Dom Adriano foi bispo da Diocese por durante quase todo o regime de exceção ora referido. Outros elementos que situam a Diocese e sua respectiva Cúria à época da gestão de Dom Adriano é sua localização. Ou seja, desta forma podemos lembrar que Nova Iguaçu, sede da Diocese, é marcada ao longo de sua história pela pobreza e pela violência. Contudo, outros aspetos podem ser destacados especificamente sobre Nova Iguaçu: (1) o grande fluxo migratório para a região no início do século XX, (2) a posterior instabilidade política com as frequentes intervenções militares no período ditatorial, e (3) os movimentos contestatórios, presentes de forma mais marcante neste mesmo período, ligados, inclusive, à atuação da Diocese de Nova Iguaçu. Vamos tratar um pouco melhor destes aspectos para que a relação entre a influência da gestão de Dom Adriano sobre a Diocese e o contexto político nacional à época possam ser melhor interpretados na perspectiva de disputas pela

construção e representação da realidade. No caso, tais disputas foram travadas em seus respectivos momentos presentes, bem como são objeto de releitura e fundamentação de discursos, que podem ser opostos ao se referir a um mesmo fato.

No intento de contextualizar a Diocese e sua instância administrativa, sua respectiva Cúria Diocesana, vamos trazer e analisar as informações sobre a história desta instituição com base no livro publicado pela mesma em comemoração a seu jubileu de ouro, ou seja, seu aniversário de 50 anos. O mesmo foi-nos fornecido em uma das visitas de campo à Cúria. Este livro comemorativo foi publicado em 2010 com o nome “Diocese de Nova Iguaçu: 50 anos de missão”. Vamos aproveitar parte deste livro, que busca registrar a história de sua região de atuação desde antes de sua formação, com um texto cujo título é “A Pré-Diocese”, buscando dar conta de sua trajetória desde o início até o presente momento da publicação do livro. Este método será útil para não só situarmos os aspectos migratórios, políticos e contestatórios da região, mas será uma oportunidade de perceber como a Cúria conta a trajetória de sua atuação o longo de 50 anos.

De início, já na apresentação do livro, percebemos uma afirmação interessante para os objetivos desta pesquisa, feita pelo bispo que esteve à frente da Cúria quando da elaboração do livro. Nas primeiras linhas, Dom Luciano Bergamin deixa claro que a obra é resultado do “[...] grande desejo de escrever um livro que resgatasse o passado, mostrasse o presente e preparasse o futuro” (CÚRIA DIOCESANA DE NOVA IGUAÇU, 2010, p.1). Ou seja, percebemos nesta citação o cuidado e interesse da administração da Cúria com o passado, o presente e o futuro.

Um ponto sempre reforçado quando se conta a história de Nova Iguaçu é seu destaque no início do século XX como região de forte cultivo de laranjas. Esta cultura tem como uma de suas principais influências o grande fluxo migratório de italianos que chegaram ao Brasil entre os anos de 1870 e 1930. Constituíram uma colônia próxima à antiga estação de trem de Maxambomba, que em 1916 passou a se chamar estação de Nova Iguaçu, e foram os principais empreendedores na produção de laranja do país (CÚRIA DIOCESANA DE NOVA IGUAÇU, 2010, p. 20). Com o passar do tempo, “[...] no período entre 1920 e 1940, Nova Iguaçu transformou-se na região de maior produção cítrica do país, produzindo tanto para o mercado externo quanto para o interno” (SÓTENOS, 2013, p. 62). Por conta disso, Nova Iguaçu era conhecida como “cidade perfume”, em razão do cheiro exalado pelas plantações de laranja.

Contudo, nesta fase, a economia iguaçuana passou por várias dificuldades que acabaram desaguando na desestruturação de sua economia baseada na agricultura. Dentre os problemas enfrentados, destacam-se o aparecimento de pragas – dentre elas, a conhecida como “mosca do Mediterrâneo”; a despreocupação com a fertilização do solo; a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque; a consequente depressão econômica que se prolongou pela década de 1930; e os

desdobramentos econômicos da Segunda Grande Guerra (1939-1945) (SÓTENOS, 2013, p. 62).

A crise da citricultura iguaçuana e sua incorporação à capital do Estado do Rio e Janeiro desencadeou uma onda de loteamentos clandestinos e oficiais. Sótenos assim resume este momento da história de Nova Iguaçu:

No início do século, a cidade que era essencialmente rural passou a ser eminentemente urbana. Grande parte desse contingente populacional era oriunda dos mais diversos Estados da região Nordeste, assim como do Espírito Santo e Minas Gerais. Além dessas regiões, Nova Iguaçu recebeu um número muito grande de migrantes da capital federal e dos subúrbios próximos, devido aos altos valores de aluguéis e dos terrenos da capital, o que fez com que cada vez mais fosse expulso dessas áreas um número significativo de pessoas. Cabe destacar que, associado aos elementos enfatizados acima, entre os anos de 1939 e 1960 outros fatores contribuíram para a migração maciça para a localidade. (SÓTENOS, 2013, p. 63-64)

Este é o contexto de nascimento da Diocese de Nova Iguaçu, criada em 26 de março de 1960 pelo Papa João XXIII, como assinalado no início desta subseção.

Logo em seguida, quatro anos após sua criação, tem início no Brasil um golpe que sustentou um regime ditatorial ao longo de vinte e um anos, de 1964 a 1985¹⁵. Alguns sintomas deste período, e de tempos anteriores a este, influenciam ainda hoje a vida política de Nova Iguaçu e do Brasil como um todo.

Naquele período, a Baixada Fluminense e especialmente Nova Iguaçu foram se tornando espaços de resistência para grupos opostos ao regime civil-militar, inclusive para aqueles agentes que participaram da luta armada e posteriormente reavaliaram seus métodos ou foram derrotados e buscaram outras formas de atuação, buscando no interior do Estado do Rio de Janeiro espaços para atuação política. Assim, Nova Iguaçu passa a ser bastante vigiada pelos órgãos de informação do regime de exceção. Inclusive com interferências diretas na política iguaçuana. Sótenos (2013, p. 70) ressalta que este cenário de instabilidade política vai ser marcado por intervenções militares, cassação de mandatos de prefeitos, atentados à bomba, prisões latentes “[...] constituindo-se assim a arena política regional durante todo o período dos governos militares”. Buscando fundamentar suas afirmações, este mesmo autor registra que durante 1964 a 1968, Nova Iguaçu foi governada por nove prefeitos, dos quais dois foram interventores indicados pelo governo federal. Sótenos assim resume este período:

A história de Nova Iguaçu nos anos ditatoriais pode ser analisada pela carência,

¹⁵ Analisar as nuances de modificações políticas, econômicas e sociais ocorridas no citado regime não é foco deste estudo, embora seja uma empreitada importante e interessante.

pelos variados problemas gerados pelo crescente número de moradores, pelo baixo ou ineficiente investimento do poder público, pelo beneficiamento de setores da elite local associados às instâncias governamentais que canalizavam para si recursos os quais, de outra forma, ajudariam a equacionar as limitações dos bairros em transporte, iluminação pública e em pavimentação das ruas (a ausência dela obrigava os moradores a caminharem em dias de chuva sob um mar de lamas, já que os proprietários das empresas de ônibus se recusavam a disponibilizar sua frota para entrar nas vias dessas localidades não asfaltadas). Contudo, além da carência, da ausência, podemos da mesma forma analisar a história da cidade durante a ditadura militar pelo viés da participação dos movimentos populares de bairros, que se constituíram e atuaram ao longo desses anos, anos esses caracterizados pelo arbítrio, mas também pela reconstituição de novos espaços de atuação política, pela inventividade nas formas contestatórias, tirando a política do gabinete e a experimentando na prática, dentro dos limites e possibilidades do período. Desta feita, miraríamos a história não pelo que estava ausente, mas pelo que foi criado, pela capacidade de organização de um expressivo contingente de moradores, e ainda pelo estabelecimento de redes de alianças contestatórias de oposição à ditadura. Não por outro motivo que os integrantes dessa história foram alvos por excelência da comunidade de informação, a qual entendia que a “infiltração comunista” e a pobreza da região formavam os ingredientes necessários à subversão. (SÓTENOS, 2013, p. 93).

Neste período também tivemos a gestão de Dom Adriano como terceiro bispo da Diocese de Nova Iguaçu, tendo sido nomeado pelo Papa Paulo VI, em 1966. Não só Dom Adriano, mas outros clérigos e leigos participaram como agentes contestadores do regime e de demais problemas sociais e econômicos da Baixada. Este posicionamento, contudo, trouxe algumas represálias, como o sequestro de Dom Adriano, em 1976, o qual será tratado mais à frente.

Antes deste bispo a Cúria foi governada por outros dois bispos, respectivamente por Dom Walmor (primeiro bispo, de 1960 a 1961), Dom Honorato (segundo bispo, de 1961 a 1966). Após Dom Adriano, a Diocese contou com Dom Werner (quarto bispo, de 1995 a 2002) e atualmente ela tem como seu bispo Dom Luciano Bergamin, tendo iniciado na função em 2002.

No livro comemorativo dos cinquenta anos da Diocese, há uma entrevista fornecida por Dom Luciano. Nela, conforme registra uma breve sinopse no próprio livro, o bispo fala sobre

[...] Deus, defende os valores da família, aconselha os jovens, faz a defesa intransigente dos direitos humanos, recorda a importância de Dom Adriano Hipólito na luta contra o regime militar, discute democracia, condena a violência, define o papel da Igreja Católica na política, destaca a importância das pastorais e convida a todos a participarem das comemorações dos 50 anos da Diocese de Nova Iguaçu (CÚRIA DIOCESANA DE NOVA IGUAÇU, 2010, p. 85).

Há alguns projetos de destaque na administração de Dom Adriano que até então se encontram em funcionamento, tal como a criação do Centro de Formação de Líderes (Cenfor), inaugurado oficialmente em 21 de julho de 1973 e que atualmente abriga a administração da

Diocese, ou seja, a Cúria; o Arquivo Diocesano; e o Centro de Direitos Humanos.

O Cenfor foi idealizado em sua formalidade como órgão da Diocese voltado para o trabalho de formação de lideranças leigas e promoção dos direitos humanos. Por conta disso, no mesmo livro comemorativo dos 50 anos da Diocese está registrado que, “ao assumir a condição de trincheira na luta pelos direitos humanos e pela democracia, o Cenfor era vigiado pelas forças da repressão durante todo o período em que vigorou no Brasil a ditadura militar [...]” (CÚRIA DIOCESANA DE NOVA IGUAÇU, 2010, p. 63).

Para buscar retratar Nova Iguaçu atualmente, podemos nos valer novamente do trabalho de Sótenos que, ao buscar representar um panorama da realidade socioeconômica da região, diz que

inúmeros problemas sociais, como pavimentação das ruas, iluminação pública em bairros afastados, acesso à saúde pública, por exemplo, convivem com um Centro da cidade que atrai grandes empreendimentos imobiliários, rede hoteleira e uma dinâmica socioeconômica que contrasta com a de um bairro de periferia tradicional. (SÓTENOS, 2013, p. 62).

Em suma, esta é uma ligeira representação do contexto que circunda a Diocese de Nova Iguaçu, bem como uma tentativa de pontuar algumas de suas interferências na (trans)formação de seus espaços de atuação.

2.1.1 O Arquivo Diocesano

Após o exposto, seremos mais específicos e trataremos sobre o Arquivo Diocesano, que é o setor dentro da Cúria responsável por recolher e tratar os documentos permanentes e os arquivos pessoais custodiados na instituição.

Em visitas de campo percebemos que o Arquivo Diocesano, como é conhecido na Cúria, é munido atualmente de um andar inteiro destinado, prioritariamente, aos documentos permanentes produzidos e recebidos pela instituição, além de algumas peças (como estátuas, cadeiras antigas, livros, etc.) as quais algumas são passíveis de se perceber como documentos arquivísticos. Também, compondo o Arquivo Diocesano, temos os arquivos pessoais de Dom Adriano e Pe. Agostinho Pretto, até então.

De acordo com a Comissão Técnica para Avaliação de Acervos Privados de Interesse Público e Social, que realizou diagnóstico em 2011 no Arquivo da Diocese da Diocese de Nova Iguaçu, ele é composto por documentos institucionais referentes à “[...] organização e funcionamento do setor administrativo, pessoal, material, patrimônio, orçamento, finanças e comunicações e da documentação referente às atividades eclesiais” (CONARQ, 2011, p. 2).

Sobre o projeto da criação deste setor na estrutura da Cúria, o Sr. Menezes lembra a participação e preocupação de Dom Adriano com relação ao arquivo, pois, segundo ele

desde que ele [Dom Adriano] chegou aqui ele sempre teve essa preocupação com arquivo. Quando ele chegou em sessenta e seis. Mas quando ele fez um novo prédio da Cúria, inaugurado em oitenta e quatro ou oitenta e dois, salvo engano [...] ele reservou pra esse prédio todo o andar pra ser o arquivo. (MENEZES, 2014).

O prédio a que Menezes se refere não é onde está a atual sede da Cúria, pois sua administração se mudou e atualmente estão alojados no Cenfor, onde o Arquivo Diocesano ainda ocupa um andar inteiro.

2.2 QUEM FOI DOM ADRIANO E O QUE FICOU EM SEU ARQUIVO PESSOAL

Uma das premissas da análise arquivística, seja no trabalho de pesquisa acadêmica ou na prestação de serviços especializados, que também demanda pesquisa, é o estudo sobre o produtor do arquivo por meio de sua história ou biografia, seu contexto de atuação e inserção social, seus objetivos, funções, atividades, o estado de conservação dos documentos, etc. Realiza-se um diagnóstico sobre o arquivo e seu produtor antes de qualquer afirmação ou intervenção. Nesta linha, vide a importância da produção destes conhecimentos acima relacionados para se compreender o próprio arquivo, fizemos um esforço de contextualizar a trajetória de Dom Adriano para, posteriormente, apresentar um levantamento de seu arquivo pessoal. Mas, antes, cabem algumas observações.

O sociólogo Charles Wright Mills sustenta a ideia de que para se compreender as modificações de muitos ambientes pessoais, temos a necessidade de olhar além deles (MILLS, 1982, p.17). Ou seja, de acordo com este autor, e direcionando seu raciocínio para esta pesquisa, devemos reconhecer Dom Adriano como um homem de seu tempo, situado em determinados contextos sócio-espaciais. Para tal tarefa, pode-se percebê-lo como um homem intelectual e de ação, que viveu o auge de sua vida produtiva como bispo da Diocese de Nova Iguaçu entre 1966 e 1994, em pleno período do regime civil-militar brasileiro (1964-1985). Ainda, para ratificar nossas afirmativas, retomamos Mills, que ressalta que a vida de um indivíduo não pode ser compreendida adequadamente sem referência às instituições dentro das quais sua biografia se desenrola (MILLS, 1982, p. 175). Portanto, é preciso perceber Dom Adriano como um membro da Igreja Católica, e não simplesmente como militante civil. Sua colocação eclesial implicou, certamente, em facilidades e dificuldades para a realização de algumas de suas ações.

Para compreendermos Dom Adriano como um homem de seu tempo, situado em determinado contexto sócio-espacial, não poderíamos deixar de ressaltar sua trajetória como bispo da Diocese de Nova Iguaçu, entre 1966 e 1994. É importante, também, lembrarmos que esta Diocese é percebida ainda hoje como um símbolo de luta contra a ditadura civil-militar. Esta imagem da Diocese ancora-se – mas não totalmente – no que Dom Adriano representou enquanto bispo à frente dela, chegando a ser identificado como adepto da Teologia da Libertação, e até mesmo como bispo comunista. Informações que nos levam, inclusive, a perceber a não linearidade das trajetórias individuais, pois, segundo o próprio Dom Adriano foi o povo da Baixada Fluminense que o “converteu”. Neste caso, esta conversão remete à mudança de relação de Dom Adriano com o povo, ou seja, antes de ele ter contato mais direto com o povo sofrido da Baixada, como ele mesmo caracterizava, suas preocupações seriam mais formalistas e voltadas para o interior da Igreja, e não tanto para a vida cotidiana do povo.

Nascido em 18 de janeiro de 1918, em Aracajú, Sergipe, foi batizado com o nome de Fernando Polito. Em 1929, aos 11 anos, mudou-se para Salvador, Bahia, para cursar o ginásio, a mando de seu pai, Nicolau Polito, que lá passou a residir.

De acordo com publicação da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu, sua vocação religiosa era alimentada por sua mãe, Isabel Mandarinho Polito, e estimulada por seu contato com os padres franciscanos (CÚRIA DIOCESANA DE NOVA IGUAÇU, 2010, p. 35).

Em outubro de 1942, o então Frei Adriano Hypólito é ordenado padre na Igreja de São Francisco, em Salvador. Em janeiro de 1943 é transferido para o Colégio Seráfico de Santo Antônio, em Ipuarana, Paraíba, para exercer as funções de professor de Português e Música.

Em julho de 1948 viaja para Portugal e outros países da Europa para estudar Língua Portuguesa e História. Retorna ao Brasil em 1955, para o Colégio Seráfico de Ipuarana, onde permanece por mais de oito anos e chega a ser diretor de estudos.

Em 1961 foi transferido para o Convento de São Francisco da Bahia para atuar como mestre dos clérigos e diretor espiritual da Arquidiocese de Salvador, a pedido do Cardeal-Arcebispo Dom Augusto. Em 1962 é nomeado vigário-geral da Província Franciscana da Imaculada Conceição, com sede em São Paulo. Logo em seguida, em 22 de setembro de 1962 é nomeado bispo-Auxiliar de Salvador, pelo então Papa João XXIII. Como bispo-Auxiliar, participa do Concílio Vaticano II, nas sessões de 1963, 1964 e 1965.

Dom Adriano é então nomeado bispo da Diocese de Nova Iguaçu pelo Papa Paulo VI, em 1966, cargo em que permaneceu até 1994.

Neste período, tocado tanto pela experiência do Concílio Vaticano II quanto pelo contato

com o “povo sofrido”¹⁶ da Baixada Fluminense, o então bispo de Nova Iguaçu proporcionou repercussão devido a seus atos e à forma de pensar a Igreja e a sociedade. De acordo com publicação recente da Cúria,

a acolhida que lhe deu o povo foi afetuosa e marcada pela esperança. Na nova missão, Dom Adriano conseguiu conscientizar aquela gente para lutar por direitos essenciais e, nessa empreitada, acabou por revolucionar positivamente a própria existência. Conscientização passou a ser uma palavra-chave para o bispo de Nova Iguaçu, convicto de que um cidadão informado e consciente luta pelos próprios direitos e os da coletividade. (CÚRIA DIOCESANA DE NOVA IGUAÇU, 2010, p. 36-37).

Percebendo esta inclinação de Dom Adriano à tentativa de conscientizar o povo da Baixada, ainda na graduação, quando o autor desta dissertação já estudava sobre o arquivo do bispo e os interesses que o levaram a produzir e acumular determinados documentos, um esforço foi empreendido no intuito de analisar o discurso do bispo presente em uma série de publicações de terceiros acumuladas e preservadas por Dom Adriano em seu arquivo pessoal.

Integrando tais publicações, me ative às entrevistas concedidas pelo bispo a jornais de grande, média e pequena circulação. Partindo do estudo realizado acerca destes documentos podemos tentar compreender algumas de suas intenções em acumulá-los, bem como ratificar seu perfil de atuação à frente da Cúria, como exposto na última citação.

A frequência com que o bispo elegia a conscientização e tomava para si e para a Igreja o dever de conscientizar os pobres, motivou um levantamento para saber quantas vezes visualizamos o radical “cons”, do qual se formariam derivativos como “consciência”, “conscientizar”, etc. em suas entrevistas concedidas. No total de oito entrevistas analisadas encontramos 67 palavras nas respostas de Dom Adriano referindo-se a consciência, conscientizar, conscientização; o que reforça nossa afirmação quanto ao discurso e forma de pensar do bispo. Sabemos que como as palavras, os números também podem ser interpretados e por isso – com o objetivo de minimizar a subjetividade de nossas informações – fizemos a contagem do número de palavras¹⁷ respondidas pelo bispo em cada entrevista e sua respectiva quantidade de palavras com o radical “cons” resultando em palavras derivadas do verbo “conscientizar”. Abaixo demonstramos esta contagem em uma tabela:

¹⁶ Dom Adriano assim caracterizava o povo da Baixada, “povo sofrido”, tanto que em 1982 lançou um livro de crônicas sobre a vida na região da Diocese com o título de *Imagens de Povo Sofrido*. Livro publicado pela Editora Vozes, que reuniu algumas das crônicas que Dom Adriano escrevia e acrescentava à leitura litúrgica das missas da Diocese.

¹⁷ Para a contagem das palavras, utilizamos o editor de texto Word 2003. A utilização do programa para a contagem foi possível porque trabalhamos apenas com entrevistas já transcritas para formato digital. Este foi apenas um exercício sem maiores aprofundamentos técnicos ou teóricos, mas que pode demonstrar um acerto nas proposições do bispo.

Documento	Nº de palavras	Com o radical “cons”
Correio da Lavoura (29/3/1972)	781	1
Movimento (23/5/1976)	2.807	16
Última Hora (24/9/1976)	978	4
Revista Veja (3/3/1977)	1.274	2
Boletim Diocesano (ago-set/1977)	1.013	15
Manchete (19/3/1978)	2.208	25
Jornal do Brasil (3/8/1986)	1.922	2
Folha de São Paulo (12/7/1993)	489	2

Podemos observar na tabela acima que há a preocupação do bispo com a questão da conscientização como forma de transformação da realidade social.

Sabemos que as respostas possuem relação com as perguntas feitas por cada entrevistador e com outros critérios de escolha, porém uma análise mais aprofundada levaria a outra pesquisa, não sendo nossa intenção no momento realizá-la. Contudo, nossa análise, que é anterior à publicação do livro comemorativo do jubileu da Diocese de Nova Iguaçu, conduz ao entendimento de que o arquivo carrega o discurso de seu produtor para sua posteridade, mesmo que esta não seja uma intenção explícita e/ou consciente de quem constrói¹⁸ o arquivo. Outra verificação é a ratificação da linha de atuação do bispo, exposta tanto em publicação da Cúria quanto após nossa análise das entrevistas.

Agindo nesta linha, destacamos sua participação e apoio explícito junto a movimentos populares na região da Baixada Fluminense, principalmente em Nova Iguaçu. Não se denominava como militante de esquerda, e julgava-se a favor dos Direitos Humanos. Ajudou na manutenção do Movimento de Amigos do Bairro (MAB), em Nova Iguaçu. Colaborou também para reuniões de organizações populares, tal como o encontro realizado no bairro do Moquetá, o Encontro de Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES) – realizado no Centro de Formação de

¹⁸ A palavra “constrói” foi usada de maneira proposital, levando-se em conta que não é comum retratar a produção dos arquivos desta maneira, vide a terminologia arquivística presente na literatura da área relacionada em parte expressiva das referências deste trabalho. Nossa intenção é abrir perspectivas de que o arquivo não é produzido e acumulado de forma “natural” e “imparcial”, mas construído. Iremos demonstrar mais à frente o caráter artificial, intencional e coletivo dos arquivos. Nossa intenção é problematizá-los como objetos passíveis de serem produzidos com vistas à posteridade, à publicidade, a interesses políticos, mesmo que estas intenções não sejam regra à construção dos arquivos. Outra questão também a ser analisada, é o caráter coletivo com que os arquivos, repito, mesmo os pessoais, são construídos, pois sofrem influências e injunções de caráter externo à pessoa titular do arquivo.

Líderes (Bairro de Moquetá, N. I. – atual sede da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu). Dentre várias participações em reuniões, o bispo mantinha contato com representantes das comunidades da região da Baixada Fluminense e com representantes da Igreja (do Brasil e do exterior, principalmente da Alemanha, de onde recebeu apoio financeiro e ideológico).

Encontram-se em seu arquivo pessoal algumas fotos nas quais podemos identificá-lo junto a manifestações populares, tais como, comunidades em posse de terras, apoiando a população que o recebia, em encontro com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Dom Adriano também lecionou música durante algum tempo. Buscava sempre registrar suas visitas às comunidades carentes, geralmente com a ajuda de Fernando Leal Webering, seu sobrinho. Escrevia para o semanário litúrgico de sua Diocese, o periódico *A Folha*, no qual sempre redigia uma crônica sobre o cotidiano que, posteriormente, em 1982, reunidas, constituíram a publicação de um livro intitulado *Imagens de Povo Sofrido*, pela Editora Vozes. Dom Adriano faleceu pouco tempo após sair da administração da Cúria, em 10 de agosto de 1996.



Fotografias com Dom Adriano M. Hypólito tiradas da internet¹⁹

Até aqui se percebe a variedade de atuações de Dom Adriano e isso se reflete na construção

¹⁹ Todas as fotografias foram retiradas do endereço eletrônico <<http://coisasdesaocristovao.blogspot.com/2011/03/grandes-descobertas-do-blog-coisas-de.html>>. Acesso em: 19/11/2011.

de seu arquivo pessoal, sendo que o período em que ele foi bispo de Nova Iguaçu destaca-se como fartamente documentado e preservado até então em seu arquivo pessoal.

Com relação à gestão de Dom Adriano à frente da Diocese de Nova Iguaçu, pode-se dizer, então, que ele participou de seu contexto estando não só inserido nele, mas participando ativamente como um agente na construção e manutenção desta vertente “de esquerda” da Diocese.

Sua atuação trouxe também represálias. Uma das mais marcantes foi a do dia em que o bispo foi sequestrado. Este ocorrido foi amplamente noticiado, pois era a demonstração clara de um acirramento entre setores mais conservadores do regime civil-militar e setores mais progressistas dentro da Igreja Católica, no qual Dom Adriano se enquadrava.

O Jornal *O Dia* foi um dos veículos de informação que divulgou as notícias sobre o sequestro do bispo diocesano. Tal fato, que ocorreu no dia 22 de setembro de 1976, foi amplamente divulgado pelas mídias impressas nacionais. Sobre tal ocorrência, dispomos de alguns documentos também encontrados no arquivo pessoal do bispo. Dentre eles, alguns recortes de jornais com notícias de seu sequestro, os quais foram organizados, encadernados e contaram com a elaboração de um sumário.

Como pudemos observar, jornalistas de *O Dia* estiveram na coletiva de imprensa do dia 28 de setembro de 1976, no Centro de Formação de Líderes, onde o bispo relatou como foi seu sequestro (O DIA, 29/9/1976).

Em sua edição do dia 29 de setembro, foi dedicado espaço no jornal suficiente para resumir todo o relato de Dom Adriano. Segundo o próprio bispo, sua entrevista coletiva expõe as mesmas informações que comunicou ao delegado Borges Fortes, responsável pelo seu caso, e disse não saber o motivo de ter sido sequestrado, pois disse que não tinha ligação com partidos políticos e seu trabalho consistia apenas em pregar o evangelho da melhor forma possível (O DIA, 29/9/1976).

Com base em um panfleto publicado após o sequestro de Dom Adriano, assinado pela Aliança Anticomunista Brasileira (AAB), podemos estabelecer um breve “diálogo” entre este documento, também guardado no arquivo pessoal do Bispo, e a entrevista coletiva de Dom Adriano. Nesse panfleto, assinado pela AAB, o bispo de Nova Iguaçu é acusado de ser comunista. Publicado após seu sequestro, dentre os dizeres do texto podemos destacar as seguintes passagens: “A AAB [...] combate os comunistas de batina, como D. ADRIANO HIPÓLITO [...]” e “Não era intenção da AAB abandonar D. ADRIANO HIPÓLITO nu, na via pública, quando menos fosse, pelo respeito aos moradores locais. Todavia, o fizemos [...]”. No final do panfleto, destacamos a frase que dá início ao último parágrafo do texto: “Cuidem-se e aproveitem a vida que lhes resta, bispos vermelhos!” (ALIANÇA ANTICOMUNISTA BRASILEIRA, [1976?]).

Não tendo recursos para confirmar a relação entre algumas informações, atentamos para uma reportagem do jornal *O Dia*, datada de 1 de outubro de 1976. Com o título “Outro bispo sofre ameaças e pede proteção às autoridades”, é publicada a denúncia de intimidações sofridas por Dom Waldyr Calheiros, uma semana após o sequestro de Dom Adriano, que na época era bispo de Volta Redonda (O DIA, 1/10/1976).

Além destes veículos, outros também deram visibilidade ao caso, tal como o jornal *O Fluminense*, que afirma que na entrevista coletiva, Dom Adriano falou cerca de 75 minutos para aproximadamente 30 jornalistas (O FLUMINENSE, 29/9/1976). Outro jornal, a *Gazeta de Notícias*, também publicou o resumo da coletiva de imprensa de Dom Adriano. Nesse jornal, pudemos observar que Dom Adriano relata que os sequestradores o ameaçaram, dizendo que havia “chegado a hora dele” e que depois seria a vez do bispo Calheiros, de Volta Redonda. Mais à frente, continua o bispo afirmando que eles disseram que “o chefe deu ordem para não matar [...] só para aprender a deixar de ser comunista” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 29/9/1976).

Outros documentos, além destes recortes de jornal, podem nos possibilitar a observação da repercussão despendida ao caso do sequestro, inclusive o posicionamento de algumas entidades e organizações.

Uma carta elaborada em colaboração entre algumas entidades estudantis, endereçada ao secretário-geral da CNBB, tem seu início dizendo:

As entidades estudantis abaixo relacionadas vem por meio desta manifestar sua solidariedade à CNBB e particularmente à pessoa do Excelentíssimo bispo D. Adriano Hipólito, da Diocese de Nova Iguaçu, diante dos lamentáveis fatos ocorridos no dia 22 de setembro, que causaram repúdios não só aos estudantes como a todo o povo brasileiro (Rio de Janeiro, setembro de 1976).

Esta referida carta contou com as respectivas assinaturas: UFRJ – Conselho de Representantes da Faculdade de Medicina; PUC – Diretório Central dos Estudantes, Diretório Acadêmico Galileu Galilei, Diretório Acadêmico Adhemar Fonseca, Centro Acadêmico Roquete Pinto, Associação de Pós-Graduação; FEFIERJ – Diretório Acadêmico Benjamim Batista; UFF – Diretório Acadêmico da Escola de Comunicação. Todos os documentos até então citados foram pesquisados no arquivo pessoal de Dom Adriano.

De acordo com Assis, “Dom Adriano é evocado por muitos como idealizador e efetivador de uma organização eclesial voltada para a ação sócio-transformadora com base em 'comunidades' de convívio e atividades ao mesmo tempo religiosas e sócio-políticas” (ASSIS, 2008, p. 96). Contudo, este mesmo autor ressalta que “[...] é possível encontrar opiniões que o consideram como propagador de uma visão unilateral de Igreja, ao forçar a opção dos fiéis para um estilo político da

religião” (ASSIS, 2008, p. 96).

Dessa forma, podemos relacionar o trabalho sócio-religioso de Dom Adriano como inserido no contexto de reivindicações contrárias ao governo militar e pela retomada do regime democrático no país em pleno regime ditatorial.

Poderíamos, por isso, identificá-lo como influenciado pela Teologia da Libertação, pois, de acordo com Leonardo Boff e Clodovis Boff, “a Teologia da Libertação busca inspiração na fé e no Evangelho como forma de refletir o cotidiano dos pobres e agir sobre ele” (BOFF e BOFF, 1986, p. 20).

À título de ressalva, ressaltamos que toda representação, como a que estamos fazendo agora sobre a trajetória do bispo, mesmo que baseada em informações orais, documentais e bibliográficas, é passível de distorções, suplementos e subtrações (JODELET, 2001, p. 36). Isso não significa que estamos construindo uma mera ficção sobre a história que tentamos compreender. Não chegamos a esta afirmação, mas compreendemos que as representações são reconstruções, ou seja, são versões ou interpretações de uma realidade que, por serem rerepresentadas, logo, são cópia imperfeita de uma matriz que não existe mais: o passado. Por isso, entre um extremo de “ficcionalização” da realidade e uma verdade positivista e irrefutável, optamos pela ideia da representação: imperfeita, contudo, baseada em uma realidade. Nesta opção, Denise Jodelet (2001) representa bem a nossa interpretação sobre a representação.

Mas em que dimensão as projeções do discurso e imagem de Dom Adriano podem ter direcionado nossas interpretações? Será que destoam significativamente da trajetória dele enquanto bispo de Nova Iguaçu? Para tentar resolver isso, destacamos a diversidade de documentos aos quais tivemos acesso, que nos possibilitaram boas comparações e algumas conclusões. Percebemos que não há ampla discordância entre a trajetória que interpretamos sobre Dom Adriano e o que é projetado pela Cúria. Parte da documentação que analisamos foi cedida para acesso no próprio Arquivo Diocesano pelo Sr. Menezes, arquivista *ad hoc* responsável pelo arquivo permanente da instituição. Estes documentos foram analisados em contraponto com as publicações citadas ao longo deste trabalho. Desta forma, citamos alguns documentos e livros conseguidos no Arquivo Diocesano da Cúria que tiveram grande relevância para esta pesquisa:

- Recorte de jornais com notícias sobre o sequestro de Dom Adriano (*digitalização*);
- Fotografias do seu arquivo pessoal (*digitalização*);
- Número falsificado do jornal *A Folha* (*fotocópia*);
- Livro *O povo de Deus assume a caminhada* (livro - 1983);
- Estatuto da Mitra Diocesana de Nova Iguaçu (*fotocópia* - 12/10/1968);

- Jornais, revistas e periódicos (*fotocópia*);
- Diocese de Nova Iguaçu, 50 anos de missão (*livro – 2010*).

A partir do conhecimento da diversidade de nossas fontes o leitor pode perceber que estamos minimamente respaldados no que tange a abarcar diversas perspectivas sobre nosso objeto. Porém, se esteve atento pode notar que em contrapartida, carecemos de acesso a documentos que – a principio – seriam os mais relevantes para nossos objetivos de pesquisa: estudar sobre Dom Adriano com acesso ostensivo a seu arquivo pessoal, para assim identificarmos mais relações entre produtor e produto (seu arquivo). Tal profundidade não tivemos, principalmente por alguns motivos: dificuldade em ir frequentemente ao Arquivo Diocesano e por não ser nosso foco detalhar biograficamente a trajetória do bispo, nem de conhecer *todos* os seus documentos.

Gomes, ao comentar casos em que pesquisadores fracassam na coleta de documentos para suas pesquisas diz que, por muitas vezes, nessa situação, eles procuram demonstrar seus resultados de forma que fique claro para o leitor que é ele quem conduz a fonte, e não é por ela conduzido (GOMES, 1998, p.126). Ressalvando-nos desse equívoco, buscamos expor nossas reais condições e pretensões.

Feitas estas abordagens, sobre “quem foi Dom Adriano”, passamos a uma breve descrição do que levantamos em seu arquivo. Vamos relatar, então, “o que ficou no arquivo”. O termo “o que ficou” é proposital para ressaltar aquilo que Henry Rousso (1996) buscou explicar ao identificar os arquivos como o indício de uma falta. Este autor expõe que podemos perceber os arquivos como vestígios do que se passou um dia, uma marca, ou seja, apenas um sinal, e não o que de fato aconteceu. Por outro lado, por serem vestígios, também acabam sendo indícios do que não “ficou”, do que muitos nem saberão que existiu (ROUSSO, 1996, p. 90).

Isto posto, podemos ressaltar que encontramos no parecer nº 16/2011, da Comissão Técnica para Avaliação de Acervos Privados de Interesse Público e Social²⁰, um diagnóstico da situação arquivística dos documentos custodiados no Arquivo Diocesano, da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu. Tais informações são relevantes para contextualizar o local onde o arquivo de Dom Adriano é custodiado. Desta forma, seguindo com as informações referentes ao diagnóstico, de acordo com Comissão citada acima

²⁰ Parecer nº 16/2011, da Comissão Técnica para Avaliação de Acervos Privados de Interesse Público e Social do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ. Este parecer, que propõe declarar de interesse público e social o acervo documental privado da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu, foi promulgado pela presidenta Dilma Rousseff em 9 de maio de 2012. Este Decreto não possui número, mas pode ser encontrado no Diário Oficial da União, de 10 de maio de 2012, seção 1, página 4.

o arquivo possui um único funcionário, o Sr. Antônio de Menezes, conhecido popularmente por Lacerda. Filósofo e historiador, possui formação religiosa e é conhecedor de práticas arquivísticas, sendo responsável pela *administração, tratamento e atendimento ao usuário*. O Sr. Menezes dispõe de amplo conhecimento do acervo, tanto de seu conteúdo quanto de sua localização, sendo imprescindível para o funcionamento do mesmo. (CONARQ, 2011, p. 4, grifo nosso).

Fica clara, portanto, a grande importância que o Sr. Menezes tem para esta pesquisa.

Percebeu-se, tanto nas visitas que realizamos à Cúria quanto no próprio texto do parecer, que “não há quadro de arranjo, nem uma organização, ou separação, intelectual formal em séries, fundos e coleções, não havendo, por conseguinte, instrumentos de pesquisa constituídos ou algum tipo de base de dados” (CONARQ, 2011, p. 4).

É importante ressaltarmos que o arquivo pessoal de Dom Adriano constitui-se em um fundo arquivístico dentro do Acervo da Cúria Diocesana. Foi adquirido e não produzido por ela. Isso diz algo sobre a importância do arquivo do bispo para esta instituição, uma vez que não foi produzido para atingir os objetivos administrativos e pastorais da Diocese, embora atualmente seja custodiado por ela e possa servir a seus interesses.

Em visitas ao arquivo da Cúria, verificamos que o arquivo pessoal de Dom Adriano é composto pelos seguintes documentos: correspondências (cartas recebidas e expedidas); documentos referentes à formação eclesiástica do bispo; vida profissional (referentes à sua carreira desde Padre, em 1942, até ser designado como bispo de Nova Iguaçu, de 1966 a 1994); publicações próprias (textos escritos para jornais em que foi colunista e um livro produzido como coletânea de alguns de seus escritos para o semanário *A Folha*); publicações de terceiros (constituído de entrevistas concedidas, artigos e livros acumulados); documentos referentes a homenagens (formalizando títulos, como o de cidadão de Nova Iguaçu, comendas e medalhas); fotografias (registrando diversos momentos); partituras (feitas pelo próprio Dom Adriano); e documentos audiovisuais (Fitas VHS, fitas K-7 e filmes de rolo)²¹.

Integrando uma parte dos documentos referentes às publicações de terceiros, destacamos a existência de alguns artigos já citados neste capítulo, composta por entrevistas concedidas pelo bispo a periódicos de grande, média e pequena circulação. Tais documentos são utilizados na elaboração do livro “Diocese de Nova Iguaçu, 50 anos de missão”. A título de exemplo, no texto do livro encontramos a seguinte passagem, com referência a uma entrevista de Dom Adriano concedida à revista *Playboy*:

²¹ Talvez existam mais documentos, porém como não tivemos acesso ostensivo a eles, não pudemos conhecer com certeza a totalidade deste arquivo.

‘Eles puseram um capuz na minha cabeça e me obrigaram a entrar num automóvel, arrancaram minhas roupas e passaram a chutar e pisar o meu corpo. Estava certo de que iam me matar’, relatou Dom Adriano em entrevista ao repórter Audálio Dantas, na edição de outubro de 1978 da revista *Playboy*. E prosseguiu o bispo: ‘Refleti sobre os motivos que levariam aqueles homens a me tirar a vida e concluí que aquilo tudo só podia ser consequência de minha atuação. A consciência disso me acalmou: preparei-me para morrer, enquanto eles prosseguiram com a toda sorte de humilhações. Depois de esguicharem um *spray* de tinta vermelha pelo meu corpo, abandonaram-me, algemado e nu, numa rua escura de Jacarepaguá. (CÚRIA DIOCESANA DE NOVA IGUAÇU, 2010, p. 37).

O trecho acima se refere ao sequestro sofrido por Dom Adriano, em 1976. Este exemplo demonstra um dos usos do arquivo de Dom Adriano feitos pela Cúria, assunto que será melhor analisado na subseção 4.3.

Só com base nas observações expostas sobre nosso objeto de estudo até este trecho já fica notório que cada arquivo, seja ele público ou privado, institucional ou pessoal, tem características que os distinguem dos demais, ou seja, cada arquivo é único. Tais características são aquelas impelidas pelo produtor do arquivo, pois este é “reflexo” daquele, levando-se também em conta as influências externas que impelem sobre a produção dos arquivos. Em suma, quem faz com que essa diferenciação exista entre eles, os arquivos, são seus próprios produtores, pois suas intenções e ações produzem documentos para fins específicos, gerando, portanto, um conjunto de documentos organicamente relacionados que *representam* seu produtor.

Mais adiante, na subseção 4.4, que trata sobre a declaração de interesse público e privado do arquivo permanente da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu, discutiremos sobre a relevância, a princípio, determinante que teve a trajetória de Dom Adriano e boa parte dos documentos que compõem seu arquivo pessoal, para que tal pedido de declaração tivesse a aprovação do CONARQ em 2012. Desta forma, de maneira implícita, estaremos buscando retratar a relevância e o que representam Dom Adriano e seu arquivo tanto para a Cúria Diocesana de Nova Iguaçu, quanto para aqueles que demandaram e aqueles que aprovaram a declaração que, de forma clara, destaca o arquivo de Dom Adriano como um fundo de relevância para o acervo da Diocese de Nova Iguaçu e para a história recente do Brasil. Fundo este, por consequência, também declarado de interesse público e social, pois se encontra custodiado no arquivo permanente da referida Cúria.

Contudo, antes de analisar estes casos, vamos compreender na seção seguinte como o arquivo pessoal do bispo pode ser conduzido a se tornar e ser mantido como um ponto de apoio para a coesão identitária de determinados grupos.

3 RELAÇÕES ENTRE ARQUIVOS, MEMÓRIAS E IDENTIDADES

Esta parte da dissertação busca dar conta de discussões teóricas sobre os interesses que permeiam os usos da memória. Sendo assim, tentaremos, a seguir, traçar uma análise sobre o Arquivo Diocesano e o arquivo pessoal de Dom Adriano para explicar como eles são objetos de investimentos que envolvem não só os documentos de arquivo, mas que – os incluindo –, são objetos de investimentos diversos. Tais investimentos, que podem estar mais nitidamente ligados aos âmbitos administrativo e cultural, também trabalham com a memória, ou seja, carregam um grau de subjetividade por natureza.

3.1 OS ARQUIVOS E OS LUGARES DE MEMÓRIA

Como os arquivos podem ser identificados como lugares de memória ou como eles servem à construção e manutenção dos lugares de memória? São perspectivas diferentes, as quais abordaremos mais adiante. Buscaremos compreender, também, os interesses e consequências em potencial que circundam a construção e sedimentação dos lugares de memória, tendo como referencial a conceituação feita por Pierre Nora (1993). Para isso, teremos como objeto para análise o arquivo pessoal de Dom Adriano Mandarino Hypólito. Com isso, pretendemos compreender como o arquivo do bispo pode ser identificado como um lugar de memória ou como um instrumento simbólico que permite ao Arquivo Diocesano, da Diocese de Nova Iguaçu, ser também identificado como um lugar de memória. Como já exposto, o arquivo pessoal de Dom Adriano constitui-se em um fundo custodiado no Arquivo Diocesano, na Cúria Diocesana de Nova Iguaçu.

Para que partamos de um ponto seguro, é caro observar alguns apontamentos importantes. O primeiro deles é fazermos uma crítica a qualquer perspectiva totalizante seja com relação aos arquivos, seja com relação à memória. Quanto aos primeiros, por princípios técnicos – e por que não dizer por bom senso –, nós, arquivistas, reconhecemos a importância da avaliação e seleção como meio para, criteriosamente (como deve ou deveria ser), eliminarmos documentos. Isso envolve finalidades as mais diversas, pois avaliamos para preservar o que é “mais importante”, para eliminar o “desnecessário”, para diminuir custo com espaço, para facilitar e racionalizar a gestão e o tratamento do que não será eliminado. Em suma, avaliar é identificar e atribuir valores, ou seja, identificar porque estamos sujeitos a imperativos externos, sociais, que nos norteiam nas tomadas de decisão. Tais influências nos levam a “identificar” valores que, por mais que possam parecer, não são estritamente nossos (individualmente), nem são valores por si só, pois são consequências do social sobre o indivíduo.

Por outro lado, não somos apenas sujeitos passivos deste processo, pois dele participamos também como agentes ativos na construção, manutenção e revisão de valores. Nesta dialética do social *versus* o individual, temos neste último uma relativa capacidade de refletir sobre as influências que o cercam, com mais ou menos liberdade e com mais ou menos fundamentos. No final das contas, os objetos (inclusive os documentos de arquivo) não têm valor em si mesmo, mas possuem características funcionais e simbólicas que são atribuídas a eles para que sejam instrumentalizados funcional e/ou simbolicamente. Com base nesta perspectiva de atribuição e identificação de valores com relação aos documentos de arquivo, podemos compreender como eles podem ser “classificados” como lugares de memória tendo como pressuposto que os arquivos são – avaliados ou não – “indícios de uma falta” como afirmaria Henry Rousso (1996). Por outro lado, complementando esta premissa, podemos dizer que os “[...] lugares de memória são, antes de tudo, restos” (NORA, 1993, p. 12).

Com relação ao conceito de “lugares de memória”, nos valemos da conceituação feita por Pierre Nora (1993). Para o autor, os lugares de memória são espaços onde a memória se cristaliza (Ibid., p. 7). Tais espaços não são necessariamente físicos, mas precisam ser compostos por três aspectos: material, funcional e simbólico. Estes aspectos devem coexistir para que possamos identificar um lugar de memória, contudo, eles não são necessariamente proporcionais, ou seja, pode haver mais do aspecto simbólico do que o funcional em um lugar de memória – sem contar que mensurar tais graus de proporção seria tarefa sem parâmetros objetivos.

Para Nora, os aspectos material, funcional e simbólico são condição *sine qua non* à existência dos lugares de memória. Por isso, de acordo com este autor

mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança. Os três aspectos coexistem sempre (NORA, 1993, p.21-22).

Nesta perspectiva, eles podem ser encontrados em “museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações [...]” (Ibid., 12), pois existem materialmente em algum momento, mesmo que não executem seu aspecto funcional sempre em um mesmo local. Ou seja, uma celebração fúnebre acontece materialmente, em diversos lugares, mas carregam funções minimamente semelhantes nos diversos espaços em que acontecem: cristalizar memórias sobre alguém que se foi. O aspecto simbólico encontra-se no ritual que envolve o acontecimento, que sedimenta papéis e representações, ou seja, memórias. Este

exemplo, como diria Nora, é demonstração de que são construídos pelo sentimento de que não há memória espontânea. Por isso, para o autor, tais sentimentos aparecem nas justificativas de “[...] que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais” (Ibid., p. 12).

A conceituação de Nora passa pela preocupação de evidenciar a diferença entre memória e história que, por sua vez, delinea sua concepção dos interesses distintos que permeiam os discursos que emanam dos lugares de memória e aqueles proferidos pela história. Para Nora

[...] longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado [...]. Sem dúvida o criticismo generalizado conservaria museus, medalhas e monumentos, isto é, o arsenal necessário ao seu próprio trabalho, mas esvaziando-os daquilo que, a nosso ver, os faz lugares de memória (NORA, 1993, p. 9).

Ou seja, genericamente, são espaços de onde emanam discursos, de um lado, pela sacralização por meio da rememoração afetiva e identitária; e de outro, da dessacralização e da refutação de fatos do passado sob a égide do estatuto científico.

Contudo, não podemos dizer que estes dois discursos não possam se entrecruzar em determinados momentos. Por exemplo, um estudo historiográfico apresenta um documento final registrando, dentre outras informações, os resultados de uma pesquisa. Desta maneira, este documento torna-se um instrumento de comunicação de um discurso pautado em bases científicas sobre a análise de determinado problema identificado pelo pesquisador. O conteúdo deste documento pode ser resultado de diversas influências, como os referenciais teóricos, metodológicos, político-ideológicos, culturais, identitários, etc. Dentre tais influências do trabalho científico, as relativas a questões político-ideológicas, culturais e identitárias – com mais evidência – podem nortear o trabalho a incorrer na sacralização do seu objeto de estudo, mesmo que de forma sutil.

Por outro lado, lugares de memória podem servir aos estudos historiográficos (antropológicos, sociológicos, arquivísticos, museológicos, etc.) que dessacralizem a memória que eles pretendem cristalizar, servindo, portanto, de objeto de estudo.

Retomando a conceituação de lugares de memória, podemos dizer que no âmbito dos arquivos, um “depósito de arquivos [...] só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica” (NORA, 1993, p. 21). Ou seja, necessariamente um arquivo, que se compõe por

um conjunto de documentos organicamente relacionados, produzidos e acumulados, a princípio, para atingir diretamente (atividades-fim) e indiretamente (atividades-meio) o objetivo da entidade produtora destes, por essência já é constituído com o aspecto material e funcional de que trata Nora. A afirmação é pertinente mesmo que estejamos pensando em documentos digitais, pois eles possuem estruturas físicas para existir, bem como possuem também o aspecto funcional, pois são criados com alguma(s) finalidade(s). O que falta para torná-lo lugar de memória é que a imaginação coletiva o invista da “aura simbólica” de que trata Pierre Nora. Ou seja, em última análise, este é o ponto chave que difere objetos e acontecimentos comuns dos lugares memória: o aspecto simbólico. Os lugares de memória são construções coletivas que, de maneira interessada, servem de instrumento delineador e sedimentador de lembranças. Em outras palavras, é produto da construção social da realidade.

Com base nesta breve conceituação sobre lugares de memória, iremos identificar a seguir o Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu como lugar de memória. Esta afirmação baseia-se na identificação dos três aspectos dos lugares de memória que citamos acima. Deste modo, especialmente pelo fato do Arquivo Diocesano custodiar em seu acervo o arquivo pessoal de Dom Adriano é que o identificamos como lugar de memória. Esta identificação, contudo, não é simplesmente uma afirmação do autor deste estudo e sim resultado de observação e análise com base na teoria posta por Pierre Nora e das falas do Sr. Menezes e de Dom Luciano Bergamin.

De modo a justificar a afirmação de ser o Arquivo Diocesano um lugar de memória, podemos dizer que a custódia do arquivo pessoal de Dom Adriano potencializa aquele acervo da “aura simbólica” que emana da figura do bispo. Em suma, cabe ressaltar que esta “aura simbólica” é objeto de investimento dos atores que a construíram e a mantem, inclusive o próprio Dom Adriano. Desta maneira, não é o arquivo em si que possui as características de ser ou apoiar a existência de um lugar de memória, mas os projetos investidos nele, a trajetória de seu produtor e o ritual e escolhas que são investidos nos processos de tratamento e uso.

Portanto, em meio à correlação entre Diocese, Dom Adriano e seu arquivo pessoal, este último confere à instituição um reforço de legitimação em retratar o símbolo que se tornou Dom Adriano para com a identidade desta Diocese. Em outras palavras, a custódia deste arquivo pessoal reforça o significado de seus documentos, ao mesmo tempo em que este arquivo qualifica e legitima a Cúria ao representar seu produtor.

Em resumo, a “aura simbólica” que reveste Dom Adriano e seu arquivo pessoal nos permite percebê-los como instrumentos relevantes para sustentar o Arquivo Diocesano como lugar de memória, na medida em que esta projeção sobre a imagem do bispo é sustentada de maneira coletiva como um líder representante de uma Igreja libertária. Esta leitura é observada em agentes

internos à Cúria, como relata o Sr. Menezes (2010), e externos, como percebemos em depoimentos sobre Dom Adriano coletados em visitas à Diocese e na página da ONG Com Causa²², no *Youtube*.

Em entrevista realizada com o Sr. Menezes, em 2010, ele retrata Dom Adriano como uma pessoa muito reservada, mas de atitude. Um homem que gostava muito de conversar com o povo. Segundo Menezes,

ele se dava bem, muito bem com os pobres, se sentia muito bem com os pobres; e com os setores mais privilegiados, os empresários, os políticos, os militares, Dom Adriano era um pouco, ele... Ele fugia um pouco, no bom sentido²³ (MENEZES, 2010).

Neste trecho podemos perceber que o Sr. Menezes ressalta a inclinação de Dom Adriano para a proximidade com o pobre, para escutá-lo, mas também, logo adiante, ressalta o caráter político das ações do bispo.

Dom Adriano era um homem muito admirado pelos padres. Ele tinha uma equipe muito boa, então havia um consenso nas atuações da Diocese no plano pastoral... E a atuação da Diocese era uma atuação pensada, tinha o plano pastoral, tinha as assembleias, assembleias populares que davam as diretrizes de ação. Tinha eleição. Você imagina um período que no Brasil ninguém votava, aí, Dom Adriano convocava eleição. O povo vinha, votava, escolhia o Vigário Geral, escolhia os Coordenadores Diocesanos, então, Dom Adriano começa a quebrar algumas coisas (MENEZES, 2010).

Pudemos perceber esta admiração de que fala o Sr. Menezes no discurso de alguns atores internos à Cúria. Contudo, Assis (2008, p. 96), ao ratificar esta fala de Menezes, faz uma ressalva, dizendo que

Dom Adriano é evocado por muitos como idealizador e efetivador de uma organização eclesial voltada para a ação sócio-transformadora com base em “comunidades” de convívio e atividades ao mesmo tempo religiosas e sócio-política. Porém, é possível encontrar opiniões que o consideram como propagador de uma visão unilateral de Igreja, ao forçar a opção dos fiéis para um estilo político da religião.

Ainda com relação à admiração de que trata o Sr. Menezes, podemos percebê-la, também, no discurso do atual bispo da Diocese, Dom Luciano Bergamin. Em depoimento proferido no evento “Café no Ponto”, promovido pela organização não governamental ComCausa em memória

²² Link para os vídeos: <<https://www.youtube.com/user/ComCausa>> Acesso em: 10 set. 2013.

²³ Relato dado pelo Sr. Menezes em entrevista concedida ao Grupo de Pesquisa CDOC-ARREMOS, em 2010.

de Dom Adriano, em 31 de agosto 2010, Dom Luciano fala sobre seu contato com Dom Adriano e o legado deixado por ele. Fazendo referência ao que Dom Adriano deixou para a Diocese, inclusive citando indiretamente os documentos de seu arquivo pessoal, Dom Luciano apresenta um discurso de continuidade dos projetos de Dom Adriano. Levando em consideração o que já havia sido dito neste evento de 31/08/2010 sobre Dom Adriano, Dom Luciano desenvolve seu discurso:

Agora, tudo que vocês falaram, tudo aquilo que está escrito, tudo aquilo que foi vivido está consagrado nos artigos, nos monumentos, na bomba e tudo mais, na roupa dele, no sacrário, etc. Na herança que ele deixou, e como foi dito bem, que nós devemos como Igreja e como sociedade continuar. O contexto é diferente, e muito diferente, mas o amor [...] tem que ser o mesmo. A preocupação para que o povo tenha o alimento material, corporal, e o alimento também da amizade, do amor, da fraternidade, do sacramento, da Palavra, da dignidade, de poder se expressar é a mesma luta que nós queremos continuar e devemos continuar²⁴.

Ao terminar seu discurso, Dom Luciano reforça uma ideia da interferência divina sobre as ações de Dom Adriano. Ele afirma que por meio das ações de Dom Adriano, Deus agia. Esta correlação reforça o que Pierre Nora (1993) chamou de “aura simbólica”, uma vez que esta afirmação faz parte de um discurso que reforça a legitimidade das ações de Dom Adriano, tomando-as como uma marca do bispo, reforçada pela representação feita por Dom Luciano. Esta marca dota a imagem de Dom Adriano como um símbolo de um representante da Igreja que esteve próximo ao povo e preocupada com os pobres. Colabora, portanto, para que a Diocese de Nova Iguaçu se aproprie deste discurso de continuidade das ações de Dom Adriano, como percebemos na fala de Dom Luciano, ao terminar seu discurso com as seguintes perguntas:

de onde ele tirava tanta força, tanta energia, tanta constância, tanto amor aos pequenos, tanta fidelidade nas lutas, na defesa do homem e do cristão e do filho dele? De onde tirava? Olha, era um homem que rezava muito. Por que que ele, embora tivesse uma bandeira de fidelidade de ideais, era tão manso, tão humilde que escutava as pessoas e cuidava dos pobres? Por quê? Porque era um homem de Deus e um homem de oração. As coisas não se separam, gente. Quanto mais se quer trabalhar pela humanidade, pelo mundo, tanto mais precisa estar unido com Deus, senão a gente não faz a ligação. Com todo respeito pela religião de cada um e por aqueles que dizem 'tô procurando' [...]. Mas podemos ter certeza que, se ele foi um homem do povo, foi homem dedicado às causas do povo, foi homem dedicado para que esta Baixada tivesse maior dignidade, liberdade, fizesse com que o povo se tornasse protagonista e ator, porque era um homem de Deus. Nele Deus agia²⁵.

²⁴ Depoimento disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=q9raFB_uNl8>. Acesso em: 11 set. 2013. Conteúdo com licença de atribuição Creative Commons (reutilização permitida).

²⁵ Depoimento disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=q9raFB_uNl8>. Acesso em: 11 set. 2013. Conteúdo com licença de atribuição Creative Commons (reutilização permitida).

Foucault (1996, p. 9) nos lembra de que três elementos são importantes para conferir legitimidade a um discurso: o objeto, o ritual e o orador. Embora a análise de discurso não esteja na nossa perspectiva teórico-metodológica, podemos utilizar essas indicações de Foucault para percebermos alguns elementos nas falas apresentadas acima como de extrema relevância para o aspecto simbólico do arquivo pessoal de Dom Adriano. Lembramos que percebemos o Arquivo Diocesano como lugar de memória, em especial, por custodiar o arquivo de Dom Adriano. Desta maneira, analisando o discurso do Sr. Menezes e de Dom Luciano, podemos perceber que o *objeto* de que tratam é Dom Adriano; o *ritual* é, em relação ao Sr. Menezes, uma entrevista para uma pesquisa acadêmica, e para Dom Luciano, um depoimento conferido em um evento promovido em memória à Dom Adriano; e, por fim, os *oradores* são pessoas que conviveram com Dom Adriano, sabem de sua história e fazem parte da Cúria Diocesana ou, como no caso de Dom Luciano, embora não tenha convivido diretamente com o bispo, assume hoje a mesma posição organizacional e a responsabilidade administrativa e pastoral que Dom Adriano exercia. Em suma, estes são elementos que legitimam os discursos do Sr. Menezes e de Dom Luciano.

Voltando à discussão sobre como o arquivo pessoal de Dom Adriano reforça o caráter de lugar de memória do Arquivo Diocesano, categorizamos abaixo características que justifiquem a identificação do caráter material, funcional e simbólico do arquivo pessoal do bispo. Como principal objetivo, temos a intenção de identificá-lo como principal fonte da “aura simbólica” para o Arquivo Diocesano.

Com relação ao aspecto material, pode-se dizer que o arquivo de Dom Adriano é material por natureza, pois se trata de um objeto tangível e não um fruto da imaginação individual ou coletiva.

Com relação ao aspecto funcional, pode-se dizer que o arquivo de Dom Adriano, que já serviu a seu titular, hoje falecido, é custodiado pela Cúria Diocesana de Nova Iguaçu. Neste espaço, nota-se, que este arquivo recebe destaque frente aos demais fundos custodiados nesta mesma instituição. Podemos destacar algumas funções de uso pela Cúria: (1) conferir sentido e legitimidade à atuação da Cúria perante seu passado e identidade. Esta é a mesma leitura que Heymann faz do arquivo pessoal de Darcy Ribeiro, custodiado na Fundação Darcy Ribeiro (HEYMANN, 2008, p. 9); (2) servir de fonte para publicações, como para o jornal Caminhando e para o livro “Diocese de Nova Iguaçu, 50 anos de missão”, no qual constam dez páginas destacadas sobre Dom Adriano, com fotografias de seu arquivo pessoal; (3) em suma, fazer lembrar a figura de Dom Adriano, mantendo assim uma identidade libertária para a Cúria (ASSIS, p. 42, 2008), legitimada pelo caráter simbólico da trajetória, imagem e arquivo do bispo.

Com relação ao aspecto simbólico, pode-se dizer que justamente por Dom Adriano

representar uma trajetória que se quer fazer lembrar como meio de manter uma identidade “libertária” para a Diocese, mesmo que suas ações tenham mudado com o passar do tempo, é nesta sustentação que repousa o aspecto simbólico deste arquivo. Este aspecto está vinculado à cultura memorialística que envolve a Igreja Católica, bem como sua fé no sagrado e no bispo como “bom pastor” das “ovelhas” de Deus. O caráter simbólico deste arquivo, como diria Nora (1993), percebe-se presente na memória e na imaginação (memória histórica) que envolve o arquivo de Dom Adriano para aqueles que acreditam na ligação do bispo com o Sagrado e na sua trajetória como um dos alicerces identitários da Diocese de Nova Iguaçu.

Como fica evidente, este arquivo – material, funcional e simbólico – é potencializado em seu aspecto simbólico, pois se encontra atualmente custodiado na Cúria Diocesana de Nova Iguaçu, lugar onde Dom Adriano exercia seu posto de bispo, estabelecendo uma relação de sentido entre o arquivo e a instituição de custódia. Na afirmação de Heymann (2008, p. 9), em relação à legitimação que os arquivos conferem às instituições, a autora ressalta que

para uma interpretação mais densa dos arquivos privados (e dos arquivos em geral), seria necessário, assim, atentar para o fato deles circularem em espaços que dotam os documentos de significado, ao mesmo tempo em que os arquivos qualificam e legitimam esses espaços.

Atentaremos também para uma afirmação que faz Hobsbawm (1984, p.15), ao dizer que os objetos e as práticas só são “libertados” para uma plena utilização simbólica e ritual quando estão livres de sua utilização prática, ou seja, da função para a qual foram criados. Logo, nesta perspectiva, os arquivos como fontes ou pontes para se buscar compreender o passado, deixariam de servir à sua lógica primeira de produção (sob o aspecto administrativo) e passariam a servir a outro aspecto (registro de memórias e fonte de conhecimento sobre o passado), levando-se em consideração que estes dois aspectos não são necessariamente excludentes.

Assim, ainda buscando compreender como se dá este aspecto simbólico e como ele é construído, ou potencializado, Regina Abreu salienta que no campo da memória, os contornos dos sujeitos são delimitados fundamentalmente a partir das construções póstumas (ABREU, 1996, p. 67), como observamos nos discursos sobre Dom Adriano e nos usos de seu arquivo pessoal, de forma a sustentar tais discursos. Assim, a abordagem desta autora pode ser relacionada aos arquivos pessoais e institucionais que são avaliados como permanentes (ou históricos, como muitas vezes são conhecidos fora do campo arquivístico), caso do arquivo de Dom Adriano. Em consequência, tais arquivos podem sustentar, por exemplo, discursos de instituições responsáveis pela sua custódia, na contribuição da produção de uma versão legitimada por fontes documentais. Esses contornos, de

que trata Abreu, podem ser percebidos através de tratamento especial, utilização dos arquivos, homenagens póstumas, mostras, exposições, etc.

Nesta perspectiva, para Heymann (2005, p. 2), a seletividade e o tratamento dado a determinados arquivos pessoais (diríamos o mesmo sobre os arquivos institucionais) acabam por legitimar a circunscrição das trajetórias de seus titulares à “memória nacional”. Como a autora expõe, ter a custódia do arquivo dos personagens que se deseja, possibilita produzir um discurso convincente e, supostamente, legítimo na apresentação do personagem e de sua trajetória (Ibid., p. 53).

Como já explicitado, buscamos compreender como um arquivo pode subsidiar a existência e manutenção de um lugar de memória. Para isso nos utilizamos da análise da situação do arquivo pessoal de Dom Adriano como exemplo.

Revisitando alguns preceitos tradicionais da Arquivologia, propomos uma revisão de alguns posicionamentos dentro da área arquivística, a fim de desnaturalizar a produção, custódia e uso dos arquivos e percebê-los como processos que os investem de um caráter simbólico e, por consequência, os transformando em lugares de memória, ou subsidiando a existência destes, como percebemos na análise sobre o Arquivo Diocesano, da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu, ao custodiar o arquivo pessoal de Dom Adriano.

Assim, no intuito de desnaturalizar a produção documental, podemos encarar que os documentos de arquivo são produzidos e acumulados em razão da realização de funções e atividades, para subsidiá-las (por exemplo: um plano de trabalho) ou registrá-las (por exemplo: um relatório das atividades realizadas em razão deste mesmo plano de trabalho). Contudo, para além destes objetivos imediatos, pode haver, nas entrelinhas do objetivo de produção do documento, o caráter subjetivo inerente ao seu produtor – seja no âmbito coletivo, como em instituições, seja no âmbito individual. Desta maneira, cabe lembrar que a subjetividade é inerente a todos os processos intermediados pelo ser humano, inclusive no ato de produzir um documento. Neste sentido, podemos ressaltar que

a subjetividade, o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado à própria experiência e à própria identidade, constitui por si mesmo o argumento, o fim mesmo do discurso. Excluir ou exorcizar a subjetividade como se fosse somente uma fastidiosa interferência na objetividade factual do testemunho quer dizer, em última instância, torcer o significado próprio dos fatos narrados. (PORTELLI, 1996, p. 60).

Por conseguinte, extrapolando os objetivos explícitos que conferem sentido à produção de um documento, subjetivamente este processo pode contar com intenções mediatas no bojo de sua

realização, ou seja, pode agregar objetivos para além dos quais foi formalmente, imediatamente ou explicitamente elaborado. Este posicionamento nos permite desenvolver uma linha de raciocínio que revisa os tradicionais atributos de naturalidade e imparcialidade da produção documental considerando o que Terry Cook, de forma bastante incisiva, afirma sobre a dinâmica da produção documental, pois, para este autor

nada é imparcial. Tudo é conformado, apresentado, representado, simbolizado, significado, assinado, por aquele que fala, fotografa, escreve, ou pelo burocrata governamental, com um propósito definido, dirigido a uma determinada audiência. Nenhum texto é um mero subproduto, e sim um produto consciente para criar uma *persona* ou servir a um propósito, embora essa consciência, ou *persona*, ou propósito – esse contexto por trás do texto – possa ser transformado, ou perdido, em padrões inconscientes de comportamento social, em discurso institucional e em fórmulas padronizadas de apresentação de informações. (COOK, 1998, p. 139-140).

Estas afirmações de Terry Cook talvez sejam a expressão mais clara e objetiva da perspectiva teórica adotada neste trabalho para buscar resolver nosso problema de pesquisa. Cabe, após esta observação, explicar como esta perspectiva se adequa a alguns objetivos que permeiam explicita ou implicitamente este trabalho.

Primeiro, concordando com o autor ao afirmar que nada é imparcial, adotamos uma leitura de suspeita com qualquer representação de qualquer realidade. Um documento, por exemplo, seja do gênero textual, sonoro ou audiovisual, além de registrar textos, sons e vídeos, respondem a uma série de decisões que os levaram a serem produzidos. Tais decisões, individuais ou coletivas, são tomadas a partir de determinados conceitos, percepções, ideologias, ou seja, são sempre fruto de uma ou algumas intenções. Partindo deste pressuposto, carregam, mesmo que implicitamente, discursos mais ou menos identificáveis, mesmo que seja uma produção institucional, como conclui Cook (1998). Desta maneira, se nada na ação humana e social é imparcial, nem mesmo a gênese documental pode ser compreendida como simples produto natural ou espontâneo resultante das atividades de uma organização ou indivíduo.

Esta perspectiva nos impele a perceber os documentos arquivísticos como construções sociais parciais e com graus de subjetividade intrínsecos à sua elaboração.

Claro que o registro, seja ele qual for, representa um exercício de objetivação e racionalização de uma interpretação sobre o real. Contudo, para além da objetivação estamos sempre sujeitos à subjetividade inerente à ação dos indivíduos (PORTELLI, 1996, p. 68). Com isso, temos um panorama que nos possibilita olhar para os arquivos, para os documentos, e percebê-los como construções sociais. Assim, estamos, em última análise, desnaturalizando a questão da produção documental, como propõe Heymann (2008). Segundo esta autora, desnaturalizar os

arquivos e a prática arquivística não significa, necessariamente, abrir mão de princípios tradicionais da área, contudo, significa aplicá-los de forma crítica e criteriosa. Suas afirmações vão ao encontro do discurso de que nós, arquivistas, devemos estar mais atentos para com os automatismos de nosso trabalho, de forma crítica. De acordo com Heymann, esta releitura teórica dos arquivos pode estimular os próprios arquivistas a investir na literatura da área (2008, p. 7-8).

Sob esta perspectiva, podemos pressupor que Dom Adriano possivelmente construiu seu arquivo pessoal com a finalidade (dentre outras) de torna-lo um “ponto de referência” mantenedor de uma identidade “libertária” para a memória coletiva da Diocese de Nova Iguaçu.

Como conceitua Pollak (1989), “pontos de referência” são objetos e acontecimentos que estruturam nossa memória e as inserem na memória da coletividade a que pertencemos. Segundo Pollak, entre tais pontos de referência

[...] incluem-se evidentemente os monumentos, esses lugares de memória analisados por Pierre Nora, o patrimônio arquitetônico e seu estilo, que nos acompanham por toda a vida, as paisagens, as datas e personagens de cuja importância somos incessantemente lembrados, as tradições e costumes [...] (POLLAK. 1989 p. 3).

Em nossa perspectiva, incluem-se, sem problemas, os arquivos (principalmente os avaliados como permanentes) como pontos de referência em potencial, sem contar que, como observamos com Pierre Nora, também podemos identificá-los como lugares de memória, ou como instrumentos simbólicos que possibilitam a existência e manutenção de lugares de memória, como no exemplo do arquivo de Dom Adriano. Percebemos, portanto, uma aproximação entre os conceitos de “pontos de referência”, de Pollak (1989) e “lugares de memória”, de Nora (1993).

De acordo com Pollak, é possível tomar diferentes pontos de referência “[...] como indicadores empíricos da memória coletiva de um determinado grupo” (POLLAK, 1989 p. 3). Em outras palavras, Pollak está falando de identidade. Identidade essa que, com relação ao nosso objeto de pesquisa, concluímos ser construída, tanto pela Cúria Diocesana de Nova Iguaçu ao custodiar, usar e fornecer acesso ao arquivo de Dom Adriano, quanto pelo próprio Dom Adriano, ao produzir seus documentos com objetivos imediatos, agregados, possivelmente, a objetivos mediatos.

Por percebemos o arquivo do bispo como uma fonte de referência para a memória e identidade da Diocese de Nova Iguaçu é que identificamos neste trabalho o arquivo pessoal de Dom Adriano como um ponto de referência, principalmente pelo fato de ele ser usado para fazer lembrar o bispo e mantê-lo na memória coletiva da comunidade da Diocese. Em suma, identificamos uma relação de influência do próprio Dom Adriano em projetar seu legado, incluindo-se nele o seu arquivo pessoal – hoje observamos que com sucesso – como ponto de referência para a memória e

identidade da Diocese de Nova Iguaçu.

Nesta perspectiva, o arquivo de Dom Adriano constitui-se em um ponto de referência que potencializa simbolicamente seu lugar de custódia, o Arquivo Diocesano, sustentando-o como um lugar de memória. Entretanto, esta afirmação não é feita mediante interpretação exclusiva do autor deste trabalho, mas foi uma opção feita a partir da observação do discurso do Sr. Menezes (arquivista *ad hoc* da Cúria) e da leitura do parecer n° 16/2011, da Comissão Técnica para Avaliação de Acervos Privados de Interesse Público e Social do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ. Estas duas fontes legitimam a relevância simbólica do arquivo pessoal de Dom Adriano para o Arquivo Diocesano e para a Cúria da Diocese de Nova Iguaçu. Relevância esta que foi explicitada no citado parecer para justificar a efetivação da declaração de Interesse Público e Social do Arquivo Diocesano. Contudo, estas mesmas fontes não conferem importância tão somente ao arquivo do bispo, pois, segundo eles há outros documentos relevantes tanto do ponto de vista administrativo quanto histórico para a Cúria Diocesana e sua comunidade custodiados no Arquivo Diocesano.

De acordo com o parecer, produzido em 2011, além do arquivo de Dom Adriano, existem os documentos relativos as atividades-meio da Cúria, bem como documentos “referentes às atividades das Pastorais da Terra, movimentos operários, de direitos humanos, da Liga Católica, de paróquias, acerca da Teologia da Libertação ligados à Igreja Católica” (CONARQ, 2011, p.2) custodiados no Arquivo Diocesano. Há também “[...] coleção de 1.146 exemplares encadernados do semanário de liturgia *A Folha*, produzido pela Diocese e onde Dom Adriano Hipólito escrevia artigos de caráter social e político” (Ibid., p. 3), lembrando que a Declaração de Interesse público e Social é restrita, “[...] exclusivamente, ao arquivo permanente da instituição” (Ibid., p. 2). Isso inclui o arquivo pessoal de Dom Adriano.

Já o Sr. Menezes demonstra a existência de outros documentos relevantes para a Cúria ao falar sobre sua preocupação quando prestes a assumir o Arquivo Diocesano. Ele diz: “[...] a primeira coisa que eu tive foi uma preocupação com os escritos de Dom Adriano, com a memória dele e com nossos manuscritos – os nossos livros de batismo, casamento e óbito” (MENEZES, 2010).

Como observado anteriormente, falar em Dom Adriano é falar em Diocese de Nova Iguaçu e vice-versa. Embora o bispo tenha passado grande parte de sua vida fora da Diocese, sua imagem está fortemente ligada a ela. Esta relação pode ser observada empiricamente na Baixada Fluminense.

Talvez por perceber esta relação crescente enquanto o bispo atuava na Baixada, ele deva ter percebido seu legado (arquivo, livros, realizações, ideias) como mantenedores de uma identidade da

Diocese relacionada à sua imagem e uma forma de agregar e manter pessoas em torno de um projeto religioso e político-ideológico. Reforçando a possibilidade desta linha interpretativa, Assis afirma que alguns vestígios do passado, dentre os quais poderíamos incluir os arquivos, são “[...] projetados [...] para transmitirem à posteridade lembrança de feitos, personalidades ou acontecimentos” (ASSIS, 2008, p. 41). Ainda, segundo este autor, “o arquivo é um dos espaços privilegiados de guarda da memória” (Ibid., p. 149). E, de acordo com este mesmo autor, o próprio Dom Adriano foi quem criou o Arquivo Diocesano, destinando um andar inteiro do prédio da Cúria Diocesana para suas instalações (Ibid., p. 150). Também obtivemos esta informação por meio da entrevista concedida pelo Sr. Menezes. Estas observações nos levam a perceber a importância conferida ao Arquivo Diocesano na Cúria Diocesana de Nova Iguaçu por Dom Adriano e, quem sabe, um planejamento para a custódia de algumas de suas produções, não necessariamente seu arquivo pessoal. Tais hipóteses podem ser cogitadas, pois, de acordo com Assis

[...] Dom Adriano talvez tenha descoberto o valor da preservação da memória como forma de manutenção da própria identidade da Diocese. Talvez tenha projetado a continuidade de sua missão nos seus recortes guardados, destinados à perenidade por meio de uma instituição de memória, o Arquivo (ASSIS, 2008, p. 150).

Com isso, podemos refletir sobre os possíveis objetivos mediatos na produção documental de Dom Adriano que levaram seu arquivo a ser ponto de referência para memórias de certos grupos da Diocese de Nova Iguaçu, enriquecendo seu aspecto simbólico. Não esgotaremos este assunto neste trabalho, mas apenas vislumbraremos teoricamente uma possibilidade real de o produtor projetar seu arquivo a figurar na memória coletiva de grupos sociais tornando-o o que Michael Pollak (1989) conceituou como “pontos de referência”. Contudo, não podemos esquecer que os agentes que guardam e usam os arquivos são indispensáveis para sua manutenção enquanto ponto de referência, pois, caso contrário, produtor e arquivo poderão cair no esquecimento.

Quanto aos usos dos arquivos pessoais, percebe-se ser importante refletir sobre algumas considerações de Oliveira (2006). A autora tem como objetivo em sua dissertação de mestrado, identificar e problematizar os usos da documentação arquivística gerenciada pelo Serviço de Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB)²⁶. Para qualificar os dados apresentados, a autora expõe que observou em sua pesquisa que

²⁶ A título de exemplo, no ano de 2004, de acordo com os dados apresentados por Oliveira (2006, p. 94), de um total de 287 solicitações de consulta registradas pelo Serviço de Arquivo Histórico e Institucional, 250 foram solicitações de usuários internos e 37 apenas de usuários externos. A autora apresenta, ainda, em sua dissertação um quadro com tais informações que abarcam o período de 1997 a 2004.

[...] a maior demanda ao Serviço de Arquivo Histórico e Institucional da FCRB é feita pelo usuário interno. Dentro desta categoria estão reunidos os funcionários que lidam com as atividades fim e meio da instituição. A informação arquivística é requisitada para o processo de tomada de decisão, assim como para a montagem de exposições, publicação de livros e relatórios institucionais, ilustração do portal WEB da FCRB, produção de formulários e impressos, dentre outros mais eventuais (OLIVEIRA, 2006, p. 96).

Podemos relacionar esta verificação de Oliveira (2006) com a de Assis (2008). Este relata que o jornal informativo da Diocese, o *Jornal Caminhando*, é de produção mensal e “[...] permite selecionar e difundir material a partir do acervo do arquivo. Dom Adriano é uma figura que, praticamente todo mês aparece no informativo” (ASSIS, 2008, p. 151). Ainda, segundo o mesmo autor, “[...] apesar de haver uma produção documental e informacional sobre D. Adriano, essa parece manter-se nos círculos mais restritos de algumas lideranças diocesanas, paroquiais ou comunitárias” (ASSIS, 2008, p. 42).

Outro uso conferido ao arquivo de Dom Adriano foi o relacionado às fotos e recortes de artigos de jornais constantes neste arquivo para a ilustração de um livro comemorativo do aniversário de 50 anos da Diocese de Nova Iguaçu, o livro “Diocese de Nova Iguaçu, 50 anos de missão”, de 2010, como informado anteriormente.

Na leitura deste livro, pode ser identificado que o espaço disponibilizado para tratar sobre Dom Adriano Hypólito é díspar em relação aos demais bispos apresentados no mesmo livro. Enquanto que para Dom Walmor (primeiro bispo, de 1960 a 1961), Dom Honorato (segundo bispo, de 1961 a 1966), Dom Werner (quarto bispo, de 1995 a 2002) contam com duas páginas cada, sendo que uma é dedicada a uma foto do bispo e na página ao lado uma breve descrição de sua atuação à frente da Diocese de Nova Iguaçu, para Dom Adriano (terceiro bispo, de 1966 a 1994), é dedicado um total de dez páginas. Convém ressaltar que este último foi o bispo que ficou mais tempo à frente da administração da Cúria.

Na parte sobre Dom Adriano constam fotos que demarcam suas diversas atuações, desde aquele que se relaciona com a alta cúpula da Igreja católica (fotografia com o Papa Paulo VI e outra com o Papa João Paulo II), passando por suas relações internacionais e culminando com fotografias que retratam uma forte ligação com o povo, principalmente os mais carentes da região da Baixada Fluminense (RJ) – fotografias de Dom Adriano em meio ao povo, na Igreja e junto a posseiros, na região de Nova Iguaçu. Em duas páginas dedicadas a cinco recortes de seu arquivo pessoal, observam-se reportagens que retratam o sequestro sofrido pelo bispo em repressão às suas ações e forma de pensar. Ainda, no decorrer do texto sobre Dom Adriano, percebem-se citações de entrevistas cedidas por ele. Tudo isto demarca certa preponderância dada ao papel do bispo na

construção da história (e da identidade) da Diocese de Nova Iguaçu.

Observa-se que existe outro capítulo neste livro intitulado “Meu amigo Dom Adriano”, escrito pelo Pe. Agostinho Pretto, no qual é evocada a relevância do papel de Dom Adriano para a libertação do povo da Baixada Fluminense.

Desta forma, partilhando da leitura de Bourdieu (2007, p. 9), afirmamos que “os símbolos são os instrumentos por excelência da ‘integração social’”, inclusive como instrumentos de interferência em memórias e identidades, só podendo exercer um poder estruturante, ou seja, interferir e sedimentar estruturas sinápticas, econômicas, ideológicas, etc., porque são construções trabalhadas não só, mas também para serem estruturantes.

Cabe ressaltar que tentamos conquistar horizontes interpretativos que deem conta dos arquivos em uma perspectiva geral. Em outras palavras, o objetivo desta pesquisa é conquistar conclusões que contribuam teoricamente com a área arquivística ao interpretar os arquivos, bem como colaborar para uma postura crítica dos arquivistas em relação ao nosso universo de trabalho e pesquisa.

Isto posto, é indispensável ressaltar que as consequências da existência dos lugares de memória se darão de forma explícita a partir do seu uso, ou seja, eles não de ser acessados e instrumentalizados para fazer repercutir seu caráter simbólico, tão caro a Pierre Nora.

Algumas consequências do uso dos arquivos nos lugares de memória, ou como lugares de memória²⁷, são exemplificadas quando destacamos alguns aspectos simbólicos do arquivo de Dom Adriano para a Diocese de Nova Iguaçu. Tais aspectos são, na verdade, significados construídos. Estes significados são resultado do trabalho de um conjunto de agentes, os quais poderíamos ter como principais o próprio Dom Adriano, os leigos “seguidores” de seu “projeto”, pesquisadores e a Cúria da Diocese, mesmo assim correndo o risco de esquecer algum segmento, cada um com suas potencialidades e intenções, bem como com seus limites intrínsecos ou situacionais.

Desta forma, podemos afirmar que estes são agentes na construção e uso do aspecto simbólico do arquivo do bispo, na medida em que (re)constróem a imagem de Dom Adriano²⁸ como um símbolo de um segmento da Igreja Católica voltado à “libertação” dos oprimidos, ou sofridos

²⁷ No nosso caso, o arquivo de Dom Adriano é percebido como um importante fundo custodiado no acervo do Arquivo Diocesano. Desta forma ele é um elemento extremamente relevante na percepção deste Arquivo Diocesano como um lugar de memória, especialmente se analisarmos a fala do Sr. Menezes. Contudo, não descartamos a possibilidade de se perceber um arquivo, em si, como um lugar de memória. Por isso fazemos a ressalva de que é possível interpretarmos os arquivos como lugar de memória, além de eles pertencerem aos lugares de memória, como interpretamos no caso do arquivo de Dom Adriano.

²⁸ Lembrando que interpretamos o processo de produção, avaliação e seleção e custódia dos arquivos como Ângela de Castro Gomes conclui ao estudar sobre o arquivo de Mário de Andrade. A autora afirma que, neste processo que vai da produção à custódia permanente, consciente ou inconscientemente, Mário de Andrade constrói sua imagem para si e para os outros (GOMES, 1998, p. 126).

como dizia ele. Tal dinâmica de manutenção da imagem da Diocese ligada à figura de Dom Adriano só se mantém enquanto for aceita e passível de ser alimentada. Como Bourdieu (2007) diria, enquanto for passível de se manter uma estrutura que possibilite sua manutenção, ou seja, uma estrutura feita para se manter, que seja também estruturante. Esta alimentação é sustentada por meio de processos cíclicos de comunicação que retroalimentam o aspecto simbólico dos lugares de memória. Interpretando este processo cíclico de retroalimentação do aspecto simbólico pelo qual o arquivo de Dom Adriano é instrumento para sustentar por meio do uso de seus documentos, podemos perceber este processo como um “sistema simbólico” que tem o arquivo como um instrumento de legitimação de Dom Adriano como símbolo da Diocese de Nova Iguaçu. Como interpreta Pierre Bourdieu, um “sistema simbólico” é estruturante, ou seja, influencia nas concepções e nas práticas (BOURDIEU, 2007, p. 9), pois estas influências que mantem as estruturas.

Em suma, as estruturas simbólicas se mantêm por meio do trabalho de estruturação e reestruturação, ou seja, esta dinâmica mantém o sistema cíclico e o poder simbólico da figura de Dom Adriano. Ainda, de acordo com Bourdieu, “os símbolos são os instrumentos por excelência da ‘integração social’” (Ibid., p. 9). Desta forma, o uso do arquivo por parte da Cúria para legitimá-la ao lado da imagem de Dom Adriano serve de instrumento da divulgação da memória sobre o bispo e como incremento à estruturação de uma integração social em torno desta memória.

Percebemos, portanto, que o arquivo imbuído da “aura simbólica” de que trata Pierre Nora, os leva à condição de lugares de memórias ou de sustentar a existência de lugares de memória, como observamos no caso do arquivo de Dom Adriano, que colabora para manter o Arquivo Diocesano como um lugar de memória. Desta maneira, dando reforço ao Arquivo Diocesano a contemplar os três aspectos necessários para figurar um lugar de memória: o material, o funcional e o simbólico.

4 PERCEPÇÕES RESULTANTES DO ESTUDO DE CASO QUE ENVOLVE O ARQUIVO PESSOAL DE DOM ADRIANO

Neste capítulo vamos analisar algumas perspectivas com as quais podemos observar os arquivos pessoais e como elas podem contribuir nos âmbitos teórico, técnico e político da Arquivologia. Como uma das conseqüências almeçadas, pretendemos que tal empreitada seja útil para um alargamento das percepções dos arquivistas sobre os arquivos, colaborando, na medida do possível, para a compreensão sobre alguns olhares acerca dos arquivos, produzidos tanto dentro quanto fora do campo arquivístico. Para isso pautaremos a discussão a seguir buscando matizá-la em quatro focos, sendo eles as perspectivas que privilegiam os arquivos como (1) instrumento de prova, (2) sedimentadores de memórias, (3) meios de controle e (4) objetos e/ou parte de um projeto.

Para embasar tal discussão, que é o cerne deste capítulo, foi planejada uma lógica que busque conduzir o leitor aos fundamentos que circundam nossas afirmações, para então, chegarmos a algumas conclusões.

Seguindo esta linha, esta seção obedece a um roteiro que nos permitiu produzir a seguinte estrutura argumentativa: (1º) lembrar os objetivos deste estudo que, em grande parte, são trabalhados neste capítulo; (2º) traçar um breve panorama sobre o conceito de arquivo para perceber como a “tradição arquivística” de pesquisar sobre arquivos institucionais implica em enquadramentos teóricos às vezes forçosos ou pouco sustentáveis quando teorizamos sobre arquivos pessoais; (3º) buscar perceber e refletir sobre os interesses e as características que norteiam a construção dos arquivos, em especial os pessoais; (4º) fundamentar porque identificamos os arquivos pessoais como construções coletivas; (5º) fornecer algumas impressões sobre a aquisição, o tratamento e os usos do arquivo pessoal de Dom Adriano e o papel da Cúria Diocesana nestes processos; e, por fim, (6º) perceber e interpretar a relevância que teve o fundo Dom Adriano Mandarino Hypólito para que o arquivo permanente da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu fosse declarado como de Interesse Público e Social, em 2012.

4.1 O CONCEITO DE ARQUIVO E OS ARQUIVOS PESSOAIS

Schellenberg (2006) trava uma discussão interessante sobre o conceito de arquivo em seu livro *Arquivos modernos: princípios e técnicas*, originalmente publicado em 1956, hoje um clássico no campo arquivístico. Ao analisar a trajetória do desenvolvimento do conceito de arquivo, cita e comenta algumas definições até chegar a sua própria definição. Um das citadas é a de Eugenio

Casanova, registrada em seu livro *Archivistica*, de 1928, que define arquivos como “a acumulação ordenada de documentos criados por uma instituição ou pessoa no curso de sua atividade e preservados para a consecução de seus objetivos políticos, legais e culturais, pela referida instituição ou pessoa” (CASANOVA *apud* SHELLENBERG, 2006, p. 37). Casanova explicita que os documentos de arquivo são preservados em razão de “objetivos políticos, legais e culturais”, como já citado acima. É interessante perceber que na definição de Casanova encontramos uma abertura ou diferença, em relação ao pensamento de outro autor da Arquivologia, Jenkinson. Este contraponto é interessante, pois para Jenkinson (1937, p. 11) um documento pertence à “classe dos Arquivos” sendo ele

[...] elaborado ou utilizado no curso de uma transação administrativa ou executiva (pública ou privada), de que ele mesmo formou uma parte, e, posteriormente, preservado em suas próprias informações, pela pessoa ou pessoas responsáveis por essa transação e por seus sucessores legítimos (tradução nossa²⁹).

Voltando a Schellenberg e o que queremos ressaltar, seu esforço em citar e comentar a definição de Casanova e de outros teóricos da Arquivologia foi um trabalho já feito há muito tempo, registrado em seu livro *Arquivos Modernos*. Este autor buscou afirmar a necessidade de atualização e adequação dos conceitos, uma vez que seus autores são situados espacial e temporalmente, pois são demandados a responder questões acerca do contexto sobre o qual se debruçam. Este nosso trabalho de pesquisa, desenvolvido sob a ciência desta observação, busca corresponder a tal demanda que é tanto interna quanto externa aos pesquisadores. Nesta linha, Schellenberg afirma que

[...] não há uma definição do termo ‘arquivos’ que possa ser considerada final, que deva ser aceita sem modificações e que seja preferível às demais. A definição pode ser modificada em cada país de acordo com suas necessidades peculiares. Deve fornecer uma base sobre a qual o arquivista possa lidar de fato, eficazmente, com o material produzido pelo governo a que serve. Não pode ser aceita uma definição que não corresponda à realidade. Uma definição que tenha surgido da observação de material da Idade Média não poderá atender às necessidades dos arquivistas que trabalham principalmente com documentos modernos. A recíproca desse fato também é verdadeira (SCHELLENBERG, 2006, p. 40).

Ciente desta premissa, Schellenberg também empenha seu esforço para definir um conceito de arquivo. No bojo deste intento, em sua conceituação, ele distingue documentos (*records*) de

²⁹ Texto original: “[...] is one which was drawn up or used in the course of an administrative or executive transaction (whether public or private) of which itself formed a part; and subsequently preserved in their own information by the person or persons responsible for that transaction and their legitimate successors”.

arquivos (*archives*) sob uma perspectiva que ainda hoje tem influência, especialmente nos Estados Unidos da América, que acaba por caracterizar que os arquivos são somente aqueles documentos que reconhecemos, na tradição brasileira, como documentos permanentes. Visão essa que sofre críticas por aparentar estanque o ciclo de vida dos documentos.

Para Schellenberg, documentos são

todos o livros, papéis, mapas, fotografias ou outras espécies documentárias, independentemente de sua apresentação física ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos legais ou em função das suas atividades e preservados ou depositados para preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude o valor informativo dos dados neles contidos (SCHELLENBERG, 2006, p. 41).

E arquivos, para este autor, são “os documentos de qualquer instituição pública ou privada que hajam sido considerados de valor, merecendo preservação permanente para fins de referência e de pesquisa e que hajam sido depositados ou selecionados para depósito, num arquivo de custódia permanente” (SCHELLENBERG, 2006, p. 41). Ainda, sobre a mesma questão, para o Schellenberg,

[...] para serem arquivos, os documentos devem ter sido produzidos ou acumulados na consecução de um determinado objetivo e possuir valor para fins outros que não aqueles para os quais foram produzidos ou acumulados. Arquivos públicos têm, então, dois tipos de valores: valores primários, para a repartição e origem, e valores secundários, para outras repartições e para pessoas estranhas ao serviço (SCHELLENBERG, 2006, p. 41).

Desta forma, o autor definiu que o arquivo não se compõe pelos documentos de caráter corrente, intermediário e permanente, mas apenas por esses últimos, diferentemente do que de forma corrente compreendemos nas escolas brasileiras. Em outras palavras, queremos dizer que, “no Brasil, compreende-se o termo ‘arquivo’, no singular, como uma unidade, um todo formado por partes e que pode designar arquivo em qualquer uma das fases do seu ciclo de vida” (RODRIGUES, 2004, p. 16). Já para Schellenberg, eles são representados pelo que compreendemos como documentos permanentes ou arquivo permanente. Visão esta que também influenciou uma divisão nos EUA na ramificação profissional daqueles que trabalham com o que nós entendemos como arquivo. Tradicionalmente, neste país, existem os *records managers* (gestores de documentos), para lidar com os documentos correntes e intermediários, e os *archivists* (arquivistas), para lidar com os documentos de caráter permanente. Esta visão de Schellenberg, nos parece, limita a possibilidade de um conhecimento holístico sobre o ciclo de vida dos documentos que, como os percebemos, compõe os arquivos desde sua gênese.

Rodrigues explica que as terminologias inglesa, francesa e espanhola dividem o que conceituamos por “arquivo” em *records* e *archives*. De acordo com esta autora, Cook (1993, p.4-5 *apud* RORIGUES, 2004, p. 17), seguindo as tendências das “escolas” inglesa, francesa e espanhola

[...] define *records* como documentos de uso corrente e *archives* como documentos de guarda permanente e, mesmo que ele aponte o uso do termo *records* para todas as fases do ciclo de vida dos documentos, sua conclusão é de que a distinção existe e que ele opta por ela. Cook não discute o uso de um termo próprio para designar o arquivo, no singular, enquanto um conjunto de documentos que formam uma unidade, como usado no Brasil por alguns autores. (RORIGUES, 2004, p. 17).

Por outro lado, Schellenberg abre uma perspectiva de pensarmos os documentos pessoais como possíveis de serem documentos de arquivo. Contudo, devemos ter em mente o que já foi dito sobre o que este autor identifica como *arquivo*. Atentos a isso, para ele

toda vez que os documentos escritos, embora classificados como manuscritos históricos, forem criados em consequência de uma atividade organizada – como, por exemplo, os de uma igreja, de uma firma, ou mesmo de um indivíduo – poderão ser considerados arquivos. Daí a designação “arquivos religiosos”, “arquivos econômicos”, “arquivos privados”. Além disso, quando os manuscritos históricos constituírem parte integrante da documentação de uma atividade organizada, podem também ser considerados arquivos, como é o caso de cartas de amor que constituem prova em causas de divórcio (SCHELLENBERG, 2006, p. 45).

Percebemos, então, uma abertura que tem seus limites, tanto expressos na sua conceituação de documentos de arquivo, ou seja, documentos permanentes, como em sua visão sobre os arquivos pessoais observados a partir de uma dinâmica comum à maioria das instituições. Isto fica evidente quando o autor afirma que se os “[...] documentos escritos, embora classificados como manuscritos históricos, forem criados em consequência de uma atividade organizada [...] poderão ser considerados arquivos”. Em suma, é olhar a dinâmica da produção documental de indivíduos com influência da teoria e prática desenvolvida em instituições, principalmente públicas, que possuem, de maneira geral, atividades organizadas, formalmente estabelecidas, embora isso não garanta impossibilidade de mudança formal ou informal do próprio *modus operandi* destas atividades.

Já Rodrigues, assim como Ana Maria de A. Camargo, reforça o arquivo como um instrumento de prova. Tal posicionamento teórico será melhor debatido mais à frente. Apenas para perceber tal implicação na conceituação das autoras, podemos citar duas afirmações, respectivamente de Rodrigues e de Camargo. Para a primeira, “no arquivo, o documento seria prova das ações e determinações do sujeito que o produziu” (RODRIGUES, 2004, p. 32). Já Camargo (2009a, p. 28) ratifica que o que caracteriza os documentos de arquivo “[...] é a função que desempenham no processo de desenvolvimento das atividades de uma pessoa ou um organismo

(público ou privado), servindo-lhes também de prova”.

Salvo tais afirmações, sobre as quais debateremos, Rodrigues identifica três características inerentes aos documentos de arquivos que também as percebemos como importantes para estabelecer sua conceituação. A autora, na ocasião, afirma que os documentos de arquivo possuem “[...] a singularidade do produtor do arquivo, a ‘filiação’ dos documentos às ações que promovem a [uma] missão definida e a dependência dos documentos dos seus pares” (RODRIGUES, 2004, p. 59).

Nesta linha interpretativa, sem entrar no mérito das características (atributos ou qualidades) dos documentos de arquivo que Rodrigues defende, podemos citar o conceito de arquivo delineado pela autora o percebendo como uma definição que proporciona mais um avanço, ou melhor, uma adequação coerente do conceito, vide todas as observações aqui expostas. De acordo com a autora,

arquivo é o conjunto dos documentos produzidos e recebidos no decurso das ações necessárias para o cumprimento da missão definida de uma determinada entidade coletiva, pessoa ou família. Observa-se que esta definição não inclui os documentos criados para dar existência ao produtor do arquivo nem aqueles que definem sua missão e os meios de realizá-la, sendo que, na verdade, estes documentos, normalmente, fazem parte do arquivo (RODRIGUES, 2004, p. 44).

A autora, que produziu sua dissertação com uma das principais discussões sobre o conceito de arquivo, faz uma representação histórica das modificações do conceito ao longo do tempo, levando em consideração teóricos clássicos do campo arquivístico. Embora não tenhamos como objetivo chegar ao detalhamento galgado por Rodrigues, podemos investir um pouco mais no assunto, a fim de chegar a nossa compreensão sobre o conceito de arquivos pessoais. Contudo, cabe ressaltar, não desejamos chegar a uma definição de arquivo pessoal com este trabalho, pois compreendemos que para chegar a este “patamar” seria necessário um aprofundamento teórico maior sobre o assunto.

No que tange especificamente à conceituação acerca dos documentos de arquivos pessoais, Santos (2008) nos traz uma colaboração ao afirmar que

documentos de arquivos pessoais são aqueles produzidos e recebidos por pessoa física em decorrência do exercício de atividades específicas qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos. Em outras palavras, aquilo que a pessoa recebe e/ou produz quando exerce seus direitos e cumpre com suas obrigações (SANTOS, 2008, p. 67).

Já Oliveira (2010, p. 35), autora que teoriza sobre e trabalha com arquivos pessoais na Fundação Casa de Rui Barbosa, entende “arquivo pessoal” como um “[...] conjunto de documentos

produzidos, ou recebidos, e mantidos por uma pessoa física ao longo de sua vida e em decorrência de suas atividades e função social”.

Estas duas últimas conceituações são, claramente, as mais próximas de uma preocupação de conceituação sobre documentos pessoais e arquivo pessoal, respectivamente. Contudo, elas carregam afirmações que as enrijecem, tais como dizer que documentos de arquivos pessoais são “aquilo que a pessoa recebe e/ou produz quando exerce seus *direitos e cumpre com suas obrigações*”, como se essas fossem as únicas causas de atividades que gerassem documentos de arquivos pessoais, quando que, ao irmos a um teatro, que é uma atividade de lazer, e guardarmos o bilhete de entrada, estamos acumulando um documento que comporá parte de nosso arquivo pessoal. Ainda, ao dizer que nossos documentos são acumulados “em decorrência de suas atividades e função social”, podemos pensar o que “função social” contrapõe ou complementa “atividades” ao ponto de serem, aparentemente, as duas únicas “causas” de produção e recebimento de documentos que comporão nossos arquivos pessoais.

Parece, ao final desta breve discussão, embasada no trabalho de outros pesquisadores, que estabelecer um conceito para arquivo e, no nosso caso específico, para arquivo pessoal é uma tarefa complexa, pois há muitos elementos que parecem faltar para se chegar a uma definição mais adequada. Por outro lado, deve-se estar atento para não cair em replicações de ideias que estariam ultrapassadas temporal e espacialmente, vide nosso contexto nacional, se assim pudermos circunscrever os conceitos sobre os quais estamos analisando.

4.2 OS INTERESSES E AS CARACTERÍSTICAS QUE NORTEIAM A CONSTRUÇÃO DOS ARQUIVOS

Esta parte do trabalho é resultado de um esforço de reflexão acerca de algumas características dos documentos arquivísticos, especialmente no âmbito dos arquivos pessoais. Iremos, portanto, discutir algumas perspectivas com as quais os arquivos (em especial os pessoais) são observados, inclusive sobre as já tradicionalmente “aceitas”, mas não consensualmente. Também tentaremos discutir sobre as cinco características (atributos, ou qualidades) vistas tradicionalmente como intrínsecas aos documentos arquivísticos. A saber, sobre o (1) inter-relacionamento/organicidade, (2) autenticidade, (3) unicidade, (4) naturalidade/cumulatividade e (5) imparcialidade, sendo que o esforço será concentrado para tratar sobre as duas últimas elencadas. As diferentes perspectivas sobre os arquivos foram identificadas ao longo das pesquisas de campo e das leituras que se fizeram necessárias à produção do presente capítulo. As cinco características (passarei a usar somente este termo a partir de agora, e não atributos ou qualidades)

são recorrentemente encontradas em textos clássicos e contemporâneos na literatura arquivística.

Em suma, tentaremos identificar e discutir algumas perspectivas sobre *para quê* servem os arquivos e quais suas *características* intrínsecas. Estas duas discussões estarão entrelaçadas ao longo deste texto.

A fim de seguir o raciocínio proposto, compreendemos que o termo “característica instrumental” representa, para os fins desta pesquisa, a característica que possibilita direcionar o uso de objetos, ideias e ações para finalidades minimamente específicas. Nesta perspectiva, os documentos de arquivo apresentam-se como objetos a serem instrumentalizados a cada uso que deles são feitos, inclusive para aqueles objetivos para os quais são produzidos. Até então não há nenhuma novidade nesta afirmação.

Por meio do embate teórico e da observação, tentamos averiguar a seguinte hipótese: documentos de arquivo podem ser produzidos para atingir objetivos imediatos, ou seja, diretos e inteligíveis a “olho nu”, bem como para atingir aqueles que classificaríamos de mediatos e não percebidos como o foco na produção de um determinado documento. Esta última característica, por vezes revestida de um viés de “monumentalização”³⁰, é possível dada a característica instrumental dos documentos. Neste intuito, ao almejar monumentalizar um documento ou arquivo, teríamos o objetivo de instrumentalizá-lo com a intenção estratégica de dotá-lo do que Michael Pollak (1989) conceituou como “ponto de referência”. Para o autor, os pontos de referência estruturam nossa memória e as inserem na memória da coletividade à qual pertencemos. Ou seja, alguns agentes sociais procuram perpetuar-se na história por meio da doação de seu arquivo a instituições de custódia, caso de Darcy Ribeiro, que foi objeto de estudo de Heymann, e de Fernando Henrique Cardoso (FHC), que foi objeto de estudo de Camargo. Dois casos em que os titulares, em vida, criaram instituições que, dentre outras finalidades, tem por objetivo custodiar e franquear o acesso aos seus respectivos arquivos pessoais.

Embora esta prática não tenha sido feita pelo próprio Dom Adriano, podemos, ainda assim, discutir algumas perspectivas interpretativas sobre a produção, custódia e uso de seu arquivo o problematizando como parte de um ou mais projetos³¹, pois, mesmo que o bispo não tenha criado ou delegado seus documentos a uma instituição de custódia, como o fizeram Darcy e FHC, ele foi

³⁰ Heymann ao estudar sobre as possíveis intenções de Darcy Ribeiro em produzir e manter seus documentos pessoais (o que entendo ser uma conclusão sobre parte de seu arquivo e não sobre o todo) diz que “(...) a personalidade de Darcy permite supor uma intenção de monumentalização da própria memória, para a qual a produção de diários pessoais, sempre passíveis de publicação, bem como a acumulação de documentos, vistos como manifestação material da trajetória que se pretende imortalizar, podem ser dotados de valor estratégico”. (2005, p. 47).

³¹ Este texto, resultante de pesquisa no MPGA, já é por si só um dos projetos – em sentido interpretativo amplo – em que o arquivo pessoal de Dom Adriano está inserido. Conhecer todos os projetos que este arquivo participa, ou substancia seria uma tarefa impossível, tendo em vista os discursos tácitos e explícitos que o usam, mas algumas iniciativas que o tem como parte serão discutidas.

doado por sua família³² e adquirido pela Cúria Diocesana de Nova Iguaçu. Hoje se encontra custodiado no Arquivo Diocesano desta Cúria.

Dentre as perspectivas sobre as instrumentalidades dos arquivos com as quais cabem analisarmos a produção, custódia e uso dos documentos arquivísticos pessoais de Dom Adriano, podemos dialogar com Burke (2003), ao passo que este autor identifica a produção e acumulação documental como um meio de controle do detentor do arquivo sobre aquilo que os documentos registram; também podemos analisar, como muito reforça Camargo (2009a e 2009b), os arquivos como instrumento de prova; outra perspectiva é perceber os arquivos como sedimentadores de memórias, como analisam Jardim (1995) e Assis (2008); e, por último, dentre as perspectivas percebidas por meio da revisão bibliográfica e da observação empírica, podemos refletir sobre como os arquivos, ou alguns de seus documentos, podem servir aos diversos projetos de seus produtores, bem como para projetos das instituições de custódia que os recolhem ou adquirem, como Heymann (2012a e 2012b) observou com relação ao arquivo pessoal de Darcy Ribeiro.

Burke (2003), em seu trabalho *Um história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*, analisa um período classicamente categorizado pela História como transitório, pegando o fim da Idade Média e boa parte da Idade Moderna. No bojo das transformações então ocorridas, já largamente tratadas pelos historiadores, este período tem como uma de suas características mais marcantes as formações dos Estados modernos, onde, principalmente na Europa, tem-se a estruturação de governos centralizados que passam a definir seus raios de ação, transformando gradativamente as antigas relações feudais à medida que vão se firmando os Estados Nacionais. Em meio a este processo, Burke analisa, em um dos capítulos de seu livro, a burocracia e sua funcionalidade gerencial de manutenção do poder destes governos recém-instaurados. Chega-se, então, aos documentos de arquivo. Como a substância que mantém a máquina burocrática funcionando é a produção, registro, custódia e gerenciamento de informações, temos, então, uma funcionalidade dos documentos arquivísticos bastante clara na visão do autor: ser instrumento de vigilância e, por fim, tentativa de controle. Controle dos governos sobre seus cidadãos, seus parceiros e inimigos externos, ou seja, aqueles sobre quem obtiver informações/registros. Além disso, em uma perspectiva auto-gerencial, busca-se, também, o controle sobre si, ou seja, autocontrole, por vontade própria, como o ato de preencher e seguir uma agenda de governo. Com relação aos arquivos pessoais inclusive dos cidadãos da Idade Moderna, podemos perceber interferências destas transformações políticas na vida e nos arquivos do homem comum. Podemos citar, então, a criação de documentos que passam a ser “necessários” aos cidadãos que, por um lado

³² Doação feita pelo sobrinho de Dom Adriano, Fernando, e sua esposa.

lhes garantem direitos, e, por outro, municiam governos com informações sobre cada governado. Estamos tratando de documentos que nos são impostos, como forma de nos garantir aquilo a que temos direito. Nesta ótica, Burke (2003, p. 121) assinala que “o período foi marcado pelo surgimento de vários equivalentes da moderna ‘carteira de identidade’”.

Podemos perceber os argumentos de Burke tanto no âmbito institucional como, por exemplo, na produção documental acerca das colônias conquistadas pelos impérios europeus na Idade Moderna, vide documentos hoje depositados em Portugal que relatam sobre o clima, a cultura, os animais, e etc. do Brasil, como também podemos perceber este controle, de “livre” escolha ou imposto, em meio aos diversos documentos pessoais que produzimos, acumulamos e, em fim, custodiamos correntemente.

Ratificando o arquivo como um instrumento de controle, ou de vigilância, como nos apresenta o autor, podemos concordar com sua afirmação ao dizer que

[...] a tendência geral à acumulação de mais e mais informações nos primórdios do período moderno parece bastante clara, assim como a tendência a organizá-los de forma tabular ou estatística. Poder-se-ia mesmo falar do ideal, em certos setores, de um ‘Estado de vigilância’, embora valha também lembrar que os primeiros governos modernos não tinham o grande número de funcionários necessário para controlar as vidas de todos os que viviam dentro de suas fronteiras” (BURKE, 2003, p. 109-110).

Claro ou não, concordando ou não com tal perspectiva sobre a instrumentalidade de controle intrínseca aos documentos arquivísticos, compreender tal perspectiva me parece bastante importante para o arquivista contemporâneo. Inevitavelmente, trabalhando seja na área-meio ou na área fim de alguma instituição, ou mesmo prestando serviços de tratamento documental em arquivos pessoais, estaremos inseridos em um projeto que, por demanda de sua própria sustentação, nos terá como um dos agentes de controle. Neste universo estaremos trabalhar com os documentos, que servirão a fins, dentre outros, de controle, inclusive sobre quem trabalha com o próprio arquivo, ou seja, nós.

Sintomático é perceber que “os primeiros governos modernos não tinham o grande número de funcionários necessário para controlar as vidas de todos os que viviam dentro de suas fronteiras”. Nem hoje teríamos se quiséssemos, mas a percepção da falta é recorrente no campo arquivístico até os dias atuais, seja para resolver não só a questão do controle, mas para desenvolver a gestão documental nas instituições públicas, que é condição para o acesso às informações nelas produzidas e/ou acumuladas; seja para resolver a falta de tratamento de arquivos permanentes, visando a difusão cultural e de informações relevantes para compreendermos o passado e as estruturas, relações e interesses que moldaram e moldam nosso presente; seja para potencializar nossa produção teórica, ainda com tantos caminhos a trilhar e revisar. Tantas faltas, por consequência,

enfraquecem o campo arquivístico no universo acadêmico e profissional, pois, por um lado, se não temos um desenvolvimento intenso em pesquisa, no meio acadêmico não desenvolveremos temáticas ainda a serem descobertas ou revistas. Por outro lado, se somos poucos e sem critérios de planejamento e metodologias que se adequem às demandas contemporâneas, corremos o risco de não sermos os primeiros profissionais a serem convocados para lidar com problemas de ordem arquivística. Em suma, estas são questões técnicas e políticas, que devem ser resolvidas pelos caminhos da técnica e da política.

Buscando outra citação que reforça o papel do conhecimento desenvolvido ao longo da trajetória trilhada por aqueles que começaram a se preocupar com a questão da organização das informações/documentos, podemos perceber o quanto estratégico a aplicação deste conhecimento pode ser, vide a expansão territorial, econômica e cultural dos Estados Modernos da Europa. Sobre isso, cito Burke (2003, p. 111) para lembrarmos que “foi só no princípio da era moderna que a coleta regular e sistemática de informações se tornou parte do processo ordinário de governo na Europa”. De acordo com este autor, para o próprio Max Weber (1864-1920), intelectual que influencia o que entendemos por “burocracia” até os dias atuais, esta seria “o exercício do controle com base no conhecimento” (WEBER *apud* BURKE, 2003, p. 111).

Sobre a perspectiva do registro para o controle, podemos perceber o intento de governos em controlar grupos bem definidos, como membros de instituições que desempenhavam o levantamento informacional sobre os nativos das terras colonizadas, bem como podemos perceber a intenção em manter uma “ponte” de controle até o indivíduo, e é nesta capilaridade dos sistemas burocráticos, especialmente das instituições públicas, que repousa a interferência externa na produção dos arquivos pessoais, ou seja, a “carteira de identidade”, por exemplo, é também um instrumento imposto de controle do governo sobre seus governados. Ressaltando esses interesses capilares de controle, que não são perfeitos, Burke (2003, p. 121) diz que “visitas e questionários não esgotavam os meios à disposição dos primeiros governos modernos para obter informações com fins de controle”.

Tanto estes instrumentos de controle externo, impostos pelo Estado ou por outros grupos, empresas e pessoas, quanto o autocontrole, por “vontade própria”, podem ser encontrados nos documentos de Dom Adriano, como em qualquer arquivo pessoal ou institucional. O arquivo, nesta perspectiva, representa as relações de poder, controle e vigilância de um agente (instituição ou pessoa) sobre o outro, bem como do próprio agente sobre si mesmo. Tal perspectiva possibilita inúmeras abordagens teóricas, estudos de caso e análises comparadas bem interessantes.

Outra perspectiva marcante sobre os arquivos é percebê-los como conjuntos de documentos com determinadas características que, produzidos naturalmente e mantidos sob a égide do trabalho

arquivístico, os dotam de valor de prova. Tais características dos documentos de arquivo, hoje geralmente elencadas em cinco, tem como marco importante os esforço de Jenkinson (1937), em seu livro *A Manual of Archive Administration*³³. Este autor, hoje um clássico e ainda referência para muitos autores de destaque no campo arquivístico, busca legitimar a importância de duas características indispensáveis para a manutenção de “bons” arquivos: a imparcialidade e a autenticidade. Na perspectiva deste autor, tais elementos devem ser focos de manutenção por parte do arquivista, para que assim os documentos de arquivo possam ser fiéis ao que representam. Podemos encontrar as características acima citadas (que o autor chama de qualidades³⁴) em sua definição de documento de arquivo, pois Jenkinson afirma que um documento pertencente à “classe dos Arquivos” é

[...] aquele que foi elaborado ou utilizado no curso de uma transação administrativa ou executiva (pública ou privada), do qual ele mesmo formou uma parte, e, posteriormente, preservado em suas próprias informações, pela pessoa ou pessoas responsáveis por essa transação e por seus sucessores legítimos (JENKINSON, 1937, p. 11 – tradução nossa³⁵).

Duas afirmações do autor que explicitam as ideias alocadas na definição acima e as demonstram claramente filiadas à defesa das características de imparcialidade e autenticidade são, respectivamente, que os “arquivos não foram elaborados em interesse ou para a informação da posteridade”³⁶ (JENKINSON, 1937, p. 11) e que “[...] em qualquer caso, dada uma [custódia] ininterrupta, a possibilidade de fraude é praticamente nula” (*Ibidem*, p. 14). Em outras palavras, tais afirmações, por um lado, buscam legitimar os documentos de arquivo como objetos produzidos para fins imediatos, ligados diretamente à resolução daquilo para que foram criados e, por outro, que, incluindo também a responsabilidade do arquivista, se mantidos sob custódia ininterrupta e aos cuidados daqueles que tem legitimidade em garantir sua autenticidade, os documentos de arquivo serão as provas de fatos, serão as representações mais próximas de uma “verdade”. Esta visão ganhou capilar ressonância na produção teórica do campo arquivístico e vem sendo apropriada e desenvolvida desde então, embora surjam dissensos e críticas, as quais traremos à discussão mais à frente.

Schellenberg é outro autor clássico da Arquivologia tradicional que abre perspectivas

³³ Este texto foi originalmente publicado em 1922, com o título *A manual of archives administration, including the problems of war archives and archive makin*.

³⁴ “Quality”, no original.

³⁵ Texto original: “[...] is one which was drawn up or used in the course of an administrative or executive transaction (whether public or private) of which itself formed a part; and subsequently preserved in their own information by the person or persons responsible for that transaction and their legitimate successors”.

³⁶ Texto original: “Archives were not drawn up in interest or for the information of Posterity”.

interessantes em seu livro mais divulgado no Brasil, *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Contudo, recai na defesa da naturalidade da produção documental. Um trecho bastante expressivo deste pensamento é reproduzido a seguir:

Os arquivos não são colecionados. Quem dera que a palavra coleção fosse banida do vocabulário do arquivista, ao menos para afirmar este fato. Sua existência não é devida, ou pelo menos não o deve ser, ao fato de alguém os haver reunido com a idéia de que pudessem ser úteis aos estudiosos do futuro ou para provocar uma questão ou ilustrar uma teoria. Agrupam-se e atingem a fase do seu arranjo por um processo natural: são um produto, quase, como se poderia dizer, um organismo como uma árvore ou um animal. Têm, por conseguinte, uma estrutura, uma articulação e uma inter-relação natural das partes que são essenciais ao seu valor. Um documento avulso de um fundo de arquivo não teria, por si só, maior expressão do que teria um único osso separado do esqueleto de um animal extinto e desconhecido. A qualidade própria do material de arquivo só se conserva integralmente enquanto a forma e a inter-relação natural forem mantidas (SCHELLENBERG, 2006, p. 45-46).

O autor, que faz uma análise sobre alguns aspectos da teoria de Jenkinson, inclusive deixando algumas críticas, à época trouxe ideias renovadoras para o campo arquivístico. Contudo, atualmente, tal postura teórica, com base na bibliografia que sustenta teoricamente o presente trabalho, é uma visão que carece de revisão, principalmente se levarmos em conta a complexidade das sociedades contemporâneas. Complexidade que passa por diversos processos da vida humana, inclusive na produção documental e os interesses que a cercam. Até a analogia sobre o osso de um animal extinto poderia ser discutida, vide o avanço da ciência desde a publicação do livro Schellenberg, pois hoje um osso pode proporcionar leituras altamente reveladoras, tendo em vista os estudos sobre DNA. O mesmo poderia ser dito sobre *um* documento de um fundo arquivístico. Mas claro que ter o todo (o arquivo e não só um documento) torna o documento incomparavelmente mais inteligível e compreensível.

Duranti, uma autora também renomada na área e contemporânea à realização desta pesquisa, sustenta uma leitura que também podemos dizer influenciada por Schellenberg e Jenkinson, especialmente por este último. Desta forma, de maneira bem explícita ela afirma que

as características de imparcialidade, autenticidade, naturalidade, inter-relacionamento e unicidade tornam a análise dos registros documentais o método básico pelo qual se pode alcançar a compreensão do passado tanto imediato quanto histórico, seja com propósitos administrativos ou culturais (DURANTI, 1994, p. 52).

Esta autora, ao tratar dos atributos de imparcialidade e naturalidade, pauta-se de maneira significativa no pensamento de Jenkinson. A autora é bastante clara em seu posicionamento ao

afirmar que “os registros são inerentemente verdadeiros, ou, como diz o arquivista britânico Hilary Jenkinson, ‘livres da suspeita de preconceito no que diz respeito aos interesses em nome dos quais os usamos hoje’” (DURANTI, 1994, p. 51). Esta autora explica tal posicionamento ao afirmar que sua defesa teórica

[...] não quer dizer que as pessoas que intervêm em sua criação são livres de preconceitos, mas que as razões por que eles são produzidos (para desenvolver atividades) e as circunstâncias de sua criação (rotinas processuais) asseguram que não são escritos ‘na intenção ou para a informação da posteridade’, nem com a expectativa de serem expostos ou com o receio do olhar do público. Assim, os documentos fornecem ‘provas originais porque constituem uma parte real do corpus dos fatos, do caso’. Porque trazem uma promessa de fidelidade aos fatos e ações que manifestam e para cuja realização contribuem, eles também ameaçam revelar fatos e atos que alguns interesses não gostariam de ver revelados” (DURANTI, 1994, p. 51).

Tais argumentos beiram à defesa do conhecimento da verdade por meio dos documentos da “classe dos arquivos”, o que dá margem para uma supervalorização da característica de prova dos documentos arquivísticos. Tal observação, isso deve ficar claro, não significa uma defesa inversa, de que não exista o caráter de prova intrínseco aos documentos arquivísticos, mas tenta refletir sobre esse potencial, que parece conter sustentação teórica pouco sólida se refletirmos em profundidade sobre as questões relativas à naturalidade da produção documental e a imparcialidade, tanto da produção, quanto da gestão e tratamento dos documentos.

Aproveitando para tratar também da característica de naturalidade, podemos novamente citar Duranti ao afirmar que a

naturalidade diz respeito à maneira como os documentos se acumulam no curso das transações de acordo com as necessidades da matéria em pauta: eles não são “coletados artificialmente, como objetos de um museu (...), mas acumulados naturalmente nos escritórios em função dos objetivos práticos da administração”. O fato de os documentos não serem concebidos fora dos requisitos da atividade prática, isto é, de se acumularem de maneira contínua e progressiva, como sedimentos de estratificações geológicas, os dota de um elemento de coesão espontânea, ainda que estruturada (DURANTI, 1994, p. 52).

Esta defesa, pautada nos argumentos de produção espontânea e acúmulo natural, parecem forçar uma falta de liberdade de escolha nos meandros dos processos de produção, gestão e custódia dos documentos arquivísticos. Embora possamos compreender tal leitura ao analisarmos as rotinas institucionais, que por generalização possuem funções e atividades bem definidas, se tentarmos olhar desta maneira para os arquivos pessoais, as afirmações podem carecer de base de sustentação, pois, se buscarmos, provavelmente encontraremos exemplos que fogem a esta premissa teórica. A

naturalidade e a imparcialidade nos arquivos pessoais, na perspectiva posta em discussão neste trabalho, são atributos que têm uma sustentação, no mínimo, parcial, ou seja, não dão conta de se afirmar sobre todos os documentos de todos os arquivos pessoais, como bem apontam Cook (1998) e Heymann (2012a e 2012b) em alguns de seus trabalhos.

Demonstrando o quanto inusitados podem ser os documentos dos arquivos pessoais, Camargo nos confirma que

ao contrário dos arquivos institucionais, com documentos cujas fórmulas e estruturas têm o efeito de reduzir a um grau mínimo o caráter polissêmico dos textos escritos, os arquivos pessoais são prolíferos em documentos desprovidos de metadados: fotografias sem legendas, anotações de todo tipo em inusitados suportes, objetos desvinculados dos conjuntos que lhes dariam sentido (CAMARGO, 2007, p. 41).

Contudo, mesmo reconhecendo esta diferença entre arquivos institucionais e pessoais, a autora se coloca na defesa da teoria clássica da Arquivologia, desta forma, apoiando algumas perspectivas as quais colocamos em discussão neste trabalho. Para Camargo, é um equívoco

[...] a insistência com que determinados autores, a partir de um entendimento superficial e linear dos princípios arquivísticos, proclamam [...] toda e qualquer intervenção praticada nos arquivos pelos profissionais da área, a ponto de afirmar que ‘tanto arquivistas quanto historiadores são contadores de história’”. (CAMARGO, 2007, p. 42-43).

Embora a autora possa ter razão quando pensa em defesas sem embasamento sobre os aspectos subjetivos que permeiam todas as ações humanas, por outro lado, desprezar tal característica seria, mesmo que fundamentadamente, cair em um simplismo que não daria conta da complexidade dos processos humanos, inclusive, aqueles que envolvem os arquivos, os arquivistas e a própria Arquivologia.

Justamente para ponderar visões que caem em extremos e, por isso, acabam se autolimitando, podemos trazer uma passagem de Portelli, ao tratar especificamente sobre a subjetividade. Sobre ela, ele afirma:

a subjetividade, o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado à própria experiência e à própria identidade, constitui por si mesmo o argumento, o fim mesmo do discurso. Excluir ou exorcizar a subjetividade como se fosse somente uma fastidiosa interferência na objetividade factual do testemunho quer dizer, em última instância, torcer o significado próprio dos fatos narrados (PORTELLI, 1996, p. 60).

Ou seja, em outras palavras, o que é buscado com este trabalho é dizer, dentre outras coisas,

que tratar objetividade e subjetividade como se fossem elementos auto-excludentes é simplificar processos que, por natureza, são complexos, pois fazem parte das ações humanas. Bastaria esta afirmação para resumir uma das premissas teóricas da presente pesquisa. Sendo assim, seguindo este raciocínio, podemos afirmar que “se formos capazes, a subjetividade se revelará mais do que uma interferência; será a maior riqueza, a maior contribuição cognitiva que chega a nós das memórias e das fontes orais” (PORTELLI, 1996, p. 62), incluindo, é claro, os processos de registro, gestão, custódia, tratamento e acesso às informações.

Continuando a tratar de algumas perspectivas de Camargo, podemos destacar também aquelas com as quais concordamos, como dizer que “a alegação de que os documentos devem ser organizados e descritos segundo os prováveis interesses da pesquisa também vem servindo de justificativa ou álibi para soluções inadequadas” (CAMARGO, 2007, p. 44). O que não significa que ratificar tal afirmativa, “por tabela”, queira dizer que se acredita ou defende a imparcialidade no trabalho do arquivista, pelo contrário, pois a própria afirmação explicita dissenso e isso significa que os sujeitos têm margens de escolha. Sendo assim, abrimos margem à subjetividade, parcialidade e artificialidade dos processos em que os seres humanos participam, inclusive, claro, os arquivistas.

Remontando ao pensamento de Jenkinson, coadunando também com afirmações de Schellenberg, Camargo os ratifica ao afirmar que os documentos de arquivo

[...] se caracterizam por manter, em relação às entidades de origem, um vínculo referencial estável e absolutamente alheio aos inesgotáveis sentidos que os pesquisadores, com diferentes recortes temáticos ou enfoques teóricos, podem lhes emprestar (CAMARGO, 2007, p. 47).

Tal posicionamento, já criticado no intuito de problematizá-lo nesta dissertação, será retomado e refutado, quando tratarmos mais à frente, dos trabalhos de Cook (1998), Heymann (2012a e 2012b), Jardim (1995) e Assis (2008).

Um ponto que precisa ficar bem claro é que o esforço de reflexão desenvolvido para concluir esta pesquisa não se ampara em uma das afirmações de Camargo, mas pelo contrário do que a autora afirma ao registrar que

os arquivos são só “centros de interpretação” ou “cornucópia de sentidos” para aqueles que desconhecem sua verdadeira natureza e procuram, numa indisfarçável tentativa de “valorizar” o trabalho que no fundo desprezam, estabelecer nexos de equivalência entre o produto da prática historiográfica e o da prática arquivística. (CAMARGO, 2007, p. 47-48).

O esforço de nossa pesquisa, como dito entre as linhas de cada seção aqui escrita, é trazer contribuições de outras áreas a fim de enriquecer e capitalizar para a Arquivologia conhecimentos

que não são comumente trabalhados dentro de nosso campo. É um esforço de um trabalho capitaneado por um arquivista que busca dialogar com outras áreas e estabelecer uma relação de troca favorável para o nosso campo, e não nos submeter a perspectivas exógenas, mas aprender e ensinar em meio ao estabelecimento deste intercâmbio teórico, quiçá prático também.

Outra afirmação da autora, com a qual concordamos, é aqui citada por explicitar uma das peculiaridades marcantes dos arquivos pessoais pois “com exceção de algumas peças que ostentam, de forma indelével, inscrições elucidativas da funcionalidade que cumpriram, as demais retiram única e exclusivamente do contexto seu estatuto documental” (CAMARGO, 2007, p. 56-57). Tal “caso” pode ser recorrente em alguns arquivos pessoais, vide bilhetes e anotações aparentemente desconexas dos objetivos que norteiam as ações do próprio titular do arquivo.

Continuando o debate sobre a perspectiva de Camargo, podemos enxergar em sua produção intelectual o reforço de ratificar os arquivos como instrumento de prova. A autora vai tratar disso com muita clareza em dois trabalhos que contam nas referências bibliográficas consultadas para esta pesquisa, a saber, *Arquivos pessoais são arquivos*, de 2009, e *Os arquivos e o acesso à verdade*, também do mesmo ano.

Expressando tal perspectiva, a autora caracteriza os documentos de arquivo dizendo que

o que os caracteriza é a função que desempenham no processo de desenvolvimento das atividades de uma pessoa ou um organismo (público ou privado), servindo-lhes também de prova. Instrumentos e produtos das ações de indivíduos e instituições, tais documentos continuam a representá-las mesmo quando as razões e os agentes responsáveis por sua criação se transformam ou deixam de existir. Daí a importância de que se revestem e a série de procedimentos a que estão sujeitos para que sua principal qualidade – o efeito probatório – não se perca (CAMARGO, 2009a, p. 28).

É preciso, contudo, relativizar a visão de Camargo, sem, claro, desconsiderar sua fundamentação quanto ao caráter de prova dos arquivos. Por isso, não os percebemos como a corporificação dos fatos, como a autora afirma. Para Camargo “os documentos de arquivo são a materialização ou corporificação dos fatos; os documentos de arquivo são os próprios fatos” (CAMARGO, 2009a, p. 28). Refletindo, com base nas referências desta pesquisa, pode-se contextualizar tal afirmação e perceber os documentos de arquivos como vestígios, representações questionáveis de acontecimentos, decisões e fatos, mesmo que autênticos. Tal leitura baseia-se no caráter intencional de produção dos documentos e nos processos e interesses pelos quais estão sujeitos, principalmente quando pensamos nos arquivos pessoais e seu caráter instrumental de construção (auto)representativa da imagem de seu produtor.

Novamente sobre a questão da imparcialidade da produção documental, a autora explica sua

fundamentação ao dizer que

[...] o atributo da imparcialidade, [...] segundo Jenkinson, traduz ele a condição pela qual os documentos de arquivo permanecem alheios aos sentidos que lhes emprestam outros usuários, fora do ambiente operativo de que fazem parte integrante. Longe de significar que os agentes imediatamente responsáveis pela elaboração dos documentos são neutros ou livres de preconceitos, o atributo refere-se ao fato de tais documentos não serem produzidos em razão de outros interesses que não os ditados por sua estrita e imediata funcionalidade. Poder-se-ia afirmar que os documentos de arquivo desfrutam, assim, de uma dupla condição: são sempre parciais em relação ao ente produtor, isto é, são partes constitutivas de sua lógica interna; e são, simultaneamente, imparciais em relação ao pesquisador, isto é, não são partes constitutivas da lógica da pesquisa.” (CAMARGO, 2009a, p. 35-36).

Por outro lado, podemos perceber em parte dos arquivos, mais em alguns casos específicos ou emblemáticos, como o de Darcy Ribeiro, analisado por Heymann, e o de Fernando Henrique Cardoso, analisado pela própria Camargo, uma autoconstrução consciente do seu produtor. Tomando-os assim tais documentos podem ser vistos como instrumentos para atingir objetivos imediatos (registrar fotograficamente um evento, por exemplo), bem como para atingir objetivos mediatos (usando estas mesmas fotografias para a rememoração futura sobre o titular do arquivo, ligando sua identidade aos propósitos do evento). Fica, contudo, a dúvida em distinguir quais documentos foram produzidos para tais funcionalidades futuras, geralmente identificadas na literatura à respeito como uma tentativa de construção de si.

Aprofundando a discussão para o âmbito dos arquivos pessoais, tema no qual Camargo se destaca no campo arquivístico, podemos citá-la novamente a fim de perceber sua visão sobre o que vem a ser um arquivo pessoal, bem como podemos perceber como sua filiação teórica está presente em suas afirmações. Para a autora, os arquivos pessoais têm sua natureza essencialmente instrumental e imediata. Segundo ela,

supor que todo arquivo, porque pessoal, tem uma dimensão autobiográfica, eivada de distorções e conscientemente produzida, é ignorar a condição probatória que emana das atividades *ménagères*. O contrário é verdadeiro: se o arquivo pessoal fosse atividade finalística, empenhada na construção de determinada imagem, deixaria de ser arquivo (CAMARGO, 2009a, p. 36).

Contudo, também podemos entender que os arquivos pessoais, bem como os institucionais, abarcam as duas características, sendo a primeira a que prevalece por ser, como Camargo mesmo menciona, um meio para se alcançar objetivos explícitos e declarados.

Ainda sobre os argumentos da autora especificamente sobre os arquivos pessoais,

concordamos com seu apontamento ao sustentar que

a fim de garantir lastro às diferentes possibilidades de interpretação que a leitura de seu conteúdo pode suscitar ao longo do tempo, os arquivos de pessoas devem ser tratados como arquivos, isto é, devem ficar ancorados ao contexto em que foram produzidos (CAMARGO, 2009a, p. 36-37).

Em outro artigo, já mencionado acima, Camargo trata da naturalidade como atributo que sustenta o caráter instrumental e probatório dos documentos de arquivo, afirmando, novamente, que

se os arquivos não fossem meios, nem tivessem contornos de origem bem delimitados, não lograriam possuir esse atributo [a naturalidade] que lhes é peculiar e que foi tão enfatizado por Jenkinson – o de não serem produzidos com vistas à posteridade ou com o receio do olhar do público. Ambos os quesitos – que fazem dos arquivos “testemunhos espontâneos de seu tempo” – explicam perfeitamente a razão porque pessoas e organizações, mesmo agindo na clandestinidade ou à margem da lei, produzem e conservam arquivos que lhes podem incriminar, isto é, servir de prova de suas atividades (CAMARGO, 2009b, p. 427).

Desta vez, seu argumento sustenta o caráter de prova dos documentos por meio de outra característica, a naturalidade. Contudo, podemos olhar para os documentos de arquivo sabendo que há documentos “necessários” de serem produzidos, e estes talvez sejam os que mais se enquadram na leitura de Camargo, mais notadamente os documentos produzidos pelo que talvez possamos denominar atividades-meio, mas existem aqueles mais planejados a cada caso, ou seja, não espontâneos ou com origens bem delimitadas como diz Camargo. Esses sim, desde sua produção, podem ser instrumentos administrativos e/ou de promoção da imagem de seu produtor no presente e no futuro, bem como uma revisão ou sustentação de um passado, vide as fotografias hoje tiradas com a finalidade, mesmo que não exclusiva, de serem publicadas na *internet*, para citar casos pessoais e atuais. Com relação às organizações, podemos citar o preparo substancial que é dado a programas de rádio e televisão no que diz respeito à mensagem de *marketing* que as emissoras pretendem passar a respeito de sua imagem ligada às diversas matizes de “responsabilidade social”. Em suma, tanto as fotografias quanto os programas de rádio e televisão são documentos de arquivo que nascem para um objetivo imediato, mas são construídos com interesses que vão além de simplesmente informar, pois também são instrumentos de construção, manutenção e reconstrução da identidade destes veículos, como também podemos observar no caso das fotografias.

Outra perspectiva com a qual podemos olhar os arquivos, principalmente aqueles avaliados como permanente, é sob o prisma de sedimentadores de memórias. Desta forma, podemos analisar como arquivos se tornam pontos de referência para memórias coletivas, como analisou Pollak

(1989).

Em outras palavras, podemos tentar refletir sobre os caminhos e os agentes que impelem arquivos (no nosso caso, especialmente os pessoais) a se tornarem o que classificamos como “pontos de referência” para memórias individuais³⁷ e coletivas, a partir do conceito de Pollak (1989), e da fundamentação teórica de Jardim (1995) e Assis (2008). Ou seja, tentaremos problematizar as práticas de produção, gestão³⁸, tratamento³⁹, e uso de documentos de arquivos pessoais que direcionam sua inserção como referência para memórias coletivas. Logo, poderíamos afirmar que uma das consequências de tal inserção será a sedimentação de um arquivo ou alguns de seus documentos como instrumento de manutenção de identidades de grupos sociais (POLLAK, 1989; ASSIS, 2008). Ressalta-se, contudo, que esta manutenção baseia-se na rememoração de um conjunto de símbolos, que, no caso das análises direcionadas por meio desta pesquisa, podemos encontrá-los, também, no arquivo de Dom Adriano. Sua imagem, hoje, pode ser representada, ou seja, “reconstruída” pela Cúria Diocesana de Nova Iguaçu, como também por outros agentes sociais, com os argumentos de legitimidade em que se baseiam. No caso da Cúria, seus argumentos podem ser baseados na trajetória do bispo junto à Diocese, na credibilidade (mesmo que relativa) conferida às instituições (no caso, uma instituição religiosa) e, no bojo do que se pretende problematizar, na custódia do arquivo pessoal do bispo como instrumento que confere legitimidade (talvez até certo grau de autoridade e veracidade) para falar sobre Dom Adriano. Ou seja, deter a custódia deste arquivo potencializa o uso simbólico da imagem de Dom Adriano. Como última ressalva quanto a este ponto, apresenta-se mais uma questão que figura como mais uma problemática a ser observada no intento de resolver o proposto para esta pesquisa, pois, como afirma Denise Jodelet (2001, p. 36) toda “reconstrução” pode conter algumas defasagens tais como: distorções, suplementos e subtrações. Esta ressalva ou observação deve ser um ponto de atenção constante para qualquer pesquisador que trabalhe com as ciências humanas e/ou sociais.

Desta maneira, percebemos que levantamos questões que se mostram entrelaçadas por uma série de problemáticas tornando-as complexas em suas sutilezas. Por isso buscamos apoio nas palavras de Clifford Geertz (2008), na tentativa de dar conta o máximo possível dos

37 A própria afirmação da existência de memória individual já suscita uma possibilidade de debate. Não é, porém, nosso foco discutir este problema, contudo indico os autores Maurice Halbwachs (1990) e Myrian Santos (2002), dentre outros, para um aprofundamento sobre esta questão.

38 Compreendemos a existência de gestão de documentos em arquivos pessoais assim como nos apresenta Vanderlei Batista dos Santos (2008). De acordo com este autor “[...] ‘gestão de arquivos pessoais’ deve ser entendida como os procedimentos a serem adotados pelo cidadão para controlar e organizar seus documentos pessoais privados, sejam aqueles produzidos sejam os recebidos de terceiros, em quaisquer suportes, comumente armazenados em sua residência”. (2008, p. 65).

39 Citando gestão e tratamento, queremos evidenciar que é intentado com este trabalho não esquecer nenhuma etapa pela qual passam os documentos ao longo de toda sua custódia.

questionamentos os quais nos debruçamos, a fim de pôr à prova nossas afirmações, ou, pelo menos, compreender nossos limites frente à complexidade do objetivo proposto. Geertz é fundamental para sustentar nossa afirmação de complexidade das situações apresentadas neste trabalho, uma vez que o autor aponta para a necessidade de uma perspectiva transversal sobre as áreas de conhecimento humano para se travar uma averiguação mais próxima do que poderíamos traduzir como realidade. Resumindo, este autor critica a leitura de que o homem é um “animal hierarquicamente estratificado, uma espécie de depósito evolutivo, em cuja definição cada nível — orgânico, psicológico, social e cultural — tinha um lugar designado e incontestável” (GEERTZ, 2008, p. 28). Com isso, o autor sustenta que o homem e os fenômenos dos quais ele participa não podem ser compreendidos se partirmos de uma perspectiva estanque de outras possíveis, ou seja, para tentar compreender determinadas realidades complexas e buscar dar conta de determinados universos de análise, devemos buscar passar transversalmente por determinados conhecimentos selecionados para resolver problemas decorrentes destas realidades.

Como já observado anteriormente, Dom Adriano e a Diocese de Nova Iguaçu parecem manter uma relação de apropriação mútua, ou seja, falar em Dom Adriano é falar em Diocese de Nova Iguaçu e vice-versa. Embora isso não seja tão óbvio e incontestável, a relação pode ser observada no decorrer deste texto e, melhor ainda, empiricamente na Baixada Fluminense (região do Rio de Janeiro onde se encontra o município de Nova Iguaçu).

Isso respalda nossa defesa pela desnaturalização da produção documental e sua parcialidade frente à construção e interpretação histórica. Ao concordar com Assis (2008), afirmamos a existência de objetivos mediatos, além dos imediatos (pois, claro, estes também existem e são os primordiais) na produção dos documentos de arquivo.

Porém, nem um posicionamento tradicional nem outro, que o revisa, são capazes de “ler” teoricamente o “fenômeno arquivístico” de maneira definitivamente conclusiva. Ou seja, não estamos aqui procurando o certo e o errado, mas buscando o caminho mais fundamentado e coerente, o que significa que nos esforçamos em prol do diálogo e da negociação a fim de galgar “ganhos” para o aprofundamento das reflexões no campo arquivístico.

No bojo de qualquer uma destas linhas teóricas – acreditamos que com mais intensidade na que revisa o pensamento arquivístico tradicional –, repousam questões de complexidade sabidamente impossíveis de serem dominadas por completo através do cabedal teórico de apenas uma área do conhecimento. No caso, estamos sugerindo aos teóricos e práticos da Arquivologia que dialoguem com outros campos do conhecimento a fim de dar conta, de maneira mais eficiente, de seus próprios problemas.

Como nos apresenta Geertz (2008, p. 27), é “[...] extraordinariamente difícil traçar uma linha

entre o que é natural, universal e constante no homem, e o que é convencional, local e variável”. Com esta observação deixamos claro que algumas de nossas afirmações podem cair em armadilhas de simplificação e terminar em equívocos. Embora esteja claro que este não é nosso objetivo, parece-nos primordial deixar em aberto tal possibilidade, pois, de forma sã, sabemos que o erro é mais fácil que o acerto, bem como as interpretações teóricas são, quase sempre, revistas por outras com o passar do tempo, vide o “desenvolvimento” científico. Contudo, com esta observação de Geertz, buscamos não incorrer num erro apontado pelo próprio autor, pois, de acordo com ele, tivemos e ainda temos aberrações nas ciências sociais: uma marchando sob a bandeira do relativismo cultural; outra sob a bandeira da evolução cultural (GEERTZ, 2008, p. 27).

Já quase entrando em outra perspectiva sobre os arquivos, a de que eles mesmos podem ser projetos em si, gostaríamos de refletir sobre os objetivos mediatos na produção documental de Dom Adriano que levaram seu arquivo a ser ponto de referência para certos grupos da Diocese de Nova Iguaçu e mesmo fora dela. O assunto não será esgotado, mas podemos vislumbrar uma possibilidade real de o produtor do arquivo pessoal projetar seu arquivo a figurar na memória coletiva de grupos sociais por meio do que Michael Pollak (1989) conceitua como “ponto de referência”.

Como já abordado, para Pollak, os “pontos de referência” estruturam nossa memória e as inserem na memória da coletividade a que pertencemos.

Nesta perspectiva, incluem-se, sem problemas, os arquivos (principalmente os avaliados como permanentes). De acordo com Pollak, “[...] torna-se possível tomar esses diferentes pontos de referência como indicadores empíricos da memória coletiva de um determinado grupo” (POLLAK, 2008, p. 3). Em outras palavras, o autor está falando de identidade. No nosso caso, identidade essa que concluímos ser construída, tanto pela Cúria Diocesana de Nova Iguaçu ao custodiar, usar e fornecer acesso ao arquivo de Dom Adriano, quanto pelo próprio Dom Adriano ao produzir seus documentos (ou alguns deles) com objetivos imediatos, quiçá agregados a objetivos mediatos visando figurá-los na memória coletiva da Diocese.

Assim, identificamos nesta relação a influência do próprio Dom Adriano a projetar seu arquivo – hoje observamos que com sucesso, se assim realmente tentou – como ponto de referência para a memória e identidade da Diocese de Nova Iguaçu. Outra questão que se instala e ficará em aberto, pois não é objeto deste trabalho, é a continuidade e/ou modificação deste status atual conferido ao arquivo do bispo. Esse ponto é também objeto de nosso interesse e preocupação teórica, podendo ser abordado em trabalhos vindouros.

Resumindo esta perspectiva acerca dos arquivos como sedimentadores de memórias e os processos e interesses nos quais eles estão envolvidos, Jardim nos fornece uma afirmação que bem

traduz parte do resultado desta pesquisa. De acordo com este autor, “a memória é, portanto, processo, projeto de futuro e leitura do passado no presente” (JARDIM, 1995, p. 2). Ainda, nesta linha de pensamento, Jardim, baseado em Le Goff (1984), apresenta três características dos monumentos que podem ser pensadas em relação aos arquivos, especialmente os de caráter permanente, a saber: a) são herança do passado; b) evocam o passado, ligando-se ao poder de perpetuação voluntária ou involuntária das sociedades históricas; e c) apresentam uma intencionalidade. Em outras palavras, seria o mesmo que dizer que o documento resulta de um esforço de sociedades para impor ao futuro, voluntária ou involuntariamente, determinada imagem de si próprias (JARDIM, 1995, p. 2).

Outra importante observação de Jardim, baseada em Couture, é afirmar que “o arquivista tem o mandato de definir o que constituirá a memória de uma instituição ou de uma organização” (COUTURE *apud* JARDIM, 1995, p. 4). Contudo, deve-se atentar às relações de força de decisão entre o arquivista e os demais envolvidos no julgamento do que será preservado e do que será eliminado, ou seja, deve-se atentar para as discussões em torno da construção do instrumento chamado Tabela de Temporalidade de Documentos de Arquivo, que nas instituições geralmente norteiam as práticas de transferência, recolhimento e eliminação. Notadamente feitas, mesmo que não por arquivistas, mas com base no conhecimento desenvolvido no campo arquivístico.

Mesmo não tendo relação direta com nosso objeto de estudo, cabe deixar uma última observação feita por Jardim, para que as ressalvas percebidas como importantes e que tem alguma ligação com esta pesquisa sejam aqui contempladas. Neste caso, sem o aprofundamento que este autor teve com relação ao seu objeto, também percebemos que

compostos por acervos mediante critérios teóricos e políticos pouco explicitados, os arquivos públicos, geralmente, promovem a monumentalização dos seus documentos privilegiando ações diversas. É o caso, por exemplo, do favorecimento da recuperação e divulgação de determinadas informações em detrimento de outras. Tende-se a produzir detalhados instrumentos de recuperação de informações sobre um pequeno segmento do acervo em detrimento de um controle intelectual global sobre o conjunto dos fundos documentais. Além disso, tais instrumentos apresentam-se com frequência pouco amigáveis ao usuário da informação, seja este o pesquisador científico ou o cidadão comum na busca pela comprovação dos seus direitos. (JARDIM, 1995, p. 8).

Uma última perspectiva percebida quando os arquivos são objeto de discussão, identificada no processo de leitura e na análise de nosso objeto de pesquisa, foi compreender que os arquivos, ou parte deles, podem servir a projetos, tanto de seus titulares, como daqueles que herdaram sua custódia.

Voltando o foco para os arquivos pessoais, a diversidade de gêneros, espécies e tipos

documentais acumulados em cada um deles irá depender das atividades desenvolvidas pela pessoa que o produz (SANTOS, 2008, p. 65). Isso também infere, a nosso ver, na diversidade e quantidade de documentos a serem preservados pelo produtor do arquivo, inclusive na atenção conferida a seus documentos, se percebidos com algum estatuto de importância e como objetos com potencial representativo de quem os produz.

Gradativamente e felizmente, parece, os arquivistas vêm percebendo a relação indissociável entre arquivos correntes, intermediários e permanentes.

Ponderando leituras e posicionamentos teóricos acerca de algumas características dos documentos arquivísticos e suas respectivas funções, poderíamos, de antemão, embasar a afirmativa de que repousa na instrumentalidade administrativa dos arquivos seu caráter imediato mais explícito da produção de documentos arquivísticos, pois como tais são correntemente observáveis como produzidos para atingir objetivos específicos, isso seja no contexto de produção de um arquivo pessoal, seja institucional. Com apenas esta linha de raciocínio, corre-se o risco de interpretar que a produção documental serve a objetivos necessariamente imediatos e nada além deles. Isso já foi dito neste texto anteriormente.

Esta perspectiva pode ser percebida de forma latente na afirmação de Camargo, ao considerar que “como resultado *natural* e necessário do processo que lhes deu origem, os documentos de arquivo obedecem a uma lógica puramente instrumental, ligada às demandas *imediatas* do ente produtor” (2009, p. 28, grifo nosso). Camargo não identifica os documentos como a “fabricação de um relato”, como ela mesma aponta. Para a autora, os arquivos não são desenhados a partir de determinadas práticas discursivas (2009, p. 35).

Para tentarmos compreender tais afirmações da autora devemos atentar para sua explicação sobre uma característica tradicionalmente reconhecida como intrínseca aos documentos de arquivo: voltamos à questão da imparcialidade. De acordo com Camargo, este atributo dos documentos arquivísticos, mal compreendido entre os historiadores, segundo a autora, é explicado por Jenkinson. Com base nos argumentos deste autor, Camargo ressalta que esta característica, “longe de significar que os agentes imediatamente responsáveis pela elaboração dos documentos são neutros ou livres de preconceitos [...]”, sustenta que os documentos de arquivo não são produzidos em razão de outros interesses que não os ditados por sua estrita e imediata funcionalidade. Em suma, resumindo o pensamento de Camargo acerca da imparcialidade dos documentos arquivísticos, a autora afirma que eles “[...] são sempre parciais em relação ao ente produtor, isto é, são partes constitutivas de sua lógica interna; e são, simultaneamente, imparciais em relação ao pesquisador, isto é, não são partes constitutivas da lógica da pesquisa” (CAMARGO, 2009, p.35-36). Esta citação já foi feita anteriormente, mas a retomo para aprofundar outra questão: o interesse

mediato, projetado e não explícito na produção, custódia e uso do documento.

Na lógica de instrumentalidade imediata e imparcial, como já discutido neste trabalho, a autora afirma que os documentos de arquivo perderiam sua condição probatória se não estivessem baseados no conceito de imparcialidade exposto acima, tendo a finalidade imediata em sua produção.

Com base no exposto, percebe-se, no pensamento de Camargo, a produção documental como um fazer com objetivos necessariamente imediatos, de caráter natural e imparcial, nos moldes do que conseguimos trazer por meio das afirmações da própria autora.

Tais interpretações sobre o universo arquivístico são correntes até os dias atuais dentro de uma perspectiva que classificamos como tradicional.

A fim de demonstrar a abrangência desta visão, podemos destacar, a título de exemplo da capilaridade de reprodução desta visão tradicional na Arquivologia sobre a produção documental, a resolução nº 36 do Conselho Nacional de Arquivo (CONARQ, 2012, p. 11), que define “Diretrizes para a Gestão Arquivística do Correio Eletrônico Corporativo”, que mesmo tratando de um assunto não diretamente ligado a esta pesquisa, ratifica a afirmação do caráter de naturalidade da produção documental. Esta resolução foi escolhida para ser citada porque sustenta o nosso argumento, além de ser uma das mais recentes resoluções, quando da elaboração desta pesquisa.

Outra autora que coaduna com esta visão tradicional é Herrera. De forma sucinta podemos apresentar a identificação desta autora com o pensamento caracterizado anteriormente. Neste intuito, citamos as seguintes palavras da autora:

Los documentos de archivo que, desde mi punto de vista no son tales porque estén en un Archivo aunque algunos opinen lo contrario, se producen natural, inevitablemente como testimonio y prueba de acciones de la gestión de una Institución, familia o persona.” (HERRERA, 2007, p. 2).

Com uma perspectiva e interesse diferentes de Camargo e Herrera, isso é importante ressaltar, inclusive seguindo outra linha teórica e interpretativa sobre os arquivos, Gomes chega à conclusão de que a produção de um arquivo pessoal se torna um processo de construção, consciente ou não, da própria imagem para si e para os outros (GOMES, 1998, p. 126). De acordo com esta autora, esses arquivos teriam um “feitiço” de ilusão que faria com que o pesquisador, se “inocente”, acredite que os documentos pessoais têm o poder de revelar seu produtor de forma “verdadeira”, mostrando-o “de fato”, “[...] o que seria atestado pela espontaneidade e pela intimidade que marcam boa parte dos registros [pessoais]” (*Ibid.*, p. 125). A autora conclui, em um de seus estudos, que “[...] podemos nos enganar ao desconhecer que, em seus documentos pessoais, Mário [de Andrade] está rigorosamente, consciente ou inconscientemente, não importa, construindo sua imagem para si

e para os outros [...]” (*Ibid.*, p. 126).

Buscando classificar tais autores dentro de linhas teóricas que influenciam a Arquivologia contemporânea, poderíamos, com possíveis ressalvas, perceber Camargo e Herrera próximas a um pensamento tradicional, enquanto Gomes, Assis, Jardim e Cook, este último citado a seguir, como autores influenciados por perspectivas teóricas que nos possibilitam uma releitura da teoria arquivística a fim de compreender algumas questões sensíveis ao campo arquivístico, como a subjetividade nos processos de produção, custódia e uso dos documentos de arquivo.

Cook, de forma bastante incisiva, apresenta sua visão sobre a dinâmica da produção documental, pois, para este autor

nada é imparcial. Tudo é conformato, apresentado, representado, simbolizado, significado, assinado, por aquele que fala, fotografa, escreve, ou pelo burocrata governamental, com um propósito definido, dirigido a uma determinada audiência. Nenhum texto é um mero subproduto, e sim um produto consciente para criar uma *persona* ou servir a um propósito, embora essa consciência, ou *persona*, ou propósito – esse contexto por trás do texto - possa ser transformado, ou perdido, em padrões inconscientes de comportamento social, em discurso institucional e em fórmulas padronizadas de apresentação de informações (COOK, 1998, p. 139-140).

Na linha interpretativa de Cook, com relação ao objeto de análise deste trabalho, pode-se recorrer à observação já feita por Assis ao analisar Dom Adriano como um ponto de referência para a memória coletiva da Diocese de Nova Iguaçu. Assis percebe como relevante, no decorrer de sua pesquisa, o caráter estratégico do arquivo pessoal de Dom Adriano para a possível consolidação de sua trajetória na identidade da Diocese, bem como a relevância de seus documentos para sua administração em buscar manter, atualmente, tal identidade ligada à imagem do bispo. Essa iniciativa, como percebemos nas visitas de campo, são mais fortemente levadas à frente pelos agentes que continuam na Diocese desde a época em que trabalharam sob o governo de Dom Adriano. O que não quer dizer que Dom Luciano, bispo atual da Diocese, não objetive manter um discurso de continuidade do trabalho de Dom Adriano, mas pelo contrário. Em seus discursos percebemos o intento de deixar claro que ele pretende continuar e valorizar o legado do terceiro bispo de Nova Iguaçu.

Apontando uma perspectiva diferente da apresentada por Camargo (2007), pode-se, após as observações de Gomes, Cook e Assis, perceber uma desnaturalização de leituras teóricas dos arquivos tradicionalmente aceitas no campo arquivístico, qual tentamos exemplificar mais explicitamente por meio das palavras de Camargo, Herrera e da resolução n° 36 do CONARQ.

Uma última referência teórica que busca fazer uma análise sociológica do trabalho arquivístico é Heymann. Ela problematizou seu próprio objeto de trabalho para fazer suas análises.

A autora trabalhou por dois anos no tratamento do arquivo pessoal de Darcy Ribeiro, em um projeto que envolveu a Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR), como detentora do arquivo, e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), que prestou o serviço. Esta autora aprofunda, em seu livro *O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro*, resultante de sua tese, questões sobre como o arquivo pode ser visto como um instrumento para projetos pessoais e institucionais.

Heymann deixa claro que seu trabalho busca “[...] ‘desnaturalizar’ os arquivos e seus enquadramentos, metodológicos e institucionais, bem como dar visibilidade às narrativas produzidas em torno e por meio desses artefatos” (HEYMANN, 2012a, p. 14). Ou seja, é parte do que está sendo feito por meio desta pesquisa que problematiza o caso, ou casos, que delineamos para analisar acerca dos processos e interesses que circundam o arquivo de Dom Adriano.

Aproveitando caminhos já trilhados, podemos fazer uma analogia da análise de Heymann com relação a FUNDAR e o arquivo de Darcy e a Cúria Diocesana de Nova Iguaçu e o arquivo de Dom Adriano, pois a autora chega à conclusão de que “o arquivo de Darcy confere prestígio e legitimidade à Fundação, como ocorre com outras instituições consagradas ao legado de um personagem” (*Ibid.*, p. 203).

Resumindo uma discussão que pode se estender, e muito, podemos ainda citar Heymann para deixar evidente a perspectiva teórica que aqui impera, pois a autora empenha-se em tratar da subjetividade e pluralidade de atores que agem sobre as informações que são usadas por meio do acesso aos arquivos. Interessante é observar que um destes primeiros atores citados são os profissionais que mais diretamente trabalham com os arquivos, pois, de acordo com a autora, “[...] a intervenção do arquivista, somada às de secretários e herdeiros, compõe um plano de subjetividades intermediárias entre aquela que norteou a acumulação operada pelo titular e a do pesquisador que constituirá o discurso histórico com base nos documentos que integram o arquivo” (*Ibid.*, p. 210). Ressalvamos, novamente, que a subjetividade é intrínseca aos processos mediados pelo ser humano, mas que sempre existirá seu contraponto, a objetividade, que complexifica os processos e, conseqüentemente, o trabalho de pesquisa.

Em resumo, Heymann foi uma das referências que mais influenciou as perspectivas teóricas adotadas neste capítulo. Para evidenciar tal afirmação, podemos citar um dos trechos finais de seu livro, quando a autora registra que

[...] buscou chamar a atenção para as múltiplas possibilidades de explorar o arquivo: espaço de investimento do titular e de projeção de sua visão de mundo; acúmulo de documentos que permitem analisar diferentes dimensões de sua trajetória, seus círculos de sociabilidade, suas estratégias de produção intelectual; artefato construído a partir de diversas interferências, tanto no ambiente privado quanto na esfera pública; objeto de investimentos por parte da instituição que o

abriga e da qual ele se torna patrimônio; e resultado da ação dos profissionais responsáveis pela transformação do conjunto documental em fonte histórica” (*Ibid.*, p. 203).

Em vista do exposto, baseando-se na linha teórica de Cook, Gomes, Heymann, Jardim e Assis, podemos refletir sobre os caminhos traçados pelo arquivo de Dom Adriano como um objeto que instrumentalmente serviu a mais de uma função. Neste aspecto, além dos objetivos imediatos do bispo ao produzir e acumular seus documentos haveria também objetivos mediatos, conscientes ou não, para, ao menos parte de seu conjunto documental, agregados à produção documental, ou gênese documental como tratam alguns autores. Desta forma, atributos como naturalidade e imparcialidade, nos moldes apresentados por Camargo, podem ser revistos, se olharmos os arquivos sobre outro prisma teórico. Por outro lado, ao passo que este arquivo passa a ser custodiado pela Cúria, ele figura aquilo que Heymann já ponderou, ou seja, um objeto que estabelece trocas com a instituição, de um lado ganhando relevância por estar custodiado como um fundo na Cúria Diocesana de Nova Iguaçu, por outro, legitima a própria instituição ao retratar o produtor do arquivo.

Por fim, tratamos neste trecho de algumas perspectivas sobre as instrumentalidades dos arquivos. Sem alongar mais, mesmo que possa não parecer muito explícito, para cada uma das perspectivas acima discutidas, no total de quatro, podemos criar categorias nas quais, na visão do autor desta pesquisa, são possíveis de enquadrar tais perspectivas, a saber: arquivo-controle, quando tratamos especialmente do olhar de Burke (2003); arquivo-prova, quando buscamos analisar parte do pensamento de Camargo (2009a e 2009b) ao afirmar a finalidade de prova dos arquivos; arquivo-memória, quando fizemos uso, especialmente, de argumentos de Jardim (1995) e Assis (2008) para perceber os arquivos como sedimentadores de memórias; e arquivo-projeto, quando recorremos, principalmente, à parte da produção de Heymann (2012a e 2012b). Contudo, antes de findar esta seção, uma observação faz-se importante. Embora tenhamos tentado que fique claro, explicita-se com outras palavras que as afirmações ou argumentos expressos neste trabalho não almejam um estatuto de verdade e, mais importante ainda, para o propósito de elaboração desta parte do texto, resta dizer que tais categorias, como acabamos de “encaixar” ou enquadrar, são perspectivas passíveis de serem percebidas como entrelaçadas, ou seja, uma não exclui a outra.

4.2.1 O arquivo pessoal como uma construção coletiva

As reflexões empreendidas para dar conta de elaborar este trecho do trabalho é fruto de algumas observações feitas por alguns teóricos, especialmente uma mais direta. Refiro-me à

observação feita pela professora Maria N. González de Gomez, quanto às interferências externas que impelem sobre a construção dos arquivos, no momento em que a professora participou de minha qualificação, no MPGA, e indicou tal discussão, a fim de que eu ressaltasse isso no presente trabalho. Compreendi que tal abordagem é coerente a este trabalho, pois, em suma, esta pesquisa analisa os diferentes agentes que interferem na produção, custódia e uso dos documentos de Dom Adriano.

Sendo assim, voltando mais uma vez à Heymann (2005, p. 48), concordamos com ela ao dizer que o arquivo pessoal é, muitas vezes, um “projeto coletivo”. Neste caso, a autora está indo além do que propomos no início deste debate, ou seja, com esta afirmação, além de conter implicitamente a ideia de que a produção e/ou uso do arquivo pessoal se dá de forma coletiva, quer dizer, com interesses partilhados por mais que um indivíduo, a autora nos traz a afirmativa de que, além disso, o arquivo pessoal pode ser, em si, um projeto coletivo.

Esta perspectiva levantada por Heymann, já minimamente debatida anteriormente, pode ser entendida trazendo um outro trecho da produção intelectual da autora, a fim entendê-la e voltarmos à questão sobre a produção coletiva dos arquivos pessoais. Desta forma, para clarificar tal afirmação, coadunamos com Heymann (2009, p. 58) ao dizer que perceber os arquivos como um “retrato” do titular pode ser “armadilha”, uma vez que o próprio produtor pode estar planejando como será retratado, bem como os futuros herdeiros da documentação podem ter participação sobre sua (des)caracterização.

Em afirmação de Barros e Amélia podemos perceber como, inclusive em arquivos pessoais, as interferências sociais se apresentam. Estas autoras, refletindo sobre a relação entre arquivo e memórias, não focam, especificamente os arquivos pessoais. Contudo, inclusive enquadrando seu pensamento teórico no que categorizamos como perspectiva do arquivo-memória, podemos usar parte da produção intelectual das autoras para refletir sobre como o arquivo de Dom Adriano pode ser percebido como uma construção coletiva. Para que fique claro, nos referimos às interferências externas ao sujeito produtor dos arquivos, as quais impelem direta ou indiretamente na produção do arquivo. Ou seja, diretamente quando falamos, por exemplo, de uma ordem expressa, como o recebimento e acúmulo de uma carta de convocação para o serviço militar; e indiretamente quando pensamos nas diversas injunções sociais que regem a vida em sociedade, como, por exemplo, o registro em diário sobre a experiência em servir ao Exército.

Voltando às autoras, elas afirmam que

tem-se, pois, que o arquivo é um sistema de informação social que se materializa em qualquer tipo de suporte, sendo caracterizado, principalmente, pela sua natureza orgânica e funcional associada à memória. Desse modo, a principal justificativa

para a existência do arquivo é a sua capacidade de oferecer a cada cidadão um senso de identidade, de história, de cultura e de memória pessoal e coletiva (BARROS & AMÉLIA, 2009, p. 58).

Na leitura das autoras, poderíamos dizer que os arquivos pessoais também materializam a memória coletiva que, no caso de seu titular, é aquela que ele compartilha com os demais sujeitos dos grupos dos quais faz parte, influenciando e/ou sendo influenciado em tais meios.

Quando entrevistamos Antônio Menezes, mais conhecido como Lacerda na Diocese, que é o arquivista *ad hoc* da Cúria Diocesana, lhe perguntamos sobre os documentos que “melhor” representariam a forma de pensar e agir de Dom Adriano. Menezes atualmente é a única pessoa diretamente responsável pelo Arquivo Diocesano, inclusive pelo fundo arquivístico Dom Adriano Mandarino Hypólito, ou seja, o arquivo produzido pelo bispo. A resposta de Menezes pode nos trazer algumas pistas sobre as injunções sociais que se apresentam no arquivo de Dom Adriano.

Ele diz:

Bom, sobre o arquivo de Dom Adriano, os documentos que seriam, assim, mais representativos [...] da forma de pensar e agir de Dom Adriano pra mim seriam as cartas pastorais, as circulares dele, onde ele fala para o povo. É também nas correspondências dele, acho também muito interessante a correspondência, [pois] nós temos uma riquíssima correspondência de Dom Adriano [...]. Mas acho que essas duas seriam muito interessantes e também, assim, da forma de pensar e agir eu considero os periódicos dele, criados por ele [...]. Então, assim, os diversos artigos de Dom Adriano presentes nos periódicos que ele criou, presentes no boletim Diocesano, na Folha, no Caminhando. Acho que isso aí te revela o *pensamento dele*. Ali é o Dom Adriano e ele dedicava muito tempo de sua vida a escrever, escrevia muito (MENEZES, 2014 – grifo nosso).

Uma observação antes de seguir à análise do que foi dito pelo senhor Menezes. As cartas pastorais e os periódicos citados são documentos produzidos por Dom Adriano enquanto exercia a função de bispo da Diocese de Nova Iguaçu, ou seja, são documentos do arquivo desta Diocese. Já suas correspondências, enquanto pessoa física, é relevante que fique claro, são documentos de seu arquivo pessoal. Mas por que tais documentos foram citados conjuntamente por Menezes? A ligação entre todos eles é que são todos documentos produzidos e direcionados a terceiros, sejam os documentos do arquivo da Cúria (institucional) ou do próprio Dom Adriano (pessoal).

É interessante perceber que nos documentos dirigidos a outros, vide o exemplo da carta, é onde Menezes percebe com mais clareza o pensamento de Dom Adriano. Isso facilita algumas conclusões desta pesquisa, pois, ao comparar este caráter representativo dos documentos pessoais de Dom Adriano aos de caráter institucional, como *A Folha*, o jornal litúrgico da Diocese, que teve a interferência direta do bispo na sua elaboração, percebemos que os documentos pessoais e institucionais que são produzidos para transmitir mensagens a terceiros carregam uma preocupação

em sua elaboração pois, ao serem produzidos, são projetados e planejados para serem lidos por outros. Isso, de uma maneira bem clara, possibilita a reflexão sobre a construção de si por meio da produção documental, principalmente quando olhamos para documentos como cartas, jornais, que se compõe de vídeos, sons, etc.

Com relação especificamente às injunções sociais que fazem com que os arquivos pessoais sejam construídos de maneira coletiva, podemos aproveitar algumas palavras de Menezes para justificar tal afirmativa. Quando o entrevistado afirma sobre os documentos acima citados: “acho que isso aí te revela o *pensamento dele*”, está evidenciando que Dom Adriano ali se revelaria. Contudo, podemos fazer duas observações sobre esta afirmação, no intuito de sustentar a argumentação aqui desenvolvida.

Primeiro, pautando-nos em Gomes, reproduzimos sua observação com relação aos “encantos” dos arquivos pessoais, a fim de não os tratarmos como se fossem os documentos mais espontâneos e íntimos feitos por seus titulares. Sob este “risco”, a autora argumenta que “[...] este é o grande feitiço do arquivo privado⁴⁰ [...], ele revelaria seu produtor de forma ‘verdadeira’: aí ele se mostraria ‘de fato’, o que seria atestado pela espontaneidade e pela intimidade que marcam boa parte dos registros” (GOMES, 1998, p. 125). Sabendo isso, seguimos.

Segundo, Artières resumiria a próxima observação em menos de duas linhas ao dizer: “pois, por que arquivamos nossas vidas? Para responder a uma injunção social” (ARTIÈRES, 1998, p. 10). Bem, mesmo que tal afirmação explicita as interferências externas ao sujeito na produção/construção de seu arquivo pessoal, temos, por essência da pesquisa científica, que fundamentar tal afirmação. Faremos isto, portanto, citando novamente o próprio Artières. Para ele, em consequência da injunção social que nos faz “arquivar a própria vida”,

temos assim que manter nossas vidas bem organizadas, pôr o preto no branco, sem mentir, sem pular páginas nem deixar lacunas. O anormal é o sem-papéis. O indivíduo perigoso é o homem que escapa ao controle gráfico. Arquivamos portanto nossas vidas, primeiro, em resposta ao mandamento "arquivarás tua vida" - e o farás por meio de práticas múltiplas: manterás cuidadosamente e cotidianamente o teu diário, onde toda noite examinarás o teu dia; conservarás preciosamente alguns papéis colocando-os de lado numa pasta, numa gaveta, num cofre: esses papéis são a tua identidade; enfim, redigirás a tua autobiografia, passarás a tua vida a limpo, dirás a verdade. Mas não arquivamos nossas vidas, não pomos nossas vidas em conserva de qualquer maneira; não guardamos todas as maçãs da nossa cesta pessoal; fazemos um acordo com a realidade, manipulamos a existência: omitimos, rasuramos, riscamos, sublinhamos, damos destaque a certas passagens (ARTIÈRES, 1998, p. 10).

⁴⁰ A autora encara como “arquivo privado” o que, geralmente, encaramos como “arquivo pessoal”, no campo arquivístico.

Artières nos apresenta, com maiores detalhes, tanto uma perspectiva que percebe os arquivos pessoais como produtos de sujeitos sociais que, em consequência disso, são produzidos com interferências sociais, além do filtro, reflexão e objetivos do próprio titular do arquivo. Outro ponto destacado pelo autor é a intencionalidade que, para os fins desta pesquisa, se apresenta nos processos de produção, custódia e uso dos arquivos, pois, como bem assinalado pelo autor, nós manipulamos nosso reflexo, para nós ou para os outros, conscientemente ou não, por meio da comunicação dos documentos de arquivo.

Mantendo este debate, e citando Artières mais uma vez, destacamos três aspectos que o autor explora com relação aos arquivos pessoais: “a injunção social, a prática de arquivamento e a intenção autobiográfica” (ARTIÈRES, 1998, p. 11). São três aspectos, diríamos, válidos de se explorar em pesquisas sobre arquivos pessoais, inclusive em pesquisas oriundas do campo arquivístico, como esta.

A injunção social, como interferência externa ao indivíduo e condição para sustentar a produção/construção dos arquivos como um processo coletivo, já foi debatida. A prática de arquivamento, também se relaciona com a questão da injunção, pois, como vimos anteriormente, os arquivos podem servir para fins de controle, prova, rememoração ou, eles mesmos, podem ser partes ou os próprios projetos de alguém ou de uma coletividade. A intenção autobiográfica, que se assemelha com a perspectiva de Gomes (1998), quando aborda a construção de si por meio dos processos pelos quais passam os arquivos pessoais, pode ser encarada como uma questão delicada. Isso porque nem sempre há uma intenção do indivíduo em se autobiografar por meio de seu arquivo para a posteridade, embora tal processo possa existir, de maneira geral, de forma inconsciente, como diria a própria Gomes. Já Artières (1998) é mais incisivo em sua afirmação quanto o aspecto autobiográfico dos arquivos pessoais, que deve ser relativizado, como fizemos.

Outro apontamento de Menezes que nos faz refletir com relação as intencionalidades presentes nos processos que circundam os arquivos, bem como o aspecto coletivo de sua produção, está presente quando ele fala sobre a preocupação de Dom Adriano em preservar seu legado. Segundo Menezes,

Dom Adriano, ele tinha uma preocupação sim, [em] preservar sua memória, preservar seu legado e preservar a história da igreja que ele ajudou a construir, ele tinha essa memória. Acho que isso é bem intencional nele. Eu acho assim, já pelo fato dele criar o arquivo não foi à toa, não foi gracioso, não foi... Não foi assim. Ele criou um arquivo aqui na Cúria.

Quando Menezes fala sobre a criação do arquivo, ele se refere ao Arquivo Diocesano, setor o qual Dom Adriano criou na Diocese, cedendo para tal, um andar inteiro de sua estrutura. Fato que

Menezes ressalta por não ser comum tal importância dada aos arquivos nas esferas diocesanas, inclusive em outras instituições nas quais trabalhamos como arquivistas, como bem sabemos.

Em entrevista feita com a senhora Sada (2014), que à época do governo de Dom Adriano trabalhava diretamente com ele em vários projetos que a Diocese encampava, também nos respondeu sobre quais documentos seriam os documentos mais representativos das formas de pensar e agir do bispo. Esta pergunta foi feita para Sada porque ela também trabalhou no arquivo pessoal de Dom Adriano, ajudando a organizar parte dele. Seu trabalho fica evidente quando manejamos os documentos acumulados pelo bispo a respeito de seu sequestro, ocorrido em 1976, pois Sada ajudou a organizar recortes de jornais, cartas recebidas, moções de apoio ao bispo e outros documentos relacionados ao caso. Este assunto é fartamente documentado por Dom Adriano.

Respondendo, Sada (2014) diz: “acho que o Boletim Diocesano trazia muita coisa dele. A *Folha*, trazia muita coisa dele, ele tinha uma coluna dele [no *A Folha*]”. A resposta de Sada é quase a mesma de Menezes (2014), só deixando de fora as cartas do arquivo pessoal de Dom Adriano. Contudo, serve para reforçarmos os registros documentais arquivísticos como instrumentos de comunicação que, também por isso, são planejados pra seus fins imediatos, podendo, contudo, conter fins mediatos, como analisado anteriormente.

Nesta perspectiva, Sada também nos ajuda a compreender o pensamento de Dom Adriano. Podemos percebê-lo, analisando as falas da própria Sada e de Menezes, pessoas que foram próximas ao bispo. Na fala desses dois entrevistados, fica evidenciado que o bispo tinha uma preocupação com seu legado e com a missão da Igreja. Incluem-se nesta noção de legado o seu próprio arquivo pessoal, além de seus projetos, artigos, entrevistas, ideias, etc., ou seja, “fazimentos”, como diria Heymann ao analisar o caso de Darcy Ribeiro. Podemos sustentar esta afirmação quando Sada nos diz:

eu acho que Dom Adriano tinha uma preocupação com a história mesmo, sabe. Ele, eu acho que ele entendia, acho que Dom Adriano percebeu a importância da igreja, eu não digo nem a importância dele, mas a importância do papel da igreja, porque Dom Adriano foi pós Concílio Ecumênico, não é? Eu acho que o Concílio, o Concílio Ecumênico abriu a cabeça de muita gente de boa vontade, que quem não tem boa vontade não abre... (DAVID, 2014)

Até então podemos chegar a duas afirmações.

Uma, que tal intenção do bispo, também explicitada nas falas de Menezes e Sada, pode ser vista como resposta às filiações a que Dom Adriano mantinha, ou seja, sua filiação eclesial junto à Igreja Católica, sua ida para governar em Nova Iguaçu, sua filiação ideológica, seu pertencimento a grupos e projetos, dentre outras, ou seja, o sujeito Dom Adriano, capaz de refletir

sobre tais situações, é um ser social que à sociedade também “dá” algumas respostas. Em outras palavras ele influenciou e foi influenciado pelos grupos com os quais estabeleceu contato e seus documentos também expressam isso. Portanto, também são, em parte, coletivamente construídos.

Outra afirmação a que podemos chegar é a de que Dom Adriano tinha um projeto sócio-religioso, o qual também por meio de seu legado, buscou preservar enquanto objeto de interferência social.

4.3 A AQUISIÇÃO, O TRATAMENTO E OS USOS DO ARQUIVO PESSOAL DE DOM ADRIANO PELA CÚRIA DIOCESANA

A aquisição do arquivo pessoal de Dom Adriano pela Cúria Diocesana de Nova Iguaçu foi um assunto abordado mais especificamente na entrevista com o Sr. Menezes (2014), pois é uma pessoa do quadro da Cúria que conhece sobre este processo.

Tendo as informações de Menezes, descobrimos que o arquivo foi doado à Cúria por iniciativa de Pilar, esposa de Fernando, sobrinho de Dom Adriano.

Após o falecimento do bispo aos 78 anos, de infarto, ocorrido em agosto de 1996, seu arquivo pessoal permaneceu em sua casa, e só depois veio a ser doado à Cúria. Segundo Menezes (2014) “o arquivo dele estava na casa dele quando ele morreu [...]. Depois a sobrinha viu que tinha aqui [na Cúria] um arquivo formado, tinha uma pessoa cuidando do arquivo, então ela sentiu, assim, segura em entregar o arquivo aqui para a Cúria”.

A justificativa para a doação, segundo Menezes, seria

porque tinha um arquivista aqui [na Cúria], tinha um funcionário, tinha uma pessoa que gostava do arquivo [...], que tem uma admiração sem limite pela pessoa de Dom Adriano. Então isso gerou uma certa confiança das pessoas, na família em trazer. Então a pessoa [– Pilar –] quando trouxe, quando vem visitar aqui, ela sempre vai... Os olhos.... Ela se enche de... Vão às lágrimas. Por isso até que ela, às vezes, evita de vir aqui, porque ela se emociona muito, a Pilar. Acho que isso não só com o arquivo de Dom Adriano, mas também com outros acervos. As pessoas tem uma confiança muito grande em mim, o que transcende o próprio arquivo da Cúria. Não sei se eu consigo ser claro. Porque as pessoas me identificam muito com aquela pessoa que gosta da história de Nova Iguaçu (MENEZES, 2014).

Continuando a entrevista, Menezes nos conta que o acúmulo de arquivos pessoais de padres diocesanos vem sendo encarado como um processo que vem se tornando padrão na Diocese. Segundo ele, a partir da aquisição e custódia do arquivo pessoal de Dom Adriano, “[...] também criou-se uma prática na Diocese de todo o arquivo pessoal de padres, que após o seu falecimento, venham para o arquivo da Cúria. Então já [se] criou essa prática da Diocese” (MENEZES, 2014).

Quando perguntamos se há algum tratamento especial conferido ao arquivo pessoal de Dom Adriano, Menezes diz que

não. Não teve nenhum tratamento especial o arquivo de Dom Adriano. Única coisa que ele teve que ele sofreu, ele foi limpo, vamos dizer, higienizado, tirados os cliques de ferro e colocado dentro das caixas, caixas de papelão, caixas de arquivo. Sem nenhum tratamento, assim, e dentro de pastas como estavam na casa dele. Do jeito que estava. A gente somente trocou as caixas porque as caixas estavam muito velhas, mas preservou a mesma coisa. Não foram digitalizados. A única coisa que foi digitalizada do arquivo foram as fotos. As fotos dele. O material fotográfico... Foram digitalizados. Algumas... Muitas entrevistas foram transcritas [...]. O boletim Diocesano foi digitalizado, mas isso é uma parte muito pequena do arquivo dele. Muito pequena mesmo. Então, a gente não teve um tratamento arquivístico adequado como manda hoje o arquivo moderno, o arquivo antenado. Nós não fizemos isso. (MENEZES, 2014).

Contudo, mesmo que Menezes não afirme haver nenhum tratamento especial, percebemos que ações importantes foram tomadas, mesmo que preliminares, no âmbito da conservação preventiva. Como foi respondido, verificamos no Arquivo Diocesano a higienização e recondicionamento, as quais são práticas simples, mas que podem ter um efeito relevante para a sobrevivência dos documentos de arquivo, mesmo que, no caso, as caixas-arquivo não tenham sido as mais apropriadas. Quanto à digitalização das fotografias e à transcrição das entrevistas concedidas por Dom Adriano, tais tarefas, também simples, colaboram mais ainda para a preservação de tais materiais, pois evitam o acesso direto às fotografias e entrevistas, proporcionando, inclusive, facilidade de acesso de forma mais rápida, fácil e, se necessário, compartilhada. Tal trabalho de digitalização serviu a esta pesquisa, pois tais documentos se encontravam em uma página na internet sobre Dom Adriano, no *site* da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu, onde os encontramos pela primeira vez.

Menezes deixa claro na entrevista e em conversas informais, que tem um aprofundamento sobre o conhecimento arquivístico, pois, antes de assumir o Arquivo Diocesano fez questão de fazer alguns cursos sobre arquivo no Arquivo Público do Estado de São Paulo, Estado onde ele residia quando foi convidado a assumir sua atual função na Cúria. Por isso Menezes responde fornecendo algumas informações de interesse “arquivístico”, como no caso de afirmar, implicitamente, que respeitou a ordem original do arquivo de Dom Adriano. Isto se confirma na entrevista com Sada (2014), pois quando falamos dos documentos acumulados por Dom Adriano acerca de seu sequestro, ela nos lembrou o trabalho que teve com a encadernação dos recortes de jornais, deixados até então, como ela nos contou. Mais informações sobre o diagnóstico e a situação do Arquivo Diocesano podem ser encontradas na subseção 2.2.

Com relação aos usos feitos pela Cúria do arquivo pessoal do bispo, podemos destacar

aqueles com fins práticos e aqueles que chamaríamos de simbólicos.

Com relação aos usos práticos, identificamos quatro de fácil percepção em meio ao processo de pesquisa, especialmente quando da pesquisa de campo. Temos, então, para citar: dois produtos resultantes da comemoração o aniversário dos 50 anos da Diocese de Nova Iguaçu, ocorrido em 2010, quando foram produzidos um (i) livro comemorativo e um (ii) documentário sobre os 50 anos da Diocese criada em 26 de março de 1960. Ambas as produções retratam a história de Dom Adriano na Diocese, inclusive fazendo uso de alguns documentos de seu arquivo pessoal, especialmente das fotos, para reprodução, e de alguns textos, como material de pesquisa. Um terceiro produto fruto do uso do arquivo de Dom Adriano por parte da Cúria foi a divulgação em um (iii) *site* hospedado no portal da Diocese, hoje fora do ar, onde era possível encontrar digitalizações de alguns documentos originários do arquivo pessoal do bispo, tal como algumas de suas entrevistas concedidas. Quando fomos pela primeira vez à Cúria, não era certeza se teríamos acesso aos documentos de Dom Adriano. Contudo, com o passar do tempo e com novas “visitas” para fins de pesquisa na instituição, percebemos que prover o acesso aos documentos permanentes custodiados no Arquivo Diocesano é uma prática comum. Ou seja, mesmo que sendo uma instituição privada, e por isso não sabíamos da possibilidade de acesso, buscávamos pesquisar sobre um arquivo pessoal, e, mesmo assim, o acesso é franqueado. Bem, então temos o último exemplo de uso percebido: o (iv) provimento de acesso aos documentos sobre (e de) Dom Adriano para fins de pesquisa, fonte importante para se estudar a história da Baixada durante o período do regime cvil-militar. Neste uso, a Cúria acaba proporcionando a divulgação de várias coisas, tais como parte da história de Dom Adriano, da Baixada, de seu contexto político, e parte da própria constituição identitária da Diocese.

Neste último uso do arquivo, no provimento de acesso aos documentos permanentes repousa outro tipo de uso, de caráter simbólico e, na leitura aqui feita, intencional, de divulgação da figura do bispo e daquilo que ele representa junto à Diocese. Tal processo, que proporciona a divulgação da história do bispo, colabora para reforçar a importância de seu arquivo pessoal, bem como para ampliar a legitimidade da Cúria em falar sobre o bispo e “usar” sua história como um dos alicerces identitários da Diocese. Desta forma, não só, mas também, o arquivo serve de instrumento de legitimação da instituição para com a manutenção de um de seus símbolos de coesão identitária.

Neste aspecto, podemos perceber novamente que “os símbolos são os instrumentos por excelência da ‘integração social’”. (BOURDIEU, 2007, p. 9).

Segundo Bourdieu, o poder simbólico é de difícil identificação, pois é produzido e mantido por aqueles que talvez nem percebam que o produz e o projeta. Segundo este autor, “[...] o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade

daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2007, p. 7-8). Talvez, refletindo sobre alguns agentes da Cúria, mesmo que estes saibam de sua posição quanto à produção e manutenção deste poder simbólico, explicitar tal ciência limita sua legitimidade e seu alcance, pois ao demonstrar saber que sustenta um poder dependente de um símbolo, que neste caso, remete a um passado é, por consequência, desnaturalizar um discurso e evidenciar uma construção com base em uma representação, o símbolo. Desta forma, o poder simbólico na representação de Dom Adriano, legitimado, dentre outros alicerces, pela custódia de seu arquivo pessoal pela Cúria, simbolicamente possibilita um discurso supostamente “verdadeiro” e fundamentado que confere força ao seu orador, servindo, à priori, para a manutenção de uma identidade entre a Diocese de Nova Iguaçu, sua trajetória e seus leigos. A força que mantém o laço entre Diocese e leigos vai além da fé, como se afirma, e vale-se de instrumentos baseados, também e não somente, na manutenção de símbolos que conferem legitimidade à representação desta Diocese frente seus fieis e à sociedade.

Como percebem Barros e Amélia, “[...] o arquivo está impregnado de práticas e sentidos mnemônicos e rememorativos que compõem a identidade de um povo” (BARROS & AMÉLIA, 2009, p. 55). Isso, mesmo se pensarmos sobre um arquivo pessoal, que acumula parte das lembranças de seu produtor, refletindo assim, mesmo que não “cristalinamente”, informações com as quais poderíamos identificar suas filiações identitárias. Estas autoras reforçam o caráter instrumental relacionado a manutenção identitária na rememoração proporcionada pelas sedimentações informacionais feitas nos arquivos, pois, segundo elas, “[...] a principal justificativa para a existência do arquivo é a sua capacidade de oferecer a cada cidadão um senso de identidade, de história, de cultura e de memória pessoal e coletiva” (*Ibid.*, p. 58). Mesmo já tendo explorado esta e outras perspectivas sobre os arquivos, expostas ao longo deste capítulo, cabe ressaltar que além destas instrumentalidades, os arquivos existem para dar conta de mais do que o expresso pelas autoras, o que não significa que a afirmação delas deva ser excluída, mas apenas acrescida.

Assis e Panisset chegam a uma conclusão ao perceberem *os documentos eclesiais católicos como meios para a compreensão de identidades e de memórias*⁴¹. Para estes autores, “[...] os arquivos diocesanos católicos permitiriam observar, por meio de seus conjuntos documentais, as construções identitárias elaboradas pelas seleções, organização e arranjo do que deve ser resguardado”. (ASSIS & PANISSET, 2006, p. 190). Heymann lembra que “as relações entre memória e identidade, bastante exploradas nos últimos anos, tanto no campo da História como no

⁴¹ Este trecho em itálico é o próprio título do artigo publicado por Assis e Panisset, na revista eletrônica Arquivística.net, em 2006.

da Antropologia, têm, portanto, uma conexão direta com o tema dos legados históricos” (HEYMANN, 2005, p. 9).

Ainda sobre o caráter simbólico e identitário do qual os arquivos podem ser instrumentos, levando em consideração o caso de Dom Adriano e a Cúria Diocesana de Nova Iguaçu, podemos encontrar na produção de Heymann uma explicação que se adequa à situação aqui analisada. Esta autora afirma que as “instituições criadas com a vocação declarada de preservar a memória têm sempre caráter político, na medida em que a memória é instrumento político, capaz de criar identidades, de produzir um discurso sobre o passado e projetar perspectivas sobre o futuro” (HEYMANN, 2005, p. 10).

Em suma, com relação à legitimidade do discurso Diocesano ancorado no legado de Dom Adriano, mas não só nele, podemos perceber que o arquivo pessoal do bispo, como parte do que ele deixou como vestígio de sua existência, pode ser percebido como um recurso material e simbólico, como observado neste capítulo. Para reforçar esta última afirmação, podemos lembrar que os arquivos pessoais e institucionais circulam em espaços que os dotam de significado ao passo que estes arquivos qualificam e legitimam esses mesmos espaços (HEYMANN, 2005, p. 9).

4.4 A RELEVÂNCIA DO ARQUIVO PESSOAL DE DOM ADRIANO PARA A DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO E SOCIAL DO ARQUIVO DIOCESANO

Este trecho será dividido em duas partes. A primeira que buscará representar o processo que levou os documentos permanentes do Arquivo Diocesano a serem declarados de interesse público e social, de acordo com a Lei 8.159/1991 e o Decreto 4.073/2002. Titulação que inclui o fundo arquivístico Dom Adriano Mandarino Hypólito. A segunda parte focará em perceber como e, se possível, em que proporção o arquivo pessoal de Dom Adriano foi relevante para que a citada declaração fosse, de fato, aprovada em Plenária do CONARQ e decretada pela Presidência da República do Brasil, em 9 de maio de 2012.

Com o intuito de representar a sequência de acontecimentos que culminou nesta declaração, fomos ao CONARQ a fim de acessar os documentos que relatam este ocorrido. Foi o que fizemos, e, a seguir, expomos o resultado desta “reconstituição”, baseada no processo administrativo nº 000002/2010DV, aberto em 17/11/2010, pelo CONARQ. Sedimentamos as informações inclusas neste processo em uma tabela, apresentada a seguir, disposta em ordem cronológica, referenciada nas datas de produção dos documentos instruídos no processo, que se encontra na próxima folha.

Data	Documento	Descrição sintética do conteúdo	Descrição analítica do conteúdo
29/06/2010	Ofício nº 2203/10 MPF/PRM/SJM/SCOJUR	Ofício encaminhado ao presidente do CONARQ solicitando verificar se os arquivos históricos da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu são de interesse público e social nacional	Ofício expedido por Renato de Freitas Souza Machado, Procurador da República da Procuradoria da República no Município de São João de Meriti, encaminhado ao Presidente do CONARQ, Jaime Antunes da Silva, solicitando verificar “[...] se os arquivos históricos da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu são de interesse público e social nacional”. Na ocasião, foi anexado a este Ofício o Inquérito Civil Público nº 1.30.017.000191/2005-59, que contém (1) uma reportagem do jornal O DIA online, de 26/06/2005, que trata sobre o conteúdo e estado de conservação do acervo do Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu, bem como explicita alguns projetos de pesquisa participante oriundas de algumas universidades, dentre elas a UFRRJ e UFF, que são desenvolvidos neste Arquivo; e (2) uma cópia do ofício nº 109/08/GAB-COPEDOC-IPHAN, de 18/04/2008, respondendo à solicitação de tombamento do acervo arquivístico da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu. Isso, em resposta ao ofício MPF/PRM/SJM/SOTC/N 259/08, também expedido por Renato Freitas Souza Machado, Procurador Regional da República de São João de Meriti, encaminhado ao IPHAN. Na ocasião, Lia Motta, Coordenadora-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência do IPHAN, em resposta ao Procurador da República, encaminha, anexo ao ofício, um diagnóstico preliminar do acervo arquivístico da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu, informando sobre boas condições de preservação do mesmo

			<p>e aproveita para anunciar que serão tomadas as providências necessárias para a abertura do processo de tombamento do acervo em questão. Neste mesmo diagnóstico, Mônica Muniz Melhen e Zenaide de Freitas Santos, ambas servidoras do IPHAN, informam a necessidade de uma análise mais aprofundada do acervo a fim de proceder ao tombamento do mesmo, com base na Portaria nº 11, de 11/09/1986, do IPHAN, bem como aproveitam para sugerir outra possibilidade de medida preventiva a ser adotada com a finalidade de preservar e captar recursos para o tratamento do acervo da Cúria, ou seja: encaminhar uma solicitação de declaração de interesse público e social do acervo do Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu ao CONARQ. Isso foi feito e deu origem a este documento, que abriu o processo de declaração.</p>
24/09/2010	Ofício nº 3141/10 MPF/PRM/SJM/SCOJUR	Ofício encaminhado ao presidente do CONARQ cobrando informações sobre o processo de declaração	<p>Ofício expedido por Renato de Freitas Souza Machado, Procurador da República da Procuradoria da República no Município de São João de Meriti, encaminhado ao Presidente do CONARQ, Jaime Antunes da Silva, solicitando informações atualizadas "[...] sobre as providências em relação ao Ofício nº 2203/10 MPF/PRM/SJM/SCOJUR". O Procurador fixa prazo de 30 dias para a resposta e informa que usará a resposta do CONARQ para instruir o Inquérito Civil Público nº 1.30.017.000191/2005-59.</p>

11/10/2010	Ofício nº 75/2010/CONARQ	Ofício expedido pelo presidente do CONARQ informando ao solicitante da declaração que alguns dos documentos custodiados na Cúria são automaticamente de interesse público e social, e que os demais serão avaliados por comissão técnica competente	Ofício expedido por Jaime Antunes da Silva, então Presidente do CONARQ, em resposta ao Ofício nº 2203/10 MPF/PRM/SJM/SCOJUR. Neste documento, o Procurador da República é informado que (1) os registros de Batismo, Casamento e Óbito custodiados na Cúria Diocesana de Nova Iguaçu e anteriores ao Código Civil, datado de 1916, são automaticamente considerados de interesse público e social, vide regulamentação da Lei 8.159/1991; (2) o restante dos documentos custodiados no acervo da Cúria serão avaliados por Comissão Técnica constituída pelo CONARQ com o objetivo de produzir parecer sobre a declaração de interesse público e social dos documentos a ser julgado pelo Conselho, vide disposto no Decreto 4.073/2002; (3) explicita que a referida Comissão Técnica entrará em contato com a Cúria a fim de avaliar <i>in loco</i> o seu acervo; e (4) por fim, afirma positivamente sobre o adequado tratamento técnico dispensado ao acervo por parte de seu responsável.
17/11/2010	Processo nº 00321.000002/2010 – CONARQ DV	Registro de abertura do processo que visa avaliar o interesse público e social do arquivo permanente da Cúria	Processo aberto pelo CONARQ com a finalidade de avaliar o acervo privado permanente da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu para declará-lo ou não de interesse público e social, de acordo com a Lei 8.159/91, Decreto 4.073/2002 e Resolução nº 17 do CONARQ.
17/11/2010	Minuta do parecer nº 16/2011	Minuta do parecer técnico que conclui pela pertinência da declaração. A versão final foi	Minuta expedida por Marilena Leite Paes, Coordenadora do CONARQ, encaminhando o texto do parecer que visa à declaração de interesse público e social do acervo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu para a Comissão

		encaminhada e aprovada em sessão plenária do CONARQ	Técnica, a fim de que esta analise a pertinência da Declaração e tome as providências decorrentes desta análise.
08/02/2011	Ofício nº 322/11/ MPF/PRM/SJM/SCOJUR	Ofício encaminhado ao presidente do CONARQ cobrando informações sobre o processo de declaração	Ofício expedido por Renato de Freitas Souza Machado, Procurador da República da Procuradoria da República no Município de São João de Meriti, encaminhado ao então Presidente do CONARQ, Jaime Antunes da Silva, solicitando informações atualizadas sobre o processo de declaração de interesse público e social da documentação permanente da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu. O Procurador fixa prazo de 30 dias para a resposta e informa que usará a resposta do CONARQ para instruir o Inquérito Civil Público nº 1.30.017.000191/2005-59.
02/03/2011	Ofício nº 14/2001/CONARQ	Ofício expedido pelo presidente do CONARQ informando ao solicitante da declaração que a comissão técnica foi à Cúria e que o parecer produzido por esta comissão será avaliado em sessão plenária do CONARQ	Ofício expedido por Jaime Antunes da Silva, então Presidente do CONARQ, encaminhado a Renato Freitas Souza Machado, Procurador Regional da República de São João de Meriti, em resposta ao Ofício nº 322/11/MPF/PRM/SJM/SCOJUR, informando ao Procurador que a Comissão Técnica de Avaliação foi à Cúria Diocesana de Nova Iguaçu no dia 30/11/2011, e o parecer resultante desta visita será avaliado na Plenária do CONARQ, em sua próxima reunião, em 8/6/2011, para "[...] decisão terminativa a respeito do assunto".
13/07/2011	Ata da 62a Reunião Plenária do CONARQ	Ata da sessão plenária que aprova o parecer que conclui pela pertinência da declaração	Na Ata fica registrada a apresentação do parecer nº 16 por Marcelo Siqueira, membro da Comissão Técnica de Avaliação, que "[...] conclui pela pertinência da Declaração de Interesse Público e Social do Acervo da Cúria

		de interesse público e social do arquivo permanente da Cúria	Diocesana de Nova Iguaçu produzido e acumulado entre o século XIX e o ano 2000.
16/09/2011	Ofício nº 400/11 PRM-JOA 2925/11	Ofício encaminhado ao presidente do CONARQ cobrando informações sobre o processo de declaração	Ofício expedido por Renato de Freitas Souza Machado, Procurador da República da Procuradoria da República no Município de São João de Meriti, encaminhado ao Presidente do CONARQ, Jaime Antunes da Silva, solicitando informações atualizadas sobre o processo de declaração de interesse público e social da documentação permanente da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu. O Procurador fixa prazo de 30 dias para a resposta e informa que usará a resposta do CONARQ para instruir o Inquérito Civil Público nº 1.30.017.000191/2005-59.
03/10/2011	Ofício nº 91/2011/CONARQ	Ofício expedido pelo presidente do CONARQ informando ao solicitante da declaração que o parecer favorável à declaração foi aprovado pelo CONARQ	Ofício expedido por Jaime Antunes da Silva, então Presidente do CONARQ, encaminhado a Renato Freitas Souza Machado, Procurador Regional da República de São João de Meriti, em resposta ao Ofício nº 400/11 PRM-JOA 2925/11, informando ao Procurador que a Comissão de Avaliação julgou procedente a declaração de interesse público e social da documentação permanente da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu e que este parecer favorável será encaminhado, primeiro, à assinatura dos membros da Comissão e, posteriormente, à sanção presidencial. Junto ao Ofício segue cópia do parecer.

08/11/2011	Ofício nº 095/2011/CONARQ	Ofício expedido pelo presidente do CONARQ encaminhando o processo e minuta do Decreto para o Ministro da Justiça.	Ofício expedido por Jaime Antunes da Silva, então presidente do CONARQ, enviando em anexo o processo nº 00321.000002/2010, do CONARQ, e a minuta do Decreto de Declaração de Interesse Público e Social do acervo privado do Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu para a apreciação do então Ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso. Nesta data o Arquivo Nacional encontra-se subordinado ao Ministério da Justiça.
29/10/2012	Ofício nº 029/2012/CONARQ	Ofício expedido pelo presidente do CONARQ para informar a Dom Luciano Bergamin, bispo da Mitra Diocesana de Nova Iguaçu, que o processo de declaração chegou ao final, tendo a solicitação sido aprovada	Ofício expedido por Jaime Antunes da Silva, então Presidente do CONARQ, encaminhado a Dom Luciano Bergamin, bispo da Mitra Diocesana de Nova Iguaçu, para informá-lo de que foi decretado no dia 9 de maio de 2012, e publicado no Diário Oficial da União no dia seguinte, a declaração de interesse público e social do arquivo privado da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu. Segue anexo ao ofício uma cópia do citado Decreto e um diploma emitido pelo CONARQ ratificando o título em questão.
30/10/2012	Ofício nº 030/2012/CONARQ	Ofício expedido pelo presidente do CONARQ informando ao solicitante que o processo de declaração chegou ao final, tendo a solicitação sido aprovada	Ofício expedido por Jaime Antunes da Silva, então Presidente do CONARQ, encaminhado a Renato Freitas Souza Machado, Procurador Regional da República de São João de Meriti, para informa-lo de que foi decretado no dia 9 de maio de 2012, e publicado no Diário Oficial da União no dia seguinte, a declaração de interesse público e social do arquivo privado da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu.

Tendo exposto as informações registradas no processo endereçado à declaração do arquivo permanente da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu, passamos agora à compreensão da relevância que teve o arquivo de Dom Adriano para o êxito da solicitação formalmente feita pelo Procurador da República Renato Machado. Para compreendermos isso, algumas informações são relevantes.

Quanto à situação do arquivo do bispo, pode-se afirmar que ele não passou por um tratamento arquivístico por completo como já explicitado, mesmo, como se perceberá mais à frente, sendo um fundo de grande importância para a Cúria e para pesquisadores em geral. Ratificando isso, a Comissão Técnica para Avaliação de Acervos Privados de Interesse Público e Social registra em parecer que

a atuação do bispo Dom Adriano Hipólito, fartamente documentada pelo próprio e conservada originalmente como produzida, é exemplo da atividade de resistência promovida por diversos setores da sociedade, da ação empreendida para a consolidação de políticas sociais em nosso país e da proposta de um novo modelo de sociedade baseada em idéias mais progressistas da Igreja e da Teologia da Libertação. (CONARQ, 2011, p.7).

Quanto aos demais usuários do Arquivo Diocesano, além dos internos à própria Cúria, pode-se ter como exemplo alguns destacados pela própria Comissão, pois, segundo ela

inúmeros historiadores e pesquisadores vêm utilizando seu acervo em trabalhos acadêmicos e jornalísticos propiciando ao cidadão uma leitura ampla e plural da história recente de nosso país. Podemos citar os historiadores Daniel Aarão Reis Filho, Carlos Fico, o jornalista Elio Gaspari e o americano brasilianista Keneth Serbin como pesquisadores de sua documentação. Além disso, a documentação referente aos movimentos sociais apoiados pela Diocese, refletem a política adotada por uma significativa parcela da Igreja Católica no Brasil, servindo de análise para uma compreensão sociológica e histórica do período. (CONARQ, 2011, p.7).

Percebe-se, portanto, que outros atores buscam informações para suas pesquisas no Arquivo da Cúria Diocesana, inclusive o Grupo de Pesquisa Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais (CDOC-ARREMOS)⁴². Além deste Grupo de Pesquisa, outros projetos acadêmicos dialogam com o Arquivo Diocesano. Porém, não contamos com o levantamento destes usuários externos que pesquisam especificamente sobre o arquivo pessoal de Dom Adriano. Contudo, ratificando novamente a existência destes usuários, a Comissão registra que

⁴² Grupo de pesquisa o qual integro desde 2009. É coordenado pelo Prof. Dr. João Marcus Figueiredo Assis, docente do curso de Arquivologia da UNIRIO e do PPGARQ.

alguns pesquisadores que utilizam o Arquivo colaboram na identificação e localização do acervo, da mesma forma que estudantes de Arquivologia e História que atuam em alguns projetos, tudo sob orientação do Sr. Menezes. Em um desses projetos, em parceria com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, foi realizada a higienização, acondicionamento e digitalização da documentação manuscrita, como os registros de batismo, casamento e óbito (1686 – 1930). (CONARQ, 2011, p.4).

Ainda, de acordo com a mesma Comissão, o acervo da Cúria é de propriedade do Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu (CONARQ, 2011, p. 4) e quanto às condições de acesso,

a consulta é realizada em mobiliário próprio no mesmo local de guarda do acervo. O acesso é realizado no mesmo dia da visita, mas poderá ser concedido por agendamento em alguns casos. Parte da documentação de Dom Adriano Hipólito, constituída de correspondências particulares, possui restrição de acesso em virtude da intimidade e privacidade do titular. Não há serviço de reprografia, mas o usuário pode fotografar os documentos. (CONARQ, 2011, 5).

Percebe-se, na leitura do referido parecer, que o arquivo de Dom Adriano teve peso especial na declaração de interesse público e social do arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu, ressaltando ainda mais seu caráter representativo da Diocese. Em 2011, com o falecimento do Pe. Agostinho Pretto, que também obteve destaque por seu posicionamento contrário ao regime civil-militar brasileiro, seu arquivo pessoal passou a ser custodiado pela Cúria Diocesana. Prática esta, como tratada pelo Sr. Menezes em entrevista, vem se tornando procedimento de rotina na Cúria. Contudo, não sabemos mais informações sobre tais aquisições de arquivos pessoais de outros casos que não sejam o Dom Adriano.

Sobre o texto do parecer a respeito do Arquivo Diocesano, dentre outros, eles podem ser lidos na íntegra acessando o *site* do Conselho Nacional de Arquivos (<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br>), no menu “Declaração de Interesse Público e Social”. Há, inclusive, nesta página, o parecer a respeito do arquivo pessoal de Darcy Ribeiro, aprovado em 2009.

Ressaltando a relevância do arquivo pessoal de Dom Adriano para o Arquivo Diocesano⁴³, a Comissão registra que

uma considerável parcela do acervo é constituída pela documentação produzida, recebida e acumulada por Dom Adriano Hipólito, terceiro bispo de Nova Iguaçu e um dos principais nomes da Igreja Católica na luta contra o regime militar do

⁴³ O arquivo pessoal de Dom Adriano representa um fundo arquivístico custodiado na Cúria Diocesana, pelo Arquivo Diocesano.

Brasil (1964-1985). (CONARQ, 2011, p. 2).

Segundo Menezes (2014), quando indagado sobre a importância que o arquivo pessoal do bispo tinha, ele responde que “o arquivo de Dom Adriano é importantíssimo pela pessoa dele”. Após Menezes fazer este comentário, acabamos por tratar de outros assuntos, mas, posteriormente, ele completa esta resposta dizendo:

o arquivo de Dom Adriano que é a maior riqueza do arquivo de uma certa forma. Uma outra riqueza que nós temos... Tudo aqui é importante [...] Mas o arquivo de Dom Adriano é ele, é todo esse acúmulo que ele foi criando, formando desde a época quando ele era um jovem frei. Toda a correspondência, toda a vida pessoal dele está neste arquivo. Então, é um arquivo muito rico. (MENEZES, 2014).

Percebe-se, por fim, que tal importância não é conferida apenas por Menezes, mas ratificada no decorrer do texto do parecer feito pela Comissão Técnica, aprovada pelo CONARQ. Não que o arquivo pessoal de Dom Adriano tenha sido o único elemento responsável pela justificativa da declaração, mas tal arquivo fica evidenciado como um forte instrumento de legitimação de tal declaração. Concluímos, portanto, que ficou clara a relevância deste arquivo pessoal para a Cúria, tendo em vista a própria projeção de seu produtor enquanto esteve à frente da instituição, de 1966 a 1994.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando em pauta todo o exposto anteriormente, conclui-se que a subjetividade permeia todos os processos analisados nesta dissertação, seja nas etapas que compõe a produção de documentos, sua custódia ou os usos que são feitos dos documentos de arquivo. Não alijar a subjetividade das análises teóricas e levá-la em consideração quando da atuação prática é um posicionamento que impele, por um lado, em maior complexidade e insegurança nas conclusões, mas por outro, mais riqueza e entendimento do que se está analisando. Em outras palavras, aceitar que não há possibilidade de se controlar por completo os processos nos quais os seres humanos são agentes é um passo importante para buscar compreendê-los por duas vias que se encontram: uma mais panorâmica, teórica e generalizadora e outra mais próxima do empírico e do causal. Tendo como cerco tais focos, considerando as limitações circunstanciais e intelectuais a que cada pesquisador está sujeito, podemos chegar à conclusão de que há interesses objetivos e subjetivos em todos os processos que estudemos, mas que se adotarmos tais vias teremos compreensões mais holísticas dos objetos estudados.

Nesta linha de raciocínio, conclui-se que os documentos podem ser produzidos mediante objetivos imediatos e explícitos, bem como podem (não necessariamente!) ser objetos de interesses mediatos, tais como a projeção de si no presente e/ou no futuro. Um caso de estudo interessante sobre a autoconstrução demonstra-se quando escrevemos para outros lerem, pois, por vezes estamos selecionando palavras que mais se adequem às impressões imediatas ou futuras que queremos passar ao receptor ou receptores da mensagem. Isso também vale para outros gêneros documentais, tais como os iconográficos, sonoros e audiovisuais.

Percebemos que os arquivos também podem ser vistos como lugares de memória e/ou pontos de referências para memórias coletivas, como foram aqui analisados. Esta perspectiva debatida na seção 3 desta dissertação foi palco de um espaço tão extensamente reservado para ela no intuito de demonstrar ao leitor que os arquivos são mais um dos objetos que são criados, gerenciados, tratados e usados sob os interesses dos seres humanos. E como qualquer outro objeto, os conjuntos documentais podem ser alvo de construções simbólicas ao ponto de servirem a interesses políticos, culturais e econômicos. Podem, portanto, serem conduzidos a se tornar lugares de memória ou pontos de referência a fim de reforçar ou manter identidades, como discutido neste trabalho.

Por mais que um arquivo seja qualificado como pessoal, buscou-se compreendê-los como construções coletivas, tendo em vista os interesses de cunho pessoal em contraponto com as injunções sociais que impelem sobre os indivíduos. Essa abordagem colabora mais uma vez para

percebermos como as decisões não são totalmente isoladas, mas que são tomadas em meio a diversas influências. Tendo este posicionamento podemos lembrar que os produtores dos arquivos, os arquivistas, os membros da comissão técnica para avaliação de acervos privados de interesse público e social, eu, você, ou qualquer um de nós somos agentes sociais que tomam decisões ao mesmo tempo em que sofrem influências. Isto nos municia a afirmar que nenhum processo aqui debatido está livre de interesses subjetivos, embora a objetivação dos argumentos denotem em si as questões centrais das decisões e posicionamentos adotados.

Em resumo, acredito que as contribuições que podem ser tiradas desta dissertação são: a) perceber os arquivos pessoais como objetos de estudos arquivísticos; b) aceitar que objetividade e subjetividade coexistem e são dois aspectos intrínsecos às decisões humanas; c) atentar para e estudar sobre isso nos trará mais ganhos do que perdas; d) a naturalidade e imparcialidade são conceitos delicados para serem vinculados como características inerentes aos documentos de arquivo, tendo em vista que documento não é produzido espontaneamente, pois há estruturas que os antecedem, e que podem haver interesses mediatos no bojo da produção documental; e) a revisão de posicionamentos tradicionais e o diálogo com outras áreas do conhecimento pode render à Arquivologia seu aprimoramento e adaptação a questões contemporâneas, bem como ratificar a importância de perspectivas fundamentais à manutenção de sua identidade, ou seja, estar disposto a rever concepções já consagradas é um exercício árduo que pode incorrer em exposição de fragilidades da Arquivologia, mas, por outro lado, possibilita perceber onde mais devemos nos aprimorar.

Quero ratificar com as últimas palavras desta dissertação a ideia de que precisamos constantemente nos reavaliar a fim de perceber falhas antes não vistas ou descompassos para com a realidade que estamos a julgar. Após todas as etapas pelas quais passei ao longo da pesquisa que resultou neste texto, posso afirmar que tal ideia é um posicionamento que proporciona incertezas angustiantes, mas que por outro lado nos força a buscar fundamentos cada vez mais sustentáveis e honestos. Por um lado as verdades se tornam castelos de areia, mas por outro passamos a buscar saber de que elas são feitas e de que praias elas vêm.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina Maria do Rego Monteiro de. **A Fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rocco/Lapa, 1996.

ALIANÇA ANTICOMUNISTA BRASILEIRA. Panfleto. Nova Iguaçu, [1976?].

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. In: **Estudos Históricos**, v. 11, n. 21. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, p. 9-34, 1998.

ASSIS, João Marcus Figueiredo; PANISSET, Bianca Therezinha Carvalho. Os documentos eclesiais católicos como meios para a compreensão de identidades e de memórias sociais. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.185-196, ago./dez. 2006.

ASSIS, João Marcus Figueiredo. **Negociações para o convívio no catolicismo na Diocese de Nova Iguaçu**. Tese de Doutorado (Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Rio de Janeiro, 2008.

BARROS, Dirlene Santos e AMÉLIA, Dulce. Arquivo e memória: uma relação indissociável. **TransInformação**, Campinas, 21(1): 55-61, jan./abr., 2009.

BERGAMIN, Luciano (Dom). **Depoimento**. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=q9raFB_uNl8>. Acesso em: 11 set. 2013. Conteúdo com licença de atribuição CreativeCommons (reutilização permitida).

Boff, Leonardo e Boff, Clodovis. **Como fazer Teologia da Libertação**. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz, 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais**. Procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo, Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007. 316 p. Edição bilíngüe: português-inglês.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, ano 45, vol. 2, jul./dez., 2009a, p. 26-39.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Os arquivos e o acesso à verdade. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; e TELES, Janaina e Almeida. **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, vol. 2, 2009b.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Manifesta-se sobre a declaração de interesse público e social do acervo da cúria diocesana de nova Iguaçu (RJ). **Parecer nº 16/2011**, de 28 de março de 2011. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em: 24 nov. 2012.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 129-149. 1998.

CÚRIA DIOCESANA DE NOVA IGUAÇU. **Diocese de Nova Iguaçu, 50 anos de missão**. Rio de Janeiro, 2010.

DAVID, Sada Baroud. **Sada Baroud David**: depoimento [25 jan. 2014]. Entrevistador: Bruno Leite. Nova Iguaçu: Cúria Diocesana de Nova Iguaçu. Entrevista concedida ao Grupo de Pesquisa Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais da UNIRIO.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 13, 1994, p. 50-64.

GAZETA de Notícias. Jornal. Ed. 29 set. 1976.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. 1.ed., IS.reimpr. - Rio de Janeiro: LTC, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo, Loyola, 1996.

GIL. Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos pessoais. In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 121-127, 1998.

HERRERA, Antonia Heredia. **¿Qué es un archivo?**. Exposición y Conferencias Internacional de Archivos (Excol'07) 23 al 27 de Mayo, 2007. Bogotá (Colombia).

HEYMANN, Luciana Quillet. Os fazimentos do arquivo Darcy Ribeiro: memória, acervo e legado. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 36, jun./dez. p. 43-58, 2005.

HEYMANN, Luciana Quillet. Arquivos e interdisciplinaridade: algumas reflexões. In.: **Seminário CPDOC 35 anos: A Interdisciplinaridade nos estudos históricos**, 2008, Rio de Janeiro.
<Disponível em: www.cpdoc.fgv.br> Acesso em: <10/11/2012>.

HEYMANN, Luciana Quillet. **De arquivo pessoal a patrimônio nacional**: reflexões sobre a construção social do "legado" de Darcy Ribeiro. 2009 (Tese de Doutorado).

HEYMANN, Luciana Quillet. **O lugar do arquivo**: a construção do legado de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa/FAPERJ, 2012a.

HEYMANN, Luciana Quillet. O Arquivo utópico de Darcy Ribeiro. In: **História, Ciências, Saúde. Manguinhos**: Rio de Janeiro. V.19, n.1, jan./mar. 2012b. p. 261-282.

HOBBSAWM, Eric. "Introdução" In: HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 9-23

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. In: **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 2, 1995.

JENKINSON, Hilary. **A manual of archive administration**. London: Percy Lund, Humphries & Co, 1937, p. 1-22.

JODELET, Denise. As representações sociais. In: _____. **Representações sociais**: um domínio em expansão. Tradução de Lilian Ulup. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001. cap. 1, p.17-44.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Fgv, 2006. p.167-182.

MENEZES, Antônio. **Antônio Menezes**: depoimento [2010]. Entrevistadores: Bruno Leite, Gleice Branco e João Marcus. Nova Iguaçu: Cúria Diocesana de Nova Iguaçu. Entrevista concedida ao Grupo de Pesquisa Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais da UNIRIO.

MENEZES, Antônio. **Antônio Menezes**: depoimento [23 jan. 2014]. Entrevistador: Bruno Leite. Nova Iguaçu: Cúria Diocesana de Nova Iguaçu. Entrevista concedida ao Grupo de Pesquisa Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais da UNIRIO.

MILLS, Charles Wright. **A imaginação sociológica**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Desafio **do conhecimento**: pesquisa qualitativa em Saúde. São Paulo - Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco. Cap. 2, p. 171-199, 1992.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História**. São Paulo, n. 10, dez, 1993.

O Dia. Jornal. Ed. 29 set. 1976.

O Dia. Jornal. Ed. 1 out. 1976.

O Fluminense. Jornal. Ed. 29 set. 1976.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **O usuário como agente no processo de transferência dos conteúdos informacionais arquivísticos**. 2006. Dissertação (Mestrado do Programa de pós-graduação em Ciência da Informação - UFF/IBICT) - Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro. 146 p.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **Modelagem e status científico da descrição**: arquivística no campo dos arquivos pessoais. 2010. Tese (Doutorado do Programa de pós-graduação em História Social - USP) – Universidade de São Paulo. São Paulo. 188 p.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. In: **Tempo**. v. I, n.2. Rio de Janeiro, 1996. p. 59-72.

RODRIGUES, Ana Márcia Lutterbach. **Uma análise da teoria dos arquivos**. UFMG: Escola de Ciência da Informação. Dissertação. Belo Horizonte: 2004.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, 1996.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. Gestão de documentos pessoais. In: **Arquivística.net** – www.arquivistica.net, Rio de Janeiro, v.4, n.1, jan./jul.2008a, p. 62-80.

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Tradutor SOARES, Nilza Teixeira. 6.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SÓTENOS, Abner Francisco. **O Movimento Amigos de Bairro (MAB) no Rio de Janeiro: seu surgimento, desenvolvimento e a visão da comunidade de informações no período de distensão política (1974-1982)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

YIN, Robert K. Introdução. In: _____. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. São Paulo: Artmed, 2006. Cap. 1, p. 19-38.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista para Antônio de Menezes

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO

Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH

Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos – PPGARQ

Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos – MPGA

Título da pesquisa: **Percepções sobre a produção, tratamento e uso do arquivo pessoal de Dom Adriano Mandarino Hypólito.**

Pesquisador/estudante: Bruno Ferreira Leite

Entrevistado: Antônio de Menezes

Roteiro de questões para entrevista

Obs.: Est entrevista tem como objetivo complementar outra já feita com o Sr. Antônio de Menezes, já filmada e transcrita pelo Grupo de Pesquisa CDOC-ARREMOS.

I – SOBRE O ENTREVISTADO

Obs.: informações coletadas em entrevista anterior.

II – SOBRE O CONTEÚDO E A CONSTRUÇÃO DO ARQUIVO DE DOM ADRIANO

- 1) Quais seriam os documentos mais representativos das formas de pensar e agir de Dom Adriano presentes em seu arquivo pessoal?
- 2) Você acha que Dom Adriano se preocupou em preservar suas memória em seu arquivo pessoal como parte de um “legado” para o futuro?
- 3) Se sim, tem ideia de quais seriam as intenções do bispo?

III – SOBRE A AQUISIÇÃO E TRATAMENTO DO ARQUIVO PELA CÚRIA

- 1) Qual a história do Arquivo Diocesano e sua função na Cúria?
- 2) Qual a importância do arquivo de Dom Adriano para você?
- 3) Qual a importância deste arquivo estar custodiado na Cúria Diocesana de Nova Iguaçu?
- 4) Há um tratamento especial para com este arquivo? Qual?
- 5) Que justificativas fizeram com que este arquivo pessoal fosse trazido para os cuidados da Cúria?
- 6) De quem partiu esta iniciativa?
- 7) Há alguma formalização desta aquisição? Qual?

IV – SOBRE O USO DO ARQUIVO PELA CÚRIA E O ACESSO POR DEMAIS USUÁRIOS

- 1) Que usos são feitos deste arquivo?
- 2) É de interesse da Arquivo Diocesano facilitar pesquisas sobre Dom Adriano e o acesso a seu arquivo? Por quê? Como isso tem sido efetivado?
- 3) O que representa este arquivo para o acervo documental da Diocese de Nova Iguaçu?
- 4) Como foi o processo de declaração de interesse público e social do arquivo de Dom Adriano? (motivos, importância do acervo, quem solicitou, quais foram os critérios, o que muda com essa declaração?).
- 5) Gostaria de acrescentar mais alguma informação?

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista para Sada Baroud David

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO

Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH

Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos – PPGARQ

Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos – MPGA

Título da pesquisa: **Percepções sobre a produção, tratamento e uso do arquivo pessoal de Dom Adriano Mandarino Hypólito.**

Pesquisador/estudante: Bruno Ferreira Leite

Entrevistada: Sada Baroud David

Roteiro de questões para entrevista**I – SOBRE O ENTREVISTADO**

- 1) Fale sobre sua trajetória (local de nascimento, vida acadêmica, religiosa, social, política).
- 2) Qual sua vinculação com a Baixada Fluminense?
- 3) Qual sua vinculação com Dom Adriano Hypólito?
- 4) Quais suas atuações junto a Dom Adriano?
- 5) Quais cargos e funções você ocupou na Diocese?

II – SOBRE DOM ADRIANO

- 1) Qual a importância de Dom Adriano?
- 2) Qual a característica mais marcante de Dom Adriano que você destacaria?
- 3) Como você avalia o posicionamento político de D. Adriano?
- 4) Havia quem discordasse dos posicionamentos dele? Quais as principais críticas?
- 5) Havia apoio de outras Dioceses da região? Quais?
- 6) Como ocorria esse apoio?
- 7) Havia reuniões entre membros das dioceses, trocas de informações?

III – SOBRE O CONTEÚDO, A CONSTRUÇÃO E A ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO DE DOM ADRIANO

- 1) Quais seriam os documentos mais representativos das formas de pensar e agir de Dom Adriano presentes em seu arquivo pessoal?
- 2) Por que você acha que Dom Adriano preservou seu arquivo? Ele tinha interesse especial em alguns documentos em específico? Se sim, quais seriam esses documentos? Por quê?
- 3) Você chegou a ajudar Dom Adriano a organizar e preservar seu arquivo? Como?

IV – SOBRE A AQUISIÇÃO E TRATAMENTO DO ARQUIVO PELA CÚRIA

- 1) Qual a importância do arquivo de Dom Adriano para você?
- 2) Qual a importância deste arquivo estar custodiado na Cúria Diocesana de Nova Iguaçu?
- 3) Sabe dizer se Dom Adriano queria que seu arquivo fosse custodiado na Cúria e aberto à pesquisa?
- 4) Gostaria de acrescentar mais alguma informação?